

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO

ALDANI SIONEI DE ANDRADE FRUTUOSO

**O SISTEMA APOSTILADO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
DE FLORIANÓPOLIS: "CAMINHO" PARA MEDIDAS
PRIVATISTAS E DESVALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Florianópolis (SC)

2014

ALDANI SIONEI DE ANDRADE FRUTUOSO

**O SISTEMA APOSTILADO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
DE FLORIANÓPOLIS: "CAMINHO" PARA MEDIDAS
PRIVATISTAS E DESVALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de Santa
Catarina, para obtenção do Grau de
Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia

Florianópolis (SC)
2014

Dedico este trabalho aos grandes
amores da minha vida, meu esteio,
meu porto seguro: meus pais Valdir e
Sionei, meu filho Pedro e meu esposo
Beto. A eles sou infinitamente grata!

AGRADECIMENTOS

À querida orientadora, professora Rosalba Maria Cardoso Garcia, um exemplo de mestra, em todos os sentidos que a importante palavra traduz. Em Políticas Públicas, ensinava ao grupo com muita seriedade, comprometida com a classe trabalhadora. Fez-me enxergar a escola com o olhar de pesquisadora. Quanto aprendizado! Nos dias de orientação, sentia-me à vontade para expor minhas dúvidas – tantas – e tudo parecia tão bem mais fácil de resolver. Grata por ter me incentivado, encorajado, de modo que eu acreditasse na minha capacidade e não perdesse o foco de pesquisa. Muito obrigada por tudo!

Aos professores Olinda Evangelista, Jéfferson Silveira Dantas, Lisete Regina Gomes Arelaro e Maria Aparecida Lapa Aguiar, por aceitarem o convite como membros da banca e me proporcionarem esse momento de crescimento. À professora Olinda, que já conhecia por leituras e tive a honra de partilhar seus ensinamentos pessoalmente, agradeço pelo aprendizado proporcionado, principalmente nos estudos do GEPETO. Pelo acolhimento nos encontros festivos, pela alegria, pelo carinho. Agradeço-lhe imensamente pela valiosa contribuição nas bancas de qualificação e defesa por meio das quais pude avaliar meu trabalho e melhorá-lo significativamente.

Ao professor Jéfferson, pela participação nas bancas de qualificação e de defesa. Suas contribuições foram aproveitadas ao máximo e importantíssimas para o crescimento deste trabalho.

À professora Lisete Arelaro, a qual conheço por meio das leituras, sou grata por aceitar ao convite de participar da banca de defesa da dissertação. É uma imensa satisfação tê-la presente.

À professora Maria Aparecida, por também compor a banca. Sua contribuição me reportou ao momento inicial dessa pesquisa, à história política que, na condição de professores, vivenciamos na RME de Florianópolis. Você me reportou às origens e isso foi muito importante pra mim!

À professora Maria Helena Michels, pelo aprendizado em suas aulas de Seminário I e II. Foram momentos decisivos no meu direcionamento como pesquisadora. A insistência para que fôssemos à busca da essência dos fatos fez a grande diferença no desenvolvimento da pesquisa. Obrigada!

À professora Eneida Oto Shiroma que, durante os estudos no GEPETO, colaborou com sugestões e, por meio de suas experiências com pesquisas, deu importante contribuição para este trabalho.

Às professoras Adriana D'Agostini e Patrícia Torriglia, pelos valiosos ensinamentos proporcionados durante as aulas de Dialética, nas pesquisas em educação.

A todos os membros do GEPETO, pelos momentos riquíssimos de aprendizado.

Aos colegas que conheci durante o curso: Dayana, Fabrício, Kamille, Joana, Rosilene, Jocemara, Leda, Viviane, Vilmar, Salmira, Adriano e tantos outros. Obrigada pela força, pela torcida e pelos momentos de descontração.

À Patricya Byanca Furtado, pelas valiosas informações no início deste trabalho. Obrigada por me mostrar o “caminho das pedras”. Sua contribuição foi fundamental!

À turma de mestrado: Aline, Jéssica, Karine, Cristiane, Allan, Claudemir e Imaculada, com os quais tive o prazer de compartilhar momentos riquíssimos de estudo. Sentirei saudades deste grupo que, desde o início, partilhou da frase: “todos estamos no mesmo barco, vamos aprender juntos”! À amiga Jéssica sempre disposta a ajudar na elaboração dos gráficos, tabelas e demais “entraves com o computador”.

Às amigadas sólidas que cultivei neste curso de mestrado, em especial às amigas: Aline, Jéssica e Karine. Sinto-me sem palavras para expressar o que vocês significam para mim. Agradeço a amizade, a vibração por cada etapa vencida, o apoio, as alegrias compartilhadas! Obrigada por existirem e fazerem parte da minha vida de forma tão bonita!

Aos professores, diretores e orientadora educacional das escolas que participaram deste estudo na condição de entrevistados, gratidão. Seus depoimentos ofereceram importantes reflexões para o desenvolvimento da pesquisa.

À Ana Elisa (gerente de formação permanente da PMF), pelo empenho com o encaminhamento da pesquisa. Agradeço à pesquisadora e professora Raquel Giacomini pelos contatos iniciais relacionados à pesquisa e por sua colaboração em socializar seu texto.

Aos meus pais Valdir e Sionei, especialmente, pelos primeiros aprendizados, por incentivarem (a mim e a meus irmãos) a continuarmos nossos estudos para além da quarta série do Ensino Fundamental, numa época em que muitos paravam de estudar devido ao difícil acesso à escola. Ao meu pai, por ser um exemplo de pessoa comprometida politicamente com os anseios da comunidade, ensinando a mim e aos meus irmãos a pensar coletivamente na resolução dos problemas; à minha mãe, pelo incentivo que sempre me deu para que eu estudasse para ser professora, sentindo-se orgulhosa por esta minha escolha.

Aos meus queridos irmãos Valdinei e Volnei, minhas cunhadas Bráulia e Edenice e meus sobrinhos Cinthia, Daniel e Maria Eduarda. Agradeço a essa família maravilhosa e peço desculpas pelas ausências.

Ao Beto, faltam-me palavras para agradecer. Nas conversas pela manhã, quando eu pensava não dar conta das tarefas do mestrado, suas palavras de entusiasmo faziam tudo ficar mais fácil. O cafezinho na madrugada, para que eu conseguisse “virar a noite” escrevendo, foi fundamental para sentir-me acompanhada, acolhida e, sobretudo, amada naquelas frias noites de inverno. Cada parte desse trabalho tem um pouco de você e dessas suas atitudes. A você, meu amor, que mostra a cada dia que a vida há de ser vivida de forma intensa, o meu mais sincero agradecimento!

Ao meu filho Pedro, que me desafia cada dia a enfrentar coisas novas, a desvelar a vida! Você me faz entender o mundo de um jeito que eu jamais pensei conhecer. As flores que você me oferecia a cada finalização de parte da pesquisa, dizendo: “Oh, mãe, essas flores são minhas e do papai, porque terminaste o trabalho. Parabéns!”. É grande minha felicidade ao lembrar esses momentos!

À grande amiga de todas as horas, Marcinha, pelo incentivo, pela torcida na seleção de mestrado e em outros momentos especiais em minha vida. Não encontro palavras para definir o que significa a mim!

À amiga Rô, companheira de luta e de momentos maravilhosos de descontração. Por vibrar junto a cada conquista, pelo apoio e pelo aprendizado. Obrigada por tudo, amiga!

Aos funcionários da Escola Desdobrada e NEI Costa da Lagoa – a minha escola! Elizete, Nailde, Carol, Fabiana, Sirlei, Val, Sionei, Leda, Waldirene, Adriano, Márcia, Jairo, Paulo, Claudete, Francisca, Mirelli, César, Marilda, Neide, Valdelina, Susana, Deisi, Kelly e tantos outros. Cada um à sua maneira teve importante participação no meu crescimento enquanto professora.

À Sol e Gilka pelas conversas sobre a pesquisa, sempre regadas de motivação nos momentos necessários. Muito obrigada!

Aos amigos: Nair, Jonildo, Tania, Renato, Tom, Aldo, Crespo, Roberto, Rodrigo, Hortência, João e ao grupo de casais amigos, por renovarem minhas energias a cada encontro festivo. Em especial, ao casal Odilon e Mari que não mediram esforços para me ajudar, que estavam lá, na hora e no lugar certo. Sem essa ajuda, seria muito difícil levantar e seguir em frente. Um eterno obrigado!

À minha afilhada Fran, por nossas conversas nas caronas até a UFSC. Aos alunos Miguel, Ana Victória e Thales pelas trocas relacionadas aos estudos com as apostilas. Obrigada!

Pesquisador e semeador se assemelham: devem conhecer o campo e sua fecundidade; devem conhecer os instrumentos que lhes permitirão retirar do campo suas possibilidades de fecundação; devem conhecer as sementes que semearão e quando; devem pensar sobre o que será possível colher nessas condições; devem colher os frutos da terra quando for o momento propício; devem saber que o que colheram é uma das possibilidades inscritas objetivamente naquela terra e que só suas intervenções intencionais permitiram tal colheita. E disso não abrirá mão, como não abrirá mão de ter consciência em relação aos limites históricos impostos a si e à própria pesquisa. (EVANGELISTA, 2008).

RESUMO

Neste estudo, analisamos uma das medidas privatistas instauradas na gestão educacional do município de Florianópolis, o processo de implantação do sistema apostilado nos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais e sua relação com o controle e a desqualificação do trabalho do professor. O sistema apostilado foi implantado como projeto-piloto em escola da Rede Municipal de Ensino (RME) de Florianópolis, em 2009. De 2010 a 2012, cresceu o número de escolas que aderiram ao sistema. A partir de 2013, a proposta vem se desconsolidando. Em 2014, está em funcionamento em 15 das 36 escolas do Ensino Fundamental da RME. A empresa Sistema Educacional Família e Escola (SEFE), desde 2009, é a responsável pelo sistema apostilado no município de Florianópolis, embora sua entrada inicial na RME tenha sido com o nome de Sistema Educacional UniBrasil (SEU), hoje Instituto UniBrasil, do qual faz parte. Desse modo, na RME de Florianópolis, há a recorrência de uma duplicidade de proposta pedagógica: uma cuja referência é a Proposta Curricular do município (2008) e outra direcionada pela empresa privada SEFE. De acordo com a literatura acadêmica, o sistema apostilado vem sendo uma prática recorrente nas políticas educacionais em diferentes redes de ensino no Brasil. A aquisição do sistema pelo município de Florianópolis se articula a diversas ações desenvolvidas por esta Prefeitura, em consonância com as políticas nacionais e internacionais. A pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2012 e 2014, no curso de Mestrado em Educação da UFSC, na linha de pesquisa Educação, Estado e Políticas Públicas (EEPP) e está vinculada ao Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO). O recorte temporal abrange o governo do prefeito Dário Elias Berger (2005-2012), quando ocorreu a implantação do sistema apostilado no município. No entanto, fazemos referência à década de 1990, como marco temporal da reforma educacional e à gestão Ângela Amim-PP (1997-2000/2001-2004) e César Souza Júnior – PSD – (2013 – 2016), por estabelecerem com Berger uma política de continuidade. Fizemos um balanço da literatura acadêmica relacionada ao objeto de estudo, análise de documentos relacionados à implantação do sistema apostilado e das entrevistas semiestruturadas com uma assessora pedagógica da SME, 14 professores, uma orientadora educacional e cinco diretores de escolas municipais. A análise documental pautou-se nos estudos de Evangelista (2008) e Shiroma, Campos e Garcia (2005). A aquisição de

um sistema apostilado para Florianópolis é uma das medidas privatistas por meio da qual objetiva-se controlar e desqualificar o trabalho do professor. Há um consenso construído sobre o discurso da autonomia do professor e uma cobrança exercida de forma sutil, para atrair mais adeptos à proposta. Mesmo as escolas da RME, que continuam participando do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), adotaram o sistema apostilado, comprovando o interesse privatista nesta estratégia política.

Palavras-chave: Sistema apostilado. Lógica privatista. Controle e desqualificação. Política educacional.

ABSTRACT

This study analyzes one of privatizing measures introduced within the educational administration in the municipality of Florianópolis, the implementation process of handout system in the early years of elementary school of public schools and its relation to the control and the disqualification of the teacher's work. The handout system was implemented as a pilot project at a school in Municipal Education Network of Florianópolis, in 2009. From 2010 to 2012, increased the number of schools that have joined the handout system. As of 2013, the proposal has not been consolidated. In 2014, handout system is in operation in 15 of the 36 educational institutions in the elementary school. Since 2009, the Educational System Company Family and School is responsible for handout system in Florianópolis, although its initial entry into the Municipal Education Network has been named the UniBrasil Educational System, now part of UniBrasil Institute. Thus, in the Municipal Education Network of Florianópolis has recurrence of a double pedagogical proposal: one whose reference is the Curricular Proposal of the municipality (2008) and directed by another private company Family and School Educational System. According to academic literature, handout system has been a common practice in educational policies in different schools in Brazil. The acquisition of this system by the municipality of Florianópolis articulates the various actions taken by the city government in line with national and international policies. The research was conducted between the years 2012 and 2014 in the course of Masters in Education from UFSC, in the search line: Education, State and Public Policy and is linked to the Study Group on Education and Labor Policy. The temporal cut includes the administration of Mayor Dario Elias Berger (2005-2012), when the implementation of the system occurred in Florianópolis. However, we refer to the 1990s as a temporal landmark education reform and to the Angela Amin-PP (1997-2000 / 2001-2004) and César Souza Junior - PSD - (2013-2016) management, because they establish, with Berger, a continuity policy. We made an inventory of academic literature related to the object of study, analysis of documents related to the implementation of the handout system and analysis of semistructured interviews with an educational advisor of Municipal School Network, 14 teachers, an educational counselor and five directors of public schools. The documental analysis was based on studies by Evangelista (2008) and Shiroma, Campos and Garcia (2005). Purchasing a handout system by Florianópolis is one of privatizing measures through which

the goal is to control and disqualify the teacher's work. There is a consensus built on the discourse of teacher autonomy and a charge exerted in a subtle form to attract more supporters to the proposal. Even schools in the Municipal School System that continue participating in the National Textbook Program adopted the handout system, which proves the centrally privatist interest in this policy strategy.

Keywords: Handout system. Privatist logic. Control and disqualification. Educational policy

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Implantação do sistema apostilado no município de Florianópolis, por ano e número de escolas, setembro de 2012 a junho de 2014.....118
- Gráfico 2 - Tempo de serviço dos diretores escolares na RME de Florianópolis, fevereiro de 2014 a março de 2014.....133
- Gráfico 3 - Formação dos professores entrevistados, fevereiro de 2014 a março de 2014.....135
- Gráfico 4 - Formação superior dos professores entrevistados, fevereiro de 2014 a março de 2014.....135
- Gráfico 5 - Situação funcional dos professores entrevistados, fevereiro de 2014 a março de 2014.....136
- Gráfico 6 - Tempo de atuação dos professores na RME de Florianópolis, fevereiro de 2014 a março de 2014.....136
- Gráfico 7 - Turmas em que os professores lecionam atualmente, fevereiro de 2014 a março de 2014.....137
- Gráfico 8 - Uso das apostilas na RME de Florianópolis no ano de 2014, setembro de 2012 a julho de 2014.....191
- Gráfico 9 - Periodicidade do uso das apostilas pelos dez professores entrevistados, fevereiro de 2014 a março de 2014.....193

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de trabalhos Selecionados, setembro de 2012 a julho de 2014.....	34
Quadro 2 – Número de sujeitos entrevistados nas escolas, fevereiro de 2014 a março de 2014.....	53
Quadro 3 – Relação total dos sujeitos entrevistados, por categoria, durante a pesquisa, dezembro de 2013 a março de 2014.....	53
Quadro 4 – Comparação do IDEB das escolas (ano 2009 e 2011), 2014.....	113
Quadro 5 – Implementação e desistências do sistema apostilado nas escolas da RME de Florianópolis de 2009 a 2014, setembro de 2012 a junho de 2014.....	117

LISTA DE SIGLAS

ABRH- Associação Brasileira de Recursos Humanos

ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANPED SUL - Associação Nacional de Política e Administração da Educação da Região Sul

BIA - Bloco Inicial de Alfabetização

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPSH - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos CED - Centro de Ciências da Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

COC - Curso Oswaldo Cruz

COEB - Congresso de Educação Básica

COMCAP - Companhia de Melhoramentos da Capital

DEF - Departamento de Educação Fundamental

DEPLAN - Departamento de Planejamento

EEPP - Educação, Estado e Políticas Públicas

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GEPE - Gerência de Formação Permanente

GEPETO - Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IESDE - Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

NAME - Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino

NEI - Núcleo de Educação Infantil

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OM - Organismos Multilaterais

PAR - Plano de Ações Articuladas

PISA - Programa Nacional de Avaliação de Alunos

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa

PP - Partido Progressista

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

PPP - Projeto Político-Pedagógico

PPPs - Parcerias Público-Privadas

PPS - Partido Popular Socialista

PR - Paraná

PSD - Partido Social Democrático

RME - Rede Municipal de Ensino

RMF - Rede Municipal de Florianópolis

SABE - Sistema Aberto de Educação

SciELO - *Scientific Electronic Library Online*

SEFE - Sistema Educacional Família e Escola

SEU - Sistema Educacional UniBrasil

SINTRASEM - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis/SC

SMA - Secretaria Municipal de Administração

SME - Secretaria Municipal de Educação

SOME - Sistema Objetivo Municipal de Ensino

SP - São Paulo

TCE - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação

UniBrasil – Faculdades Integradas do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	22
1.1 HIPÓTESES.....	28
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
1.2.1 Balanço da produção acadêmica.....	33
1.2.1.1 Banco de dados.....	35
1.2.1.1.1 Portal da CAPES.....	35
1.2.1.1.2 Portal SciELO.....	37
1.2.1.1.3 Portal da ANPED.....	37
1.2.1.1.4 Portal da ANPED SUL.....	38
1.2.1.1.5 Portal da ANPAE.....	38
1.2.1.2 Dados das produções acadêmicas selecionadas.....	39
1.2.2 Análise documental.....	42
1.2.2.1 O estudo dos documentos: a contradição e os elementos de disputa.....	44
1.2.3 Entrevistas semiestruturadas.....	48
1.2.3.1 As escolas e os sujeitos envolvidos com a pesquisa.....	51
1.2.3.2 As entrevistas.....	54
1.3 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO.....	55
2 O SISTEMA APOSTILADO NAS REDES PÚBLICAS BRASILEIRAS.....	57
2.1 O SISTEMA APOSTILADO NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS.....	64
2.1.1 A municipalização do Ensino Fundamental.....	64
2.1.2 Consequências para o trabalho do professor.....	67
2.1.2.1 Controle.....	68
2.1.2.2 Autonomia.....	69
2.1.2.3 Resistência.....	70
2.1.3 Disseminação da política.....	71
2.1.4 Influência da mídia.....	71
2.1.5 Participação dos organismos internacionais.....	72
2.1.6 Administração pública gerencial: entre o público e o privado.....	74
2.1.7 Aquisição de sistemas privados de ensino: busca pela “qualidade”?.....	76
3 A POLÍTICA EDUCACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL	

DE FLORIANÓPOLIS: UM ESTUDO DO SISTEMA APOSTILADO.....	80
3.1 ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS.....	81
3.1.1 Encaminhamentos político-pedagógicos na gestão Dário Berger.....	93
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA APOSTILADO.....	100
3.2.1 Sistema educacional, sistema de ensino, sistema apostilado: qual o termo apropriado?.....	103
3.2.2 A Empresa SEFE.....	107
3.2.3 A implementação do sistema apostilado no município de Florianópolis.....	112
3.2.3.1 O projeto piloto.....	112
3.2.3.2 A (des)consolidação do sistema apostilado no município de Florianópolis: resultado das resistências?.....	115
3.2.3.3 O processo licitatório.....	119
3.2.3.4 O material didático como expressão da política.....	122
4 O SISTEMA APOSTILADO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS: a lógica privatista a serviço do controle e da desqualificação do trabalho do professor.....	128
4.1 O SISTEMA APOSTILADO SEGUNDO OS ENTREVISTADOS.....	132
4.1.1 O perfil dos sujeitos entrevistados.....	133
4.1.1.1 Os diretores escolares.....	133
4.1.1.2 A orientadora educacional.....	134
4.1.1.3 Os professores.....	134
4.1.1.4 A assessora pedagógica.....	138
4.1.2 As categorias de análise.....	139

4.1.2.1 A lógica privatista.....	139
4.1.2.1.1 Unidade/duplicidade na Rede Municipal de Ensino.....	145
4.1.2.1.2 Afastamentos/substituição de professores.....	149
4.1.2.1.3 Treinamento mensal dos professores.....	153
4.1.2.1.4 A oferta de material didático.....	161
4.1.2.2- Controle do trabalho do professor.....	170
4.1.2.3- A (des)valorização do professor.....	182
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
REFERÊNCIAS.....	206
SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS.....	216
APÊNDICES.....	218
ANEXOS.....	286

1 INTRODUÇÃO

O presente texto contém os resultados de investigação cujo objeto é o sistema apostilado¹ na Rede Municipal de Ensino (RME²) de Florianópolis em turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.³

Faz-se necessário, inicialmente, destacar algumas características importantes da referida rede de ensino. A RME de Florianópolis é constituída por 36 escolas do Ensino Fundamental, das quais 27 escolas básicas⁴ e nove escolas desdobradas⁵; 10 Núcleos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 84 unidades de Educação Infantil entre Creches e Núcleos de Educação Infantil (NEIs). De acordo com os indicadores educacionais 2012-2013⁶ da Secretaria Municipal de

¹ A despeito de, na literatura analisada, diversos termos serem utilizados na definição de nosso objeto de estudo (sistema de ensino, sistema educacional, sistema privado de ensino, sistema apostilado, entre outros), destinamos um espaço de discussão no sentido de analisar essas terminologias. Esta discussão está exposta no capítulo três, item 3.2.1, com o subtítulo “Sistema educacional, sistema de ensino, sistema apostilado: qual o termo apropriado?”. Contudo, para efeito de terminologia, no texto optamos pela utilização do termo sistema apostilado.

² Entendemos por Rede Municipal de Ensino (RME), o conjunto de escolas, núcleos de educação infantil (NEI) e creches públicas municipais e sua forma de organização, administradas pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

³ Nas escolas da RME de Florianópolis, o sistema apostilado foi implementado especificamente nas referidas turmas.

⁴ No município de Florianópolis, são denominadas Escolas Básicas aquelas que atendem alunos do primeiro ao nono ano do Ensino Fundamental.

⁵ No município de Florianópolis são denominadas Escolas Desdobradas aquelas que atendem exclusivamente alunos do primeiro ao quarto ano do Ensino Fundamental.

⁶ Pode ser encontrado no site: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/24_10_2013_11.56.38.60523a3749fc2ec14be6b5ec03a986cf.pdf.

Educação⁷ (SME), no ano de 2012 foram efetivadas 55 % (cinquenta e cinco por cento) das matrículas no Ensino Fundamental, 40 % (quarenta por cento) na Educação Infantil e 5% (cinco por cento) na Educação de Jovens e Adultos. Os professores e demais trabalhadores da RME de Florianópolis são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal (SINTRASEM⁸), o qual tem sua história marcada como um sindicato combativo e representado em sua grande maioria por trabalhadores da educação. Uma das conquistas históricas desse sindicato foi a garantia da eleição para o cargo de diretores escolares⁹. Nas escolas da RME de Florianópolis há eleições diretas para o cargo de diretores escolares desde o ano de

⁷ Entendemos por Secretaria Municipal de Educação (SME), toda a estrutura organizacional composta por secretários, assessorias, gerências e diretorias, responsáveis pelo ensino nas escolas públicas municipais de Florianópolis. De acordo com Cabral Filho (1998), “em 1974 a Diretoria de Educação da prefeitura de Florianópolis deixou de ser um departamento e ganhou o status de Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social – SESAS [...]”, no ano de 1986 “o SESAS transformou-se em Secretaria Municipal de Educação (SME)” (CABRAL FILHO, 1998, p. 125).

⁸ Segundo Soldatelli (2011), “Esse Sindicato foi fundado em 14 de outubro de 1988, em assembleia geral da categoria. Até então, os trabalhadores do serviço público municipal estavam organizados em duas associações: a Associação dos Servidores Municipais de Florianópolis, da qual faziam parte os trabalhadores do quadro civil da PMF e os trabalhadores da COMCAP; e a Associação dos Educadores Municipais de Florianópolis, da qual faziam parte os trabalhadores da Rede Municipal de Ensino. Essas associações foram criadas a partir da necessidade de responder coletivamente aos problemas que afligiam os trabalhadores naquela época. Com o advento da Constituição de 1988, que autorizou a constituição dos sindicatos, as associações se uniram e criaram o SINTRASEM, que, desde o início de sua história, destacou-se por lutas e conquistas e por atividades de formação que priorizam debates sobre temas abrangentes – como políticas econômicas nacionais e internacionais e políticas educacionais.” (SOLDATELLI, 2011.p.115).

⁹ Maiores informações sobre o assunto, consultar Silva (2004).

1986. A cada três anos os diretores são eleitos pela comunidade escolar¹⁰. Contudo, as escolas que não contam com candidatos ou número suficiente de votantes no dia da eleição, têm seus diretores indicados pelo secretário municipal de educação. Na eleição para diretores escolares que ocorreu em novembro de 2013, foram eleitos 34 diretores das 36 escolas do Ensino Fundamental.

A RME de Florianópolis tem o Ensino Fundamental de nove anos implantado desde o ano de 2007, neste mesmo ano a SME criou o sistema de avaliação, conhecido como “Prova Floripa¹¹”. As escolas da RME também realizam a prova Brasil¹², desde 2005, e a Provinha Brasil¹³, desde 2008. Para a divulgação dos resultados das referidas provas, a SME contratou no ano de

¹⁰ Constitui-se comunidade escolar o conjunto de professores, funcionários, pais e alunos de cada escola.

¹¹ De acordo com o diretor do Departamento de Ensino Fundamental, Pedro Rodrigues da Silva, essa avaliação “consiste num diagnóstico de ensino aprendizagem (sic), cujo objetivo é coletar informações que apontem os indicadores de desempenho da aprendizagem e a partir disso realizar um redirecionamento das ações e intervir na prática pedagógica cotidiana.” (SILVA, 2009)

¹² “Criada pelo Ministério da Educação em 2005, como um desdobramento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a Prova Brasil passou a servir, para gestores educacionais, como um importante indicador da qualidade de escolas e redes de ensino.” (OLIVEIRA, 2011. p. 27).

¹³ No sítio eletrônico do INEP, é afirmado que: “A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. Essa avaliação acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo. A aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso que permite conhecer o que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado.” (<http://provinhabrasil.inep.gov.br>).

2009 a empresa privada Meritt¹⁴. Os professores da RME participaram do curso de formação oferecido pelo Programa Nacional de Formação de Professores, denominado de pró-letramento desde o ano de 2008 e, a partir de 2012 participam da formação oferecida pelo Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa¹⁵ (PNAIC). De acordo com Oliveira (2011), em 2009 o prefeito Dário Elias Berger assinou o Plano de Ações Articuladas (PAR), comprometendo-se com o MEC a elevar o IDEB das escolas municipais.

No município de Florianópolis, o Sistema Educacional UniBrasil (SEU¹⁶) foi implantado como projeto piloto em uma escola da RME, no ano de 2009, sob o argumento de baixo IDEB da referida escola. Atualmente (2014), 15 das 36 escolas do Ensino Fundamental da RME trabalham com o sistema apostilado.

A contratação de uma empresa privada para gerir o ensino público apresentou-se como uma nova forma de ataque privatista, a exemplo do que é realidade atualmente em muitos municípios brasileiros. Neste sentido, o interesse pelo objeto em estudo partiu da inquietação da pesquisadora quanto a mais uma estratégia de privatização no ensino público.

¹⁴ De acordo com Anjos (2013), a empresa Meritt foi contratada em 2010 pela PMF. A Meritt disponibiliza os dados da Prova Brasil, e da Provinha Brasil, e relaciona essas avaliações com os dados da Prova Floripa, para saber o quanto a rede se aproxima da média nacional.

¹⁵ De acordo com a notícia publicada no sítio eletrônico da PMF, “O PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa é um compromisso assumido pelos governos federal, estaduais e municipais para fazer com que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade”. (FLORIANÓPOLIS, 2013)

¹⁶ Nos anos de 2009 e 2010, o sistema apostilado da RME de Florianópolis estava vinculado à empresa Sistema Educacional UniBrasil (SEU). A partir de 2011, a mesma empresa sofre uma mudança de denominação e passa a ser identificada como Sistema Educacional Família e Escola (SEFE). Esta mudança de nomenclatura será melhor explicitada no capítulo três, no item 3.2.2, “A empresa SEFE”.

Sou professora da Educação Básica no município de Florianópolis desde 1989, ano em que concluí o curso de pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Durante esses vinte e cinco anos de magistério, participei de algumas decisões do SINTRASEM na condição de conselheira¹⁷, representando a escola na qual trabalho.

Durante dois anos fui diretora eleita de uma escola municipal de Florianópolis, função que me proporcionou maior compreensão sobre a estrutura político-educacional deste município. Iniciei meu trabalho nesta rede de ensino como professora do Ensino Fundamental e Educação Infantil e, após concurso no ano de 1995, ingressei como professora efetiva na Educação Infantil.

Embora não atue atualmente no Ensino Fundamental, trabalho num NEI que é vinculado a escola desdobrada o que me fez aproximar-me ainda mais de meu objeto de estudo. Desse modo, a experiência como diretora de escola, os anos como professora do Ensino Fundamental e a participação nos movimentos do sindicato, constituem elementos decisivos e fundamentais para o interesse pela questão do apostilamento, em especial, como um problema da educação básica em geral. Importante ressaltar que o balanço de produção acadêmica realizado para esta pesquisa demonstra a entrada dessa estratégia privatizante também na Educação Infantil de alguns municípios brasileiros.

A escola na qual trabalho, durante esses cinco anos (2009 a 2014) vem dizendo não ao trabalho com as apostilas, no entanto, a inquietação quanto a esse tipo de contratação envolvendo empresa privada e Secretaria Municipal de Educação (SME) de Florianópolis, tornou-se o foco principal da nossa pesquisa.

A privatização na escola pública foi o elemento-chave de interesse para o trabalho. Pretendíamos conhecer os interesses explícitos e implícitos no processo político de implantação do

¹⁷ Nomenclatura utilizada pelo sindicato para se referir ao trabalhador dispensado para representar seu local de trabalho nas reuniões realizadas mensalmente por este sindicato.

sistema apostilado, o qual se articula a diversas ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), em consonância com as políticas nacionais e internacionais.

O objetivo geral de nossa pesquisa consiste em analisar o processo de privatização na escola pública mediante implementação do sistema apostilado e sua relação com o controle e a desqualificação do trabalho do professor na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Para atingir esse objetivo, elencamos os seguintes objetivos específicos: conhecer e discutir o sistema apostilado, suas características e funcionamento; analisar se e como ocorre o controle sobre a ação dos professores da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis durante a implementação do sistema apostilado; e analisar a privatização do ensino nas escolas públicas de Florianópolis por meio do sistema apostilado. Estudos (ADRIÃO et al., 2009; AMORIM, 2008; CAETANO; PERONI, 2012; NICOLETI, 2009; SOUZA, 2011) têm mostrado que a aquisição de sistemas apostilados vem sendo uma prática recorrente nas políticas educacionais, em diferentes redes de ensino no Brasil.

Com o resultado da pesquisa, temos a pretensão de socializar com os professores da RME de Florianópolis elementos de análise e de discussão sobre as razões presentes na implantação do sistema apostilado no município, e sobre o que teria impulsionado a Secretaria Municipal de Educação (SME) a realizar tal contratação.

Cabe afirmar que as possibilidades para desenvolver as reflexões suscitadas neste trabalho foram construídas, entre outros elementos, pelo nosso afastamento temporário da escola. Para tanto, o estudo de textos e documentos, e a pesquisa de campo compuseram o rol de procedimentos constitutivos dessa trajetória de investigação¹⁸.

No desenvolvimento da pesquisa, as discussões suscitadas

¹⁸ Esse movimento da pesquisa será melhor especificado ainda neste capítulo, na seção 1.4 na qual explicitamos os procedimentos metodológicos.

durante as aulas no curso de Mestrado em Educação, na linha Educação, Estado e Políticas Públicas (EEPP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foram de fundamental importância.

Cabe destacar nossa participação no Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO) no qual são desenvolvidas pesquisas sobre vários campos do conhecimento e modalidades no âmbito da educação desde o ano de 1995.

O contato com os pesquisadores e demais integrantes do grupo ofereceu embasamento teórico para repensar conceitos e organizar ideias, e forneceu subsídios que permearão as reflexões desenvolvidas ao longo deste texto. A pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2012 e 2014, no curso de mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na linha de pesquisa Educação, Estado e Políticas Públicas (EEPP) e está vinculada ao Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho¹⁹).

Diante do exposto, a questão central a que procuramos responder foi: o que levou a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis a comprar um “sistema apostilado de ensino” para ser adotado pelas escolas de Ensino Fundamental?

1.1 HIPÓTESES

A pergunta que direciona esta pesquisa possibilitou, a princípio, elaborar duas hipóteses. Ao longo da investigação, as hipóteses elaboradas passaram por alguns ajustes, ampliando o horizonte pesquisado.

A primeira hipótese formulada indicava que a contratação de uma empresa privada para fornecer um sistema apostilado para as escolas públicas municipais de Florianópolis faz parte do processo de privatização no ensino público. Ao formularmos a hipótese, levamos em consideração que o fato de o prefeito Dário

¹⁹ Para acessar informações sobre o GEPETO, visite o sítio eletrônico: <http://www.gepeto.ced.ufsc.br/>.

Elias Berger,²⁰ filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (2005-2008/2009-2012), ser um empresário tornou-se condição favorável à abertura da RME de Florianópolis para o setor privado.

A essa formulação inicial da hipótese foi acrescido, no decorrer da pesquisa, o fato de o processo de privatização na administração pública do município de Florianópolis já estar presente na gestão anterior, no governo de Ângela Amin, filiada ao Partido Progressista -PP (gestão 1997-2000/2001-2004), e ter continuidade na gestão pós Dário Berger, com o prefeito César Souza Júnior, filiado ao Partido Social Democrático - PSD (gestão 2013 – 2016).

Outra questão que se mostrou pertinente a esta primeira hipótese diz respeito à permanência de Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, filiado ao PMDB, no cargo de secretário de educação por três mandatos consecutivos. O secretário assumiu o cargo em 2005, na primeira gestão do prefeito Dário Berger, e permaneceu no cargo até o final do segundo mandato. Em 2012, afastou-se para concorrer às eleições municipais pleiteando o cargo de vice-prefeito desse município.

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz foi adversário do prefeito César Souza Júnior nas eleições²¹ ao mandato de vice-prefeito junto com o candidato Gean Marques Loureiro - PMDB. Não sendo eleito para o cargo de vice-prefeito, o secretário retorna à SME para terminar sua gestão como secretário. Ao concluir seu mandato na gestão Dário Berger, Rodolfo Pinto da Luz foi

²⁰ “Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Dário Elias Berger se especializou em Recursos Humanos pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Em 1992, tornou-se empresário no ramo da Construção Civil.” (Diarinho *oline*, 27/11/13)

²¹ Nas eleições ocorridas em outubro de 2012, César Souza Júnior - PSD - foi para o segundo turno disputar o cargo de prefeito de Florianópolis com Gean Marques Loureiro - PMDB. Com 117.834 votos (52,64%), César Souza Júnior é eleito prefeito da capital. (UOL, eleições 2012)

convidado pelo prefeito César Souza Júnior a permanecer no cargo de secretário de Educação (gestão 2013-2016).

Que interesses teria o prefeito César Souza Júnior com a permanência do então secretário numa posição estratégica²² como a Secretaria Municipal de Educação no âmbito da política municipal? Registramos, mediante os elementos aqui elencados, um conjunto de sujeitos que, à frente da administração municipal, encaminharam medidas privatistas.

Temos a compreensão de que o sistema educacional público do município de Florianópolis não está privatizado em seu conjunto, mas há várias ações privatistas na educação pública de Florianópolis, e o sistema apostilado é uma delas.

Estamos considerando, portanto, como medidas privatistas as ações que realizam um processo de privatização “na” educação. Diferentemente da privatização “da” educação, em que o sistema educacional é privatizado por completo, a privatização “na” educação acontece por meio de ações privatistas.

As autoras Vior e Rodríguez (2012), ao desenvolverem um trabalho de análise da privatização da educação da Argentina com base na obra de Ball e Youdell, trazem os termos “privatização endógena” e “privatização exógena” como entendimento da privatização “na” e “da” educação. De acordo com as autoras:

La “Reforma Educativa” de los ‘90 invistió al Estado subsidiario argentino de nuevas funciones: el Estado subsidiario evaluador, difusor del paradigma de la Nueva Gestión Pública, divulgó

²² De acordo com Maués (2011), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2001) dá destaque à educação quando vê nesta uma forma de valorização do capital humano, com vistas a “[...] desenvolver as competências e as atitudes que são essenciais para o crescimento econômico, a promoção individual e a redução das desigualdades”. (MAUÉS, 2011. p. 77)

concepciones empresariales que apelaron a la calidad y a la excelencia, a la visión estratégica y a la rendición de cuentas, concepciones mercantilizadas de la política y la administración educativa basadas en los incentivos y la competencia, una verdadera privatización de las identidades educativas que asimiló estudiantes con clientes y educadores con empleados evaluados según su “eficiencia y rendimiento”, directivos con gerentes, e instituciones educacionales con empresas en cuasi mercados. (VIOR e RODRÍGUEZ, 2012. p.98).

Na segunda hipótese, consideramos que a estratégia da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Florianópolis em contratar um sistema apostilado representa uma forma de controle e de desqualificação do trabalho do professor. A contratação da empresa privada Sistema Educacional Família e Escola – SEFE – no município de Florianópolis implica em uma das formas de “ataque ao professor” (EVANGELISTA e SHIROMA, 2011), tentando retirar deste as funções do como, o quê e para quê ensinar, constitutivas do trabalho específico desenvolvido por ele na escola.

Nosso foco principal de análise está direcionado para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, tendo como recorte temporal o período referente ao governo do prefeito Dário Elias Berger (2005-2012) por ser este o período de implantação e desenvolvimento do sistema apostilado no município de Florianópolis. No entanto, faremos referência à década de 1990 como marco temporal da reforma educacional, bem como à gestão Ângela Amim – PP – (1997-2000/2001-2004) e César Souza Júnior – PSD (2013 – 2016) – por estabelecerem, com a gestão Berger, uma política de continuidade.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para nos aproximarmos do objeto em estudo, de modo a perseguir sua totalidade, buscamos conhecer o sistema apostilado, discutir suas características e seu funcionamento para então podermos analisar se e como ocorre o controle sobre a ação dos professores da RME de Florianópolis.

De acordo com Kosik (2002, p. 44),

[...] totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimentos da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo.

Para isso, buscamos uma metodologia que pudesse analisar o objeto em estudo e suas conexões, identificando, nos documentos produzidos pela SME, sua intencionalidade. Desta forma, ao pesquisarmos o sistema apostilado na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, temos o entendimento de que este projeto “não se trata de uma transmissão de prescrições de cima para baixo” (SHIROMA, 2011, p.17), mas de uma “proposição” ativa dessa instância administrativa.

Como procedimentos de pesquisa, realizamos:

- Balanço da literatura acadêmica sobre o tema como forma de nos apropriarmos das

discussões que vêm sendo feitas sobre ele, em nível nacional;

- Análise dos documentos relacionados à implantação do sistema apostilado no município de Florianópolis; e
- Pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas, com o propósito de identificar, nas falas dos sujeitos envolvidos nesse processo de implementação, elementos que contribuam para o aprofundamento do debate em torno das hipóteses elaboradas.

As especificações dos procedimentos de pesquisa são descritas nas seções que seguem.

1.2.1 Balanço da produção acadêmica

O balanço da produção acadêmica teve como objetivo conhecer e analisar os trabalhos que têm sido produzidos no meio acadêmico brasileiro, sobre o sistema apostilado. O balanço teve como marco temporal os anos de 1990 (década em que se desencadeou o processo de reforma educacional) a 2014. O resultado deste levantamento da produção intelectual serviu de base para iniciar nossa pesquisa partindo do já produzido pelos pesquisadores acerca da temática em foco.

Para realizar o balanço da produção, utilizamos como ponto de partida a escolha de alguns descritores: sistema apostilado, sistema apostilado e política educacional, controle do trabalho docente. Tomamos como base de pesquisa o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES²³–, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED²⁴, ANPED

²³ Endereço eletrônico: www.capes.gov.br.

²⁴ Endereço eletrônico: www.anped.org.br.

SUL²⁵, Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE²⁶, *Scientific Electronic Library Online* – SciELO²⁷ e anais do Congresso de Educação Básica – COEB – da PMF²⁸.

Selecionamos, com essa busca, 22 trabalhos que podem ser mais bem visualizados no APÊNDICE A - Consolidação dos trabalhos selecionados.

O quadro a seguir apresenta a quantidade de trabalhos selecionados por descritores e por portal pesquisado.

Quadro 1- Número de trabalhos Selecionados

Fonte	Sistema apostilado	Sistema apostilado e política educacional	Controle do trabalho docente	Total dos trabalhos selecionados
CAPES	07	00	03	10
ANPED	03	00	01	04
ANPED SUL	01	00	00	01
ANPAE	01	00	02	03
SciELO	04	00	00	04
COEB	00	00	00	00
TOTAL	16	00	06	22

Fonte: Portal da CAPES, ANPED, ANPED SUL, ANPAE, SciELO e COEB. Período: setembro de 2012 a julho de 2014.

²⁵ Endereço eletrônico: www.portalanpedsul.com.br.

²⁶ Endereço eletrônico: www.anpae.org.br.

²⁷ Endereço eletrônico: www.scielo.org.

²⁸ Endereço eletrônico: www.pmf.sc.gov.br/sites/coeb.

Apresentaremos a seguir o resultado da pesquisa nos bancos de dados descritos anteriormente.

1.2.1.1 Banco de dados

Escolhemos os bancos de dados referidos (CAPES, SciELO, ANPED, ANPED SUL e ANPAE) por constituírem-se em espaços de pesquisas científicas publicamente reconhecidos nas diversas esferas da educação, como meios confiáveis de informação.

A escolha dos anais do COEB deu-se pelo fato de ser um congresso de educação instituído pela gestão Dário Berger e oferecido aos educadores e especialistas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis a partir do ano de 2011. No entanto, nos anais do COEB não encontramos produção de literatura relacionada ao sistema apostilado; por esse motivo, na exposição dos trabalhos que segue, não teremos seção referente ao COEB.

Iniciamos nossa exposição pelos achados no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

1.2.1.1.1 Portal da CAPES

No portal da CAPES, selecionamos a opção “resumos” e no campo “assunto”, buscamos a “expressão exata” de cada descritor.

Encontramos, com o descritor “sistema apostilado e controle do trabalho docente”, um total de 12 dissertações de mestrado e duas teses de doutorado, totalizando 14 trabalhos. Com o descritor “sistema apostilado e política educacional” não encontramos nenhum trabalho nesse portal.

Após a segunda filtragem que se deu pela leitura de resumos e introduções, quatro dissertações foram desconsideradas para esse balanço de produção acadêmica, por

não fazerem referência direta ao nosso objeto de estudo, pois tratam de temas como: inspeção escolar no Brasil (PEUFERRO, 2010); o professor de matemática e sua constituição (MATHEUS, 2008); prova Brasil (SILVA, 2011); e os neoliberais no Brasil e a docência dos anos iniciais (ANADON, 2005).

Foi selecionado, no portal da CAPES, um total de dez produções acadêmicas.

Com o descritor “sistema apostilado”, encontramos, no banco de teses e dissertações da CAPES, uma tese de doutorado e seis dissertações de mestrado. A tese tem como título: “Indústria cultural e sistemas apostilados de ensino: a docência administrada” (AMORIM, 2012).

As dissertações têm os seguintes títulos: “Recursos didáticos para o ensino de física no nível médio: um estudo do uso de sistemas apostilados em escolas particulares da cidade de Santos - SP” (GOUVEIA, 2005); “Os pacotes didáticos e a autonomia do professor” (ANDRADE, 2008); “Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino” (AMORIM, 2008); “Ensino apostilado na escola pública: tendência crescente nos municípios da região de São José do Rio Preto - SP.” (NICOLETI, 2009); “A prática docente do professor de matemática e o sistema apostilado de ensino do estado de São Paulo” (CARVALHO, 2011); “Letramento profissional: trajetória dos que ensinam a ler e escrever nos três primeiros anos do ensino fundamental” (SOUZA, 2011).

Os trabalhos estão apresentados no APÊNDICE B, por ordem cronológica crescente.

Com o descritor “controle do trabalho docente” selecionamos, no banco de teses e dissertações da CAPES, uma tese de doutorado e duas dissertações de mestrado.

A tese traz como título “Um negócio chamado educação: gestão pela qualidade total, controle do trabalho docente e identidade” (VIEIRA, 2000). As dissertações têm como títulos “Políticas de bonificação e indicadores de qualidade: mecanismos de controle nas escolas estaduais paulistas” (ALCANTARA, 2010) e “Políticas educativas, avaliação e trabalho docente: o

caso de um programa de intervenção pedagógica no Rio Grande do Sul” (SOUZA, 2011).

Os trabalhos estão apresentados no APÊNDICE C, por ordem cronológica crescente.

1.2.1.1.2 Portal SciELO

No portal SciELO, encontramos pesquisas relacionadas apenas ao descritor “sistema apostilado”. A busca geral por artigos foi realizada com o método pesquisa integrada e por palavra, em trabalhos da Regional Brasil. Com o descritor sistema apostilado, encontramos no portal SciELO quatro artigos, apresentados no APÊNDICE D em ordem cronológica crescente.

Os artigos têm como títulos: “Indústria cultural e o sistema apostilado: a lógica do capitalismo” (MOTTA, 2001); “Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de ‘sistemas de ensino’ por municípios paulistas” (ADRIÃO et.al. 2009); “Sistemas de ensino versus livros didáticos: várias faces de um enfrentamento” (LELLIS, 2010); “As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas” (NASCIMENTO, 2012).

1.2.1.1.3 Portal da ANPED

Nas reuniões anuais da ANPED, direcionamos nossa pesquisa para os grupos de trabalhos relacionados ao nosso objeto de estudo: GT 5 (estado e política educacional) e GT 9 (trabalho e educação).

Selecionamos um total de quatro trabalhos: três relacionados ao descritor “sistema apostilado” e um relacionado ao descritor “controle do trabalho docente”. Os três que tratam do primeiro descritor, cujos títulos são “O *ethos* empresarial na educação escolar: novos dispositivos, novas subjetividades” (SILVA, 2002); “Simbiose entre as prefeituras paulistas e o setor

privado: tendências e implicações para a política educacional local” (ADRIÃO, et.al. 2010); “Ciclo de políticas: focando o contexto da prática na análise” (GANDIN, 2012), estão apresentados no APÊNDICE E, em ordem cronológica crescente.

Utilizando-nos do descritor “controle do trabalho docente”, encontramos um trabalho no GT 5 da ANPEd, com o título: “O trabalho docente no contexto das reformas” (MAUÉS, 2005) e está apresentado no APÊNDICE F.

1.2.1.1.4 Portal da ANPED SUL

No portal da ANPED SUL, encontramos um trabalho relacionado ao sistema apostilado com o título “Educação no Rio Grande do Sul, gerencialismo e as influências do setor privado no período 2007-2010” (PERONI, 2012), e está apresentado no APÊNDICE G.

1.2.1.1.5 Portal da ANPAE

No portal da ANPAE, no link trabalhos completos/comunicações e relatos, encontramos um artigo nos anais do 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação (2011) com o título “Material didático sob a lógica do mercado: uma questão de política educacional” (CÁRIA; ANDRADE, 2011) e dois artigos no 26º Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação (2013) com os títulos “As parcerias com organizações não governamentais como estratégia para a ampliação do setor privado na educação” (STABELINI; FREITAS, 2013) e “As parcerias público-privadas na educação e a gestão democrática escolar: um estudo de caso sobre o Instituto Ayrton Senna” (LUMERTZ, 2013). Os trabalhos estão apresentados no APÊNDICE H.

1.2.1.2 Dados das produções acadêmicas selecionadas

Ao analisarmos as 22 produções, percebemos que a discussão acerca da temática do sistema apostilado vem ganhando espaço nas produções acadêmicas a partir do ano 2000, o que supomos ser o período no qual as primeiras investigações com relação à implementação do sistema apostilado nas escolas públicas foram desenvolvidas no Brasil.

Contudo, destacamos que no balanço realizado, nenhuma pesquisa foi encontrada sobre a inserção do sistema apostilado no estado de Santa Catarina, mais especificamente no município de Florianópolis²⁹, o que reforça a importância de nossa pesquisa.

Ao analisar como os pesquisadores dos trabalhos selecionados no balanço de produção acadêmica tratam o objeto de estudo da presente pesquisa, chegamos à constatação de que há um recuo teórico na área da pesquisa. Há uma ausência de análise das políticas que, a nosso ver, deveria permear o desenvolvimento de cada um dos referidos trabalhos acadêmicos.

Dos 22 trabalhos selecionados, 12 têm características de trabalhos descritivos. São trabalhos cujos pesquisadores apenas constataam o que está posto, descrevendo sobre o objeto em estudo, sem estabelecer um diálogo crítico com o campo pesquisado. Os demais trabalhos (10) assumem mais profundamente a marca de trabalhos analíticos. Nesses trabalhos, além de os pesquisadores estabelecerem um olhar atento à empiria, analisam, por exemplo, a implementação de um projeto utilizando-se de categorias de análise, objetivando estabelecer um diálogo crítico com o objeto em estudo, provocando no leitor um aprofundamento político do tema.

²⁹ Embora não tenhamos encontrado trabalhos sobre o tema, nos bancos de dados pesquisados, tomamos conhecimento de uma pesquisa realizada no ano de 2013, na UFSC, por Raquel de Mello Giacomini, sob o título “O sistema educacional família e escola na Rede Municipal de Florianópolis: estratégias de governo de professores”.

Por meio da análise dos trabalhos, percebemos que há divergências entre os pesquisadores quanto à opção dos municípios em adotar os sistemas apostilados.

Os pesquisadores que estabelecem uma relação analítica diante de suas pesquisas (AMORIM, 2008; NICOLETI, 2009; ADRIÃO et al., 2009; SOUZA, 2011; MAUÉS, 2005; ADRIÃO et al., 2010; CAETANO; PERONI, 2012; AMORIM, 2012; STABELINI; FREITAS, 2013; LUMERTZ, 2013) sustentam a ideia de que a inserção das empresas privadas na educação pública vem crescendo desde a década de 1990, como consequência das reformas educacionais ocorridas nesse período, desdobrando-se na municipalização do ensino e na criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). Atentam para a falta de autonomia dos professores com o uso desses materiais, bem como para a diminuição de seu espaço de luta dentro das instituições que, por recomendação das empresas, aplicam a meritocracia, o que resulta na competição entre os pares. Esses pesquisadores defendem que os professores participem das decisões que envolvem a proposta pedagógica de cada rede de ensino, por serem estes conhecedores do processo pedagógico no qual está inserida sua escola. Enfatizam, também, o controle que as empresas privadas vêm exercendo nas escolas públicas e o papel da mídia que atua como aliada na divulgação da ideia de que essas empresas são portadoras de “qualidade incontestável”.

Já os demais pesquisadores (ANDRADE, 2008; CÁRIA; ANDRADE, 2011; MOTTA, 2001; VIEIRA, 2000; SILVA, 2002; NASCIMENTO, 2012; LIMA; GANDIN, 2012; LELLIS, 2010; ALCÂNTARA, 2010; CARVALHO, 2011; GOUVEIA, 2005; SOUZA, 2011) defendem a ideia de que a opção pela adoção do sistema apostilado por parte dos governos está intimamente relacionada à melhoria na qualidade da educação que esse sistema oferece. Esses pesquisadores culpabilizam os professores pela má qualidade do ensino e apontam a adoção das apostilas como garantia de uma boa aprendizagem por parte dos alunos. Também é de responsabilidade do professor, segundo

esses pesquisadores, sua má formação inicial e continuada, devendo este procurar atualizar-se para compreender e utilizar melhor os recursos didáticos que a proposta pedagógica lhe oferece. É importante ressaltar que os títulos dos referidos trabalhos descritivos são bastante sugestivos e instigantes, o que nos levou a uma primeira impressão de que seus conteúdos teriam uma visão crítica relacionada à implantação do sistema apostilado. No entanto, ao analisarmos os textos de maneira mais detida, o que vimos em sua maioria foi a defesa do modelo empresarial em detrimento do ensino público.

Os trabalhos descritivos selecionados - uma tese de doutorado, cinco artigos e seis dissertações de mestrado - trazem os seguintes títulos : “Um negócio chamado educação: gestão pela qualidade total, controle do trabalho docente e identidade” (VIEIRA, 2000); “Indústria cultural e o sistema apostilado: a lógica do capitalismo” (MOTTA, 2001); “Material didático sob a lógica do mercado: uma questão de política educacional” (CÁRIA; ANDRADE, 2011); “O *ethos* empresarial na educação escolar: novos dispositivos, novas subjetividades” (SILVA, 2002); “As políticas públicas de Educação Infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas” (NASCIMENTO, 2012); “Ciclo de políticas: focando o contexto da prática na análise” (LIMA; GANDIN, 2012); “Os pacotes didáticos e a autonomia do professor” (ANDRADE, 2008); “Sistemas de ensino *versus* livros didáticos: várias faces de um enfrentamento” (LELLIS, 2010); “Políticas de bonificação e indicadores de qualidade: mecanismos de controle nas escolas estaduais paulistas” (ALCÂNTARA, 2010); “A prática docente do professor de matemática e o sistema apostilado de ensino do estado de São Paulo” (CARVALHO, 2011); “Recursos didáticos para o ensino de física no nível médio: um estudo do uso de sistemas apostilados em escolas particulares da cidade de Santos – SP” (GOUVEIA, 2005); “Letramento profissional: trajetória dos que ensinam a ler e escrever nos três primeiros anos do Ensino Fundamental” (SOUZA, 2011).

Dos 10 trabalhos analíticos selecionados, um é tese de doutorado, quatro são dissertações de mestrado e cinco são

artigos. A tese tem como título “Indústria cultural e sistemas apostilados de ensino: a docência administrada” (AMORIM, 2012). As dissertações têm como títulos: “Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino” (AMORIM, 2008); “Ensino apostilado na escola pública: tendência crescente nos municípios da região de São José do Rio Preto – SP” (NICOLETI, 2009); “Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de sistemas de ensino por municípios paulistas” (ADRIÃO, et al., 2009); “Políticas educativas, avaliação e trabalho docente: o caso de um programa de intervenção pedagógica no Rio Grande do Sul” (SOUZA, 2011). Os títulos dos artigos são: “O trabalho docente no contexto das reformas” (MAUÉS, 2005); “Simbiose entre as prefeituras paulistas e o setor privado: tendências e implicações para a política educacional local” (ADRIÃO, et al., 2010); “Educação no Rio Grande do Sul, gerencialismo e as influências do setor privado no período 2007-2010” (CAETANO; PERONI, 2012); “As parcerias com organizações não governamentais como estratégia para a ampliação do setor privado na educação” (STABELINI; FREITAS, 2013); “As parcerias público-privadas na educação e a gestão democrática escolar: um estudo de caso sobre o Instituto Ayrton Senna” (LUMERTZ, 2013). No APÊNDICE I, podemos identificar os referidos trabalhos com os seguintes dados: título, autor, ano, tipo de trabalho, instituição/natureza jurídica e os bancos de dados onde estes trabalhos foram encontrados.

Interessa-nos aprofundar nossos estudos nos trabalhos cujos pesquisadores desenvolveram uma pesquisa analítica dos assuntos relacionados ao sistema apostilado.

1.2.2 Análise documental

Para a análise dos documentos, levamos em consideração o alerta proposto por Evangelista (2012, p. 61):

[...] todos os documentos são importantes,

em diferentes graus e expressam determinações históricas que estão no cerne do *corpus* documental. Entretanto, isso não está dado na fonte em si; é necessária uma reflexão de largo espectro – uma decomposição da fonte, uma separação entre essência e aparência – para que a sua vida apareça.

Para compor nossa análise documental, selecionamos os seguintes documentos:

- Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2008);
- Matriz curricular: Ensino Fundamental de 9 anos (SME- 2011) – em construção;
- Documentos licitatórios: Pregão Presencial 0043/2010, Pregão Presencial 024/SMAP/DLC/2012; Pregão Presencial 261/SMAP/DLC/2013;
- Processo do tipo representação da Licitação nº 261/SMAP/DLC/2013, sob o Protocolo de nº 10476/2013 10476;
- Portaria nº 001/10: Instaura comissão de avaliação dos Sistemas de Ensino participantes do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial;
- Apostila “Caminhos”.

Consultamos, também, os seguintes portais eletrônicos:

- Portal eletrônico Cidade Educação;
- Portal eletrônico do Sistema Educacional Família e Escola – SEFE;
- Portal eletrônico da Base Editora;
- Portal eletrônico do Instituto UniBrasil;

- Portal eletrônico da Secretaria Municipal de Educação - SME;
- Portal eletrônico do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis – SINTRASEM.

1.2.2.1 O estudo dos documentos: a contradição e os elementos de disputa

A análise dos documentos oportunizou uma aproximação com o objeto de estudo, tendo sempre como horizonte sua apreensão na totalidade. Os dados obtidos foram analisados considerando seu contexto bem como suas conexões e contradições.

Percebemos, no primeiro contato com os documentos, que a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RME), possui dois currículos distintos: um direcionado pela Proposta Curricular de Florianópolis (2008) e outro direcionado pela empresa SEFE (Sistema Educacional Família e Escola).

Uma das preocupações da Proposta Curricular de Florianópolis (2008), de acordo com o que é exposto no documento, é “que o currículo deve ser objeto de constantes discussões e atualizações, centrando o compromisso na qualificação da escola pública.” (FLORIANÓPOLIS, 2008, p.10).

No entanto, ao analisarmos o documento licitatório do Pregão Presencial³⁰ 024/SMAP/DLC/2012, observamos, desde seu texto inicial, que a preocupação na contratação visa a sua aquisição pelo critério de menor preço³¹, deixando o critério da

³⁰ Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, consultar as leis federais nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui o pregão presencial e Lei Federal nº 8.666/93.

³¹ Numa licitação do tipo “menor preço” como critério de seleção da proposta, é determinada como vencedora a empresa que ofertar o menor preço do mercado.

melhor proposta pedagógica em segundo plano. No item 6, que trata da fase competitiva do certame consta que:

6.1 – Aberta a sessão pública do Pregão, imediatamente após a entrega dos envelopes, já protocolados, o pregoeiro abrirá o envelope n.º 1 contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente Edital e as ordenará por ordem de menor. 6.2.1 – Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 3 (três). (FLORIANÓPOLIS, 2012)

Contudo, observam-se indícios de resistência à prática de aproximação da educação com o mercado no Boletim *on-line* nº66 (2013) do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM) no qual está contida a seguinte afirmação:

Em relação ao currículo, a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis (SME) ignorou a proposta curricular construída coletivamente pelos trabalhadores da Rede Municipal de Ensino (RME) em conjunto com a própria SME no ano de 2008, desprezando o programa de livro didático financiado pelo MEC, para comprar um sistema de ensino pronto, da iniciativa privada desrespeitando, inclusive, os PPPs das unidades e restringindo a participação e

autoria dos professores no processo educacional. (SINTRASEM, 2013³²)

No documento da proposta curricular de Florianópolis (2008), há o exercício de um resgate histórico, o qual demonstra a preocupação desta Rede de Ensino em destacar a construção de propostas curriculares para a rede baseadas no discurso da participação coletiva:

Num resgate histórico feito por Costa (2001), consta que em 1986, responsáveis pela educação do município mostraram interesse nas discussões sobre currículos. Aponta que o documento Os Primeiros Cem Dias da Nova Administração Municipal de Educação, na letra D, em que apresenta as Propostas da Secretaria Municipal de Educação, traz explícita a intenção na revisão dos conteúdos programáticos, vinculando esta ação à criação de espaços pedagógicos que foram se firmando no decorrer do processo de Encontros Pedagógicos. Estes eram estruturados através do Projeto: Séries de Ensino, que entre outros objetivos, tinham a pretensão de “(...) adequar o currículo, reavaliando-o sistematicamente de acordo com a realidade”. Porém, as discussões sobre propostas curriculares para a Rede iniciaram-se, mais especificamente, em 1987, culminando com a elaboração do documento Conteúdos Programáticos – 1ª a 8ª série, apresentando um roteiro de conteúdos para cada disciplina e série do Ensino Fundamental, oficializado em 1991. Em meados de 1993, a equipe da Secretaria Municipal de Educação lançou

³² Disponível em: www.sintrasem.org.br. Acesso em: 06 jun. 2013.

o documento Diretrizes e Metas para a Educação – Governo da Frente Popular 1993-1996 e, posteriormente, em 1996, resultado do Movimento de Reorientação Curricular, publicou o documento Traduzindo em ações: das Diretrizes a uma Proposta Curricular, como elemento fortalecedor do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Em 2000, visando à implementação das políticas e diretrizes apresentadas no Movimento de Reorganização Didática, foi publicado o material intitulado Subsídios para a Reorganização Didática no Ensino Fundamental. (FLORIANÓPOLIS, 2008,p. 10)

Observa-se que, em um momento da história da RME, o discurso de “construção coletiva” ganhou importância e foi mobilizado como forma de agregar os professores à proposta curricular da rede. Contudo, mais recentemente, um elemento novo na conjuntura política, é observado com a contratação de uma empresa privada para fornecer um “sistema de ensino” (FLORIANÓPOLIS, 2012) às suas escolas.

Outro importante elemento a ser considerado na posição político-pedagógica da proposta curricular de Florianópolis (2008), quando comparada ao material formulado por uma empresa privada, diz respeito a sua padronização.

No documento da Proposta Curricular (2008) consta a seguinte afirmação:

Acredita-se que as crianças e os jovens são sujeitos ativos de aprendizagem, com possibilidades infinitas de (todos) aprender e, portanto, rebeldes a uma prática unidirecionada à criança e ao jovem, como se todos fossem iguais, aprendessem da

mesma forma. (FLORIANÓPOLIS, 2008. p. 15).

Um sistema apostilado fornecido por uma empresa privada, por outro lado, “engessa” todos na mesma “formatação”, tendo como um de seus objetivos, a padronização dos indivíduos exigidos pelo mercado.

Percebemos aí mais um elemento contraditório nessas propostas.

De acordo com Shiroma et al. (2005.p. 431), “partindo do suposto da política como processo, uma contribuição interessante para a análise de documentos parece decorrer da exploração das contradições internas às formulações, posto que os textos evidenciam vozes discordantes em disputa.”

O processo de implantação do sistema apostilado na RME de Florianópolis nos faz refletir sobre esses elementos indicados acima: Se essa proposta de uso das apostilas nas escolas públicas municipais é defendida pelos mesmos gestores do Departamento de Ensino Fundamental (DEF) que elaboraram a proposta curricular de 2008, quais vozes foram silenciadas? Esta pode ser uma mudança de posição da equipe do DEF, ou ainda há disputas quanto às duas propostas?

1.2.3 Entrevistas semiestruturadas

Com o propósito de identificar elementos que contribuam para o aprofundamento do debate em torno das hipóteses elaboradas, realizamos entrevistas com sujeitos diretamente envolvidos com a implementação do sistema apostilado no município de Florianópolis.

Pensamos, num primeiro momento, em realizar entrevistas com uma assessora pedagógica da SME³³ que tenha participado

³³ Com relação à decisão de entrevistar uma assessora pedagógica da SME responsável pelo sistema apostilado nesta rede de ensino, temos

do processo de implementação do sistema apostilado na RME de Florianópolis; com diretores de escolas que, por princípio, são os que “autorizam” ou não a entrada do apostilamento nas escolas; e com os professores que lidam diretamente com o material didático na sala de aula.

Como procedimento orientado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), entramos em contato com a Gerência de Formação Permanente (GEPE)³⁴ da SME, procedimento obrigatório para quem realiza pesquisa em qualquer dependência da PMF. Para essa gerência foi enviado o projeto de pesquisa de mestrado com os procedimentos de pesquisa e a carta de recomendação da orientadora (ANEXO A) solicitando o aceite da SME para a realização da pesquisa nas escolas e na SME. Também nesse primeiro contato informamos à GEPE que deveríamos passar pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CEPSH), por se tratar de pesquisa com seres humanos.

Assim que recebemos a declaração para o Comitê de Ética enviada pela GEPE (ANEXO B), demos entrada ao processo de liberação da pesquisa no Comitê. Foi um processo bastante demorado que, entre idas e vindas ocasionadas por pendências, foi finalmente aprovado.

Após liberação do Comitê de Ética, realizamos novo contato com a Gerência de Formação Permanente da PMF, para que esta fizesse contato com a assessora pedagógica da SME e com as escolas. A GEPE elaborou uma carta de encaminhamento³⁵ (ANEXO C) para ser entregue às instituições no momento da entrevista. Para as escolas e secretaria também foi

a pretensão de investigar quais as razões e os argumentos que sustentam essa contratação, as possíveis contradições e disputas entre os sujeitos envolvidos, entre outros aspectos.

³⁴ É importante destacar o empenho por parte dessa gerência na lida com os encaminhamentos. Os questionamentos eram precisamente respondidos, demonstrando o interesse dos servidores públicos responsáveis por essa gerência na articulação e no desenvolvimento da pesquisa.

³⁵ Este também consiste num procedimento exigido pela PMF.

enviado previamente o projeto de pesquisa, especificando os objetivos e os procedimentos metodológicos da pesquisa. Como já era final do ano letivo de 2013³⁶, decidimos realizar as entrevistas no início do ano letivo de 2014.

No entanto, pensamos em realizar a entrevista com a assessora pedagógica da SME ainda no final de 2013, para podermos arrolar alguns dados para serem explorados antes das entrevistas com os professores. Contudo, no contato com a assessora pedagógica da SME, também nos foi apontada a exiguidade do tempo, por também a secretaria estar finalizando seu trabalho letivo. Foi sugerido, então, pela assessora³⁷ da SME que mandássemos o roteiro das entrevistas via e-mail que, dessa forma, ela poderia nos responder. Enviamos, então, o roteiro para que fosse respondido.

No início do ano letivo de 2014, entramos em contato, via telefone e e-mail, com os diretores³⁸ das escolas para agendarmos as entrevistas.

Novamente a questão do tempo foi um entrave nesse processo, pois, na RME de Florianópolis, as escolas têm apenas dois dias no início do ano para organizar seu planejamento anual e o calendário do ano letivo, administrar a chegada de novos professores, entre outras demandas. Diante disso, postergamos

³⁶ Nessa época do ano os professores e diretores nas escolas estão ainda mais atarefados, principalmente por conta do encerramento do ano letivo e das avaliações dos alunos, entre outras ações pedagógicas que o encerramento do ano letivo demanda. Precisávamos de um momento mais tranquilo para que os professores e diretores pudessem pensar sua prática e responder sem pressa as questões.

³⁷ A entrevistada é assessora pedagógica da SME há dois anos e é uma das pessoas que responde na secretaria pelo SEFE, participando dos encaminhamentos para as escolas e coordenando as formações do SEFE e do PNAIC.

³⁸ Os contatos foram feitos com os diretores que, no final de 2013, em resposta à GEPE, haviam aceitado participar da pesquisa.

para a segunda quinzena de fevereiro o início das entrevistas nas escolas.

1.2.3.1 As escolas e os sujeitos envolvidos com a pesquisa

O Ensino Fundamental da RME de Florianópolis tem nove escolas desdobradas e vinte e sete escolas básicas.

Optamos por realizar as entrevistas nas escolas básicas por serem escolas maiores e, portanto, com um maior número de professores e também pelo fato de não estabelecermos contato direto com seus profissionais por trabalharmos especificamente em escola desdobrada.

Importava-nos identificar os motivos pelos quais a SME de Florianópolis implementou o sistema apostilado primeiramente em uma escola-piloto; analisar, entre outras questões, o interesse da escola pelo apostilamento e que tipo de resultados esta proposta está suscitando, como por exemplo, o controle do trabalho do professor; identificar as resistências à proposta dentro da unidade educativa, bem como os motivos que levaram algumas escolas a desistirem de trabalhar com a proposta; compreender as razões pelas quais a maioria das escolas não aderiram ao sistema apostilado, com o intuito de trabalharmos as contradições dessa proposta.

Decidimos selecionar cinco dessas escolas, elegendo como principal critério a verticalização da pesquisa no sentido de estabelecer com a empiria uma relação mais estreita e precisa.

Neste sentido, definimos, de acordo com os motivos elencados, os seguintes critérios na escolha das escolas:

- 1) Escola-piloto do sistema apostilado na Rede Municipal de Ensino (RME) de Florianópolis: primeira escola a implementar o sistema apostilado (2009) (Escola 1);
- 2) Uma escola que implementou o sistema apostilado no ano de 2010 e continua com a proposta até 2014 (Escola 2);

3) Uma escola que implementou o sistema apostilado no ano de 2010 e, no final do mesmo ano, desistiu de trabalhar com a proposta (Escola 3);

4) Uma escola que implementou o sistema apostilado em 2010 e, no final de 2012, desistiu de trabalhar com a proposta (Escola 4);

5) Uma escola que não implementou o sistema apostilado (Escola 5).

Em cada uma dessas escolas tínhamos a pretensão de entrevistar de três a cinco professores que trabalhassem com turmas do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental. Nas cinco escolas selecionadas para nossa pesquisa, entrevistamos um total de 14 professores: 3 professores na escola 1; 3 professores na escola 2; 2 professores na escola 3; 2 professores na escola 4; e 4 professores na escola 5.³⁹

Entrevistamos também os cinco diretores (um de cada escola) e em uma das escolas também realizamos entrevista com uma orientadora educacional⁴⁰, já que não foi possível entrevistarmos a pessoa que estava na direção daquela escola no ano em que ali foi implementado o sistema apostilado.

O quadro 2 traz a representação do número de sujeitos entrevistados nas cinco escolas básicas selecionadas para nossa pesquisa.

³⁹ Nas escolas 3 e 4 não conseguimos entrevistar o número mínimo de professores (3), pois apenas duas professoras permaneciam nelas desde a implantação do SEFE. As diretoras explicaram que na escola há uma rotatividade muito grande de professores, o que dificulta os encaminhamentos pedagógicos bem como a avaliação dos projetos desenvolvidos.

³¹ O mesmo procedimento pensamos em realizar com a supervisora da escola-piloto, no entanto, esta se prontificou em respondê-lo por e-mail, o que acabou não acontecendo.

Quadro 2: Número de sujeitos entrevistados nas escolas

Identificação das Escolas	Professores	Diretores	Orientadora Educacional	Total de entrevistados
1	3	1		4
2	3	1		4
3	2	1	1	4
4	2	1		3
5	4	1		5
Total	14	5	1	20

Fonte: Dados provenientes das entrevistas nas escolas no período de 11/02/2014 a 07/03/2014.

Para representar a quantidade exata de sujeitos entrevistados durante nossa pesquisa: 1 assessora pedagógica da SME, 14 professores, 5 diretores e 1 orientadora educacional, totalizando 21 entrevistados. Podemos visualizar melhor os dados, no quadro a seguir:

Quadro 3: Relação total dos sujeitos entrevistados, por categoria, durante a pesquisa

Sujeitos entrevistados	Quantidade
Professores	14
Diretores escolares	05
Orientadora educacional	01
Assessora pedagógica	01
Total	21

Fonte: Dados provenientes das entrevistas realizadas nas escolas e na SME no período de 12/12/2013 a 07/03/2014.

1.2.3.2 As entrevistas

Para realizar as entrevistas, elaboramos três tipos de roteiros⁴¹: um direcionado à assessora pedagógica da SME, um direcionado aos professores e outro direcionado aos diretores e à orientadora educacional.

Para a assessora pedagógica da SME, elaboramos um roteiro de entrevista (APÊNDICE J) que foi respondido via e-mail, conforme já explicitado no início deste capítulo, item 1.2.3 “entrevistas semiestruturadas”.

Definimos os roteiros em bloco de acordo com os critérios elencados para cada escola. Desse modo, elaboramos um roteiro para ser utilizado nas escolas 1 e 2 (APÊNDICE K); um roteiro para ser utilizado nas escolas 3 e 4 (APÊNDICE L) e um roteiro para ser utilizado na escola 5 (APÊNDICE M). Salientamos que os blocos de roteiros variaram em algumas questões, mas mantiveram a mesma linha de raciocínio.

Todas as entrevistas foram realizadas nas escolas, em ambientes fechados - sala dos professores, sala da direção, sala da equipe pedagógica, auditório - para um melhor aproveitamento da conversa.

Antes de iniciarmos as entrevistas, solicitamos a permissão para utilizarmos o gravador, no sentido de podermos aproveitar melhor todos os dados.

Os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE N), procedimento este exigido pelo CEPESH/ UFSC.

Após serem realizadas todas as entrevistas, realizamos um trabalho de transcrição destas, com a intencionalidade de apurar minuciosamente as consequências derivadas do processo de implementação do sistema apostilado na RME de Florianópolis.

⁴¹ Realizamos como amostra, duas entrevistas (com uma professora e com um diretor de escola) o que nos possibilitou sugestões, como indagar aos entrevistados sua opinião sobre o porque da adoção desse sistema privado pela PMF e se houve resistência por parte dos professores da rede, entre outras questões.

A análise dos dados das entrevistas encontra-se desenvolvida no quarto capítulo deste texto.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Nosso texto está organizado em cinco capítulos, os quais compõem uma análise da implementação do sistema apostilado no município de Florianópolis.

Na introdução são apresentados aspectos gerais do objeto de estudo, os objetivos estabelecidos na realização da pesquisa, o marco temporal estabelecido para a realização deste estudo, as hipóteses e os procedimentos metodológicos (balanço de literatura, análise documental e entrevistas semiestruturadas).

No segundo capítulo – O sistema apostilado nas redes públicas brasileiras – trazemos um levantamento de dados sobre a implantação do sistema apostilado como tendência crescente nos municípios brasileiros. Ao evidenciarmos as Parcerias Público-Privadas (PPPs), fazemos referência à reforma do Estado ocorrida na década de 1990, à reforma educacional por meio da administração pública gerencial e ao desdobramento dessa política na criação do FUNDEF.

Com base na literatura consultada, evidenciamos a crescente intervenção das empresas “Sistema Curso Oswaldo Cruz (COC) de ensino”, “sistema objetivo de ensino”, “sistema positivo”, “Sistema Anglo de Ensino” e “Sistema Etapa”, nas escolas públicas municipais brasileiras. Utilizamos os seguintes eixos de análise da literatura sobre o assunto: a municipalização do Ensino Fundamental; consequências para o trabalho do professor; disseminação da política; administração pública gerencial: entre o público e o privado; aquisição de sistemas privados de ensino: busca pela “qualidade”?

No terceiro capítulo - A política educacional da Prefeitura Municipal de Florianópolis: um estudo do sistema apostilado –, apresentamos a caracterização da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, especialmente no que se refere aos encaminhamentos político-pedagógicos na gestão Dário Berger.

Em seguida, apresentamos a caracterização do sistema apostilado, por meio dos eixos: sistema educacional, sistema de ensino, sistema apostilado: qual o termo apropriado? Caracterizamos a empresa SEFE e desenvolvemos uma análise da implementação do sistema apostilado no município de Florianópolis.

No quarto capítulo - O sistema apostilado na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis: a lógica privatista a serviço do controle e da desqualificação do trabalho do professor -, apresentamos a análise dos dados das entrevistas com os professores, diretores e orientadora educacional, bem como os dados do questionário respondido pela assessora pedagógica.

A análise dos dados relacionados com os documentos e a literatura foram apresentados mediante as seguintes categorias de análise: a lógica privatista, o controle do trabalho do professor e a (des)valorização do professor.

No último capítulo apresentamos algumas considerações sobre a implantação do sistema apostilado no município de Florianópolis como uma das medidas privatistas que controlam e desqualificam o trabalho do professor.

Resgatamos os argumentos expressos nos documentos e entrevistas, os quais servem de consenso para a adoção do sistema apostilado em algumas escolas, destacando elementos de contradição.

2 O SISTEMA APOSTILADO NAS REDES PÚBLICAS BRASILEIRAS

No desenvolvimento da pesquisa, constatamos que a prática de implantação de sistemas apostilados em escolas públicas não é um fenômeno estanque, existente apenas no município de Florianópolis. Com base na análise da literatura acadêmica sobre o tema, pudemos perceber essa prática como uma recorrência em várias redes públicas brasileiras.

Procuraremos, neste capítulo, explicitar como tem se desenvolvido o processo de aquisição de sistemas apostilados pelas redes públicas de ensino em âmbito nacional, por meio de parcerias-público-privadas.

A reforma educacional no Brasil, impulsionada pela reforma do Estado de 1990, teve como uma de suas implicações o aprofundamento da presença das empresas privadas na educação pública.

De acordo com Krawczyk (2008, p. 3):

A reforma educacional no Brasil iniciou-se na segunda metade da década de 1990 com o intuito de consolidar uma nova forma de gestão da educação e da escola e, ao mesmo tempo, de reverter o exíguo atendimento dos ensinos fundamental e médio, bem como os altos índices de fracasso e evasão escolar.

Pesquisadores (AMORIM, 2008; NICOLETI, 2009; ADRIÃO, et al., 2009; SOUZA, 2011; MAUÉS, 2005; ADRIÃO, et al., 2010; CAETANO; PERONI, 2012;) ressaltam que as reformas educacionais ocorridas nesse período desdobram-se na municipalização do ensino e na criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), tendo como uma de suas consequências a

transferência de elementos constitutivos do modelo privado de gestão para o ensino público.

Com relação às parcerias público-privadas (PPPs), Arelaro (2005, p. 1053-1054) traz importante contribuição no que se refere a sua instituição respaldada em forma de lei. De acordo com a pesquisadora,

A emenda Constitucional n. 19 é o primeiro ato legal no qual aparece, de forma explícita, a nova concepção de Estado e onde se reconceitua “interesse público”, uma vez que ela propõe e autoriza que parte das funções tradicionais do Estado sejam repassadas aos privados, sob a forma de parceria ou gerenciamento terceirizado. Por essa emenda, as atividades públicas na área da saúde e na educação, por exemplo, podem ser privatizadas, uma vez que o novo conceito de “interesse público” abdica do conceito de “atividade estatal”. (ARELARO, 2005, p.1053-1054).

Esse tipo de parceria entre empresas privadas e prefeituras vem crescendo e substituindo a oferta educacional concebida, planejada e realizada pelo poder público estatal.

No balanço de literatura realizado nesta pesquisa, as empresas mais citadas que fornecem sistemas apostilados são: o Sistema Curso Oswaldo Cruz (COC) de Ensino, Sistema Objetivo de Ensino, Sistema Positivo, Sistema Anglo de Ensino e Sistema Etapa.

De acordo com Adrião et al. (2009), a empresa COC é a responsável pelo maior número de contratos com municípios paulistas.

Por outro lado, Nicoletti (2009), Adrião et al. (2009), e Amorim (2008), consideram que, quando os serviços são oferecidos às prefeituras, os nomes das empresas contratadas aparecem nos documentos representados por termos diferentes do seu nome de origem. Exemplo disso é o termo NAME (Núcleo

de Apoio à Municipalização do Ensino), da empresa COC; o termo SOME (sistema objetivo municipal de ensino), da empresa Objetivo; o termo SABE (Sistema Aberto de Educação), da empresa Positivo; e o Projecta, do Grupo Kroton Educacional.

Segundo Nicoleti (2009, p. 31), as empresas alegam que, ao utilizarem termos diferenciados para o mesmo produto, além “de garantirem uma maior aproximação com seu público-alvo, esses sistemas produzem um material diferenciado e direcionado aos convênios municipais”.

No entanto, Adrião et al. (2009, p.808) consideram que os termos adicionados aos nomes das empresas vêm atrelados a um material de qualidade inferior àquele oferecido às escolas particulares.

De acordo com as pesquisadoras,

[...] trata-se de ofertar às escolas públicas um material de menor custo e que não faça frente àqueles existentes nas escolas privadas do município, uma vez que, se assim fosse, poderia haver um relativo êxodo das matrículas para o setor público, estabelecendo-se, ineditamente, uma concorrência intra-serviços (sic) oferecidos pela mesma empresa.

Nicoleti (2009) ressalta que, neste sentido, uma nova vertente do material se forma diferentemente daquela utilizada pelas escolas particulares e “se os materiais produzidos são diferentes, não se pode afirmar que a escola municipal tornar-se-á semelhante à particular, por causa da aquisição desses materiais.” (p.33).

Amorim (2008, p. 148) tomou como objeto de estudo o NAME, vinculado ao sistema COC, e verificou que o interesse nas escolas municipais era “lançar no mercado um produto que fosse atrativo tanto para as autoridades municipais quanto para os pais de alunos”, objetivando um crescimento das vendas no mercado, tendo em vista o processo de municipalização do Ensino Fundamental.

Segundo o pesquisador, a marca NAME passou a ser uma das frentes de atuação do COC junto aos municípios, com a pretensão de ser, “como seu próprio nome remete, uma instituição de apoio à educação municipal.” (Ibid. p.185). No entanto, o pesquisador observa que o que é apresentado como suporte didático pela empresa não pode ser considerado apoio pedagógico por ser característico a um atendimento ao cliente, comparado a qualquer serviço de *telemarketing* veiculado pelas práticas empresariais.

Ao destacar a expressão “sistemas de ensino” entre aspas, ADRIÃO et al. (2009) justificam que não é por acaso essa denominação por parte das empresas privadas que oferecem seus produtos educacionais às escolas públicas municipais, visto que a venda desses materiais é uma estratégia do setor privado para ampliar seu mercado incidindo sobre o espaço público, assumindo suas responsabilidades educacionais.

As pesquisadoras, tomando como base a obra de Dermeval Saviani, ressaltam que a palavra sistema, quando relacionada à educação, implica opção coordenada e integrada das partes em “um todo que articula uma variedade de elementos que, ao se integrarem ao todo, nem por isso perdem a própria identidade” (SAVIANI, 1997, p. 206).

Neste sentido, os produtos que vêm sendo vendidos pelas empresas privadas para as escolas públicas não possuem características de “sistemas de ensino” por constituírem um conjunto de atividades pedagógicas atreladas a materiais didáticos sem afinidade política e pedagógica com a proposta da escola.

Para Adrião et al. (2009, p.811),

As instituições privadas que oferecem os sistemas de ensino, com algumas exceções e variações, tendem não só a determinar os conteúdos a serem desenvolvidos pelos professores, mas também os tempos de trabalho, as rotinas e a metodologia de ensino. Também a assessoria prestada, com variações de regularidade e de

práticas, atua monitorando a implementação do material comprado pela municipalidade.

A reflexão desenvolvida por Adrião et al. (2009) no excerto acima remete ao processo de privatização na Rede Municipal de Ensino (RME) de Florianópolis, por meio da implantação do sistema apostilado desde o ano de 2009.

Percebemos que o tipo de contratação realizado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e a empresa privada Sistema Educacional Família e Escola (SEFE) atende preferencialmente aos interesses de mercado⁴².

Entendemos, no entanto, que os professores da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis têm um histórico de luta em meio às funções que assumem no espaço escolar. Por meio dessas lutas, vêm historicamente reivindicando seus direitos, construindo coletivamente propostas, discordando de muitas outras que, ao serem elaboradas, objetivam descartar o trabalho dos próprios professores.

Os espaços de luta são os mais diversos possíveis, sejam eles proporcionados pelo sindicato, sejam nos cursos de formação, disputando espaços com equipes da Secretaria Municipal de Educação (SME), sejam, ainda, nos espaços de trabalho.

É no espaço de trabalho (a escola) que a articulação entre os professores é cada vez mais dificultada. A cada dia, a escola vem perdendo mais seu espaço de aprendizado para as novas demandas advindas tanto da SME quanto do Ministério da Educação (MEC) mediante processo de intensificação de seu trabalho.

O perfil do professor difundido pela OCDE e pela SME de Florianópolis é o de

⁴² Em 2009 a empresa participou de negociação com a PMF com a denominação de Sistema Educacional UniBrasil – SEU.

um profissional polivalente, capaz de “realizar diversos serviços ao mesmo tempo, o que significa essencialmente realizar mais trabalho dentro da mesma duração da jornada” (DALROSSO, 2008, p. 123).

Ele precisa atender os alunos e a escola em todas as suas deficiências, e também ser um *expert* nos mais variados assuntos. Necessita ter o domínio das técnicas de trabalho, do gerenciamento de conflitos, do atendimento aos pais e da participação na gestão da escola, ou seja, está cercado por “tarefismos”. O trabalho do professor passa a incorporar mais atividades à sua rotina. As atribuições administrativas e burocráticas são associadas às atividades docentes, o que tende a resultar em intensificação do trabalho ao somarem-se a outras tarefas (SANTOS, 2013, p.124).

Desse modo, o tempo despendido para desenvolver funções burocráticas é mais uma forma de forjar o (pouco) tempo que o professor tem para analisar o que chega de implementação de políticas no espaço escolar, além de desviar seu foco do ensino dos conhecimentos científicos.

O professor, por sua vez, é instigado ao desafio de interpretar o papel que melhor se adequa ao cumprimento dessa gama de atribuições que lhes são conferidas advindas das políticas educacionais condicionadas à lógica do mercado.

Outro elemento constituinte da reforma educacional em curso é a ideia de profissionalização, a qual remete o professor a uma nova concepção que faz dele um técnico, cumprindo funções, sem tempo de refletir sobre elas.

De acordo com Shiroma e Evangelista (2011, p.129),

Incluído no rol dos “vocábulos positivos” que alicerçam o discurso reformador, o

termo “profissional” remete às noções de competências, credenciais, autoridade legitimada por um conhecimento específico e autonomia para exercer um ofício; remete a domínio de saber específico, próprio de um campo de atuação que requer formação específica em instituição credenciada, preferencialmente de nível superior.

Contudo, a falta de tempo para os estudos faz com que muitos professores procurem um curso à distância para aperfeiçoar seus conhecimentos, uma formação despolitizada, por fazer parte do mesmo sistema alicerçado nos moldes do mercado e disseminando consensos em torno deste. Segundo Mészáros (2008, p.45):

Uma das funções principais da educação formal nas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa - ou mesmo mera tolerância - de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental.

Imbuídos nas atividades do dia a dia, os professores são levados a não perceber que tanto a concepção que lhe é inculcada de um mundo globalizado e a de um conhecimento tecnológico imprescindível, bem como a formação de professores com ensino a distância e a formação aligeirada devido à reformulação dos cursos de Pedagogia, por exemplo, são faces de um mesmo plano.

Trata-se de uma estratégia política que objetiva direcionar o público à lógica do mercado.

Neste sentido, centraliza-se o currículo e a formação de professores como arma de controle com base numa ideologia que prioriza o lucro e o modo de produção capitalista. Dessa forma, a liberdade da escola para a organização do trabalho pedagógico fica limitada ao cumprimento de tarefas.

O sistema apostilado constitui-se numa das expressões dessa lógica no município de Florianópolis.

2.1 O SISTEMA APOSTILADO NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Ao analisarmos as produções acadêmicas selecionadas, tomamos como base os eixos de análise no sentido de examinar com maior precisão as ideias dos pesquisadores, bem como os pontos comuns e os divergentes entre eles. Conforme anunciamos na seção 1.3, estabelecemos eixos de análise das produções acadêmicas acerca do sistema apostilado, sobre os quais passamos a discorrer.

2.1.1 A municipalização do Ensino Fundamental

De acordo com alguns pesquisadores (ADRIÃO et.al., 2009; AMORIM, 2008; NICOLETI, 2009), a municipalização do Ensino Fundamental foi uma determinação importante para o processo de implantação do sistema apostilado nas redes municipais de ensino.

Para Nicoletti (2009, p.87), um dos fatores que “estimulou a municipalização do ensino foi a implantação do Fundef pelo governo federal em 1998, pois a municipalização constituiu a única forma de os municípios recuperarem os recursos retidos pelo fundo.” Segundo o pesquisador, com a municipalização do Ensino Fundamental, os municípios de pequeno porte estão mais

propícios a renderem-se às estratégias financeiras do mercado educacional.

Sobre esse aspecto, Adrião et al. (2009) ressaltam que

Em sua maioria, são municípios de pequeno porte que, na década de 1990, assumiram responsabilidades para com a oferta do nível obrigatório de ensino, para as quais, provavelmente, não estavam preparados. Tal situação parece confirmar a hipótese de que os pequenos municípios possuem condições mais adversas, do ponto de vista político e operacional para a oferta educacional. (ADRIÃO et al., 2009, p.805)

Corroborando com a argumentação expressa no excerto acima, Amorim (2008, p. 10) observa que a municipalização abriu “espaço para a atuação de sistemas particulares de ensino junto às escolas públicas”.

Adrião et al. (2009, p.801) observam que,

[...] como resposta a essas novas demandas, complexificadas pela diminuição dos aparatos técnicos, em virtude das reformas na administração pública ocorridas durante os anos de 1990, apresentam-se as parcerias com empresas privadas. No estado de São Paulo, proliferam opções governamentais com vistas a implementar tais parcerias no campo educacional, sobretudo a partir da municipalização do Ensino Fundamental, iniciada no estado em 1996 e, posteriormente, implementada em nível nacional, após a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), por meio da Emenda Constitucional n. 14/96.

A respeito da descentralização da educação, Jamil Cury (2001, apud Adrião et al., 2009, p. 804) faz a seguinte crítica:

A rigor, as políticas de descentralização, sobretudo se acompanhadas do atual modo vigente do pacto federativo, significam um repasse de responsabilidade dos escalões nacionais para os subnacionais. Se estes últimos não forem capazes de sustentar suas responsabilidades, o risco é o de haver um deslocamento do público para o privado e aí reside o risco maior de uma competitividade e seletividade, de corte mercadológico, pouco natural aos fins da educação.

Pesquisadores (AMORIM, 2008; NICOLETI, 2009; ADRIÃO et al., 2009; SOUZA, 2011; MAUÉS, 2005; ADRIÃO et al., 2010; CAETANO; PERONI, 2012;) ressaltam que a descentralização do ensino não garante por si só a melhoria na qualidade do ensino e o fortalecimento da democracia, trazendo graves consequências à educação, entre elas, o processo de mercantilização do ensino.

Adrião et al. (2009, p. 812) constataram, nas entrevistas com gestores educacionais, que a justificativa pedagógica dada por estes quanto a contratação de empresas privadas para prestarem serviços às escolas públicas municipais, tendo como causa a municipalização do ensino, ocorre por dois motivos: “a padronização da qualidade do ensino, por meio da homogeneização dos projetos pedagógicos, e a construção de uma identidade para a educação municipal por meio dessa homogeneização.”

Nicoletti (2009) também se refere à justificativa pedagógica dada pelos entrevistados para a contratação das empresas privadas de ensino. Segundo ele, a desorganização curricular é o grande problema apontado pelos gestores como consequência da municipalização do ensino. O pesquisador aponta para a

necessidade de, nesse caso, haver uma reflexão conjunta dos envolvidos no processo educacional do município em busca de organizarem seus referenciais pedagógicos. No entanto, para os municípios pequenos, cujos recursos são escassos, tal proposta torna-se difícil de ser implantada, o que, segundo o pesquisador, facilita a inserção do modelo empresarial nestas escolas municipais.

É consensual, entre grande parte dos pesquisadores consultados (AMORIM, 2008; NICOLETI, 2009; ADRIÃO et al., 2009; SOUZA, 2011; MAUÉS, 2005; ADRIÃO et al., 2010; CAETANO; PERONI, 2012), a importância que deveria ter o professor no processo decisório educacional. No entanto, o que constata na política educacional vigente e com base em suas pesquisas é o descaso dos dirigentes municipais quanto à valorização dos professores que, segundo os pesquisadores, deveriam ser os primeiros a serem ouvidos sobre as propostas educacionais a serem implantadas em suas escolas.

É nesse viés que será desenvolvido o próximo eixo de análise que versará sobre de que forma esse processo político e pedagógico pelo que enfrentam hoje as escolas públicas municipais atinge o trabalho do professor.

2.1.2 Consequências para o trabalho do professor

Como constatamos nas afirmações dos pesquisadores, a contratação de uma empresa privada que vende serviços educacionais para escolas públicas municipais não passa pelo crivo do professor. Neste sentido, trazemos como chaves de análise as categorias: controle, autonomia e resistência, por entender que estas vêm sendo tratadas enfaticamente pelos pesquisadores selecionados e sempre direcionadas à figura do professor.

2.1.2.1 Controle

O controle do trabalho do professor, de acordo com os pesquisadores selecionados, aparece principalmente relacionado à questão do tempo.

Segundo Nicoletti (2009, p.80), “embora se afirme que o professor possa enriquecer o seu trabalho com atividades diferenciadas, diz-se também que ele deve cumprir os prazos determinados pelo sistema privado.”.

Para Amorim (2008), a apostila também permite exercer controle com relação aos tipos de aulas previstas que compartimentam o tempo, sintetizando o conhecimento num sentido de preparação para provas e vestibulares, sem preocupação com a formação do indivíduo.

De acordo com o pesquisador, o fato de as apostilas terem sido introduzidas no ensino regular na década de 1970, em pleno regime militar, não foi por acaso. Para ele, “o ensino apostilado tende às políticas autoritárias e desenvolvimentistas, pois cuidam para que alunos e professores sejam controlados por esquemas rígidos de divisões de aula” (AMORIM, 2008, p. 42).

A cobrança dos resultados é outra forma de controle apontada pelos pesquisadores. Caetano e Peroni (2012), ao analisarem os projetos educacionais patrocinados pelos empresários no Rio Grande do Sul, no período entre 2007 e 2010 destacam o controle exercido pela cobrança dos resultados. Segundo as pesquisadoras, o maior valor da participação na visão dos empresários não está em financiar, mas em cobrar os resultados. No entanto, o “pacote didático”, uma vez adquirido, tem o professor como “veículo” de sua transmissão, não cabendo a este a função de questioná-lo, mas sim a de aplicá-lo.

As palavras postas entre aspas nesta frase vêm reforçar a ideia sustentada pelos pesquisadores selecionados que, diante de suas pesquisas, revelam estes e outros termos trazidos do espaço privado para a educação pública.

2.1.2.2 Autonomia

Com relação à autonomia dos professores, os pesquisadores (AMORIM, 2008; NICOLETI, 2009; ADRIÃO et al., 2009; SOUZA, 2011; MAUÉS, 2005; ADRIÃO et al., 2010; CAETANO; PERONI, 2012) fazem uma crítica aos modelos prontos e padronizados que dificultam a criticidade e o envolvimento do professor como participante ativo para reformular questões.

Por mais que este tenha iniciativa, a questão do tempo atrelado à quantidade de páginas das quais o professor tem que dar conta o impede de ir além, na visão dos pesquisadores.

Segundo Amorim (2008, p.187), as apostilas tolgem a autonomia do professor, pois “os parâmetros e diretrizes de ensino já são previamente ditados pelo material didático, gerando uma situação de fetiche que certamente culmina em uma prática alienada”.

Ao serem induzidos a realizar somente aquilo que é planejado por outro, os professores podem ter a propensão de ficar acomodados; no entanto, ao se darem conta dessa situação, devem resistir e buscar soluções no coletivo.

Ainda de acordo com Amorim (2008, p.185),

O que buscamos evidenciar é que selecionar, tratar e ministrar conteúdos deve ser uma atividade eminentemente professoral, pautada na percepção das necessidades expostas pelo grupo/classe, por meio da interação professor/aluno.

Há, como saída, o espaço da resistência que, segundo os pesquisadores, deve ser buscado no coletivo dos professores.

2.1.2.3 Resistência

Quanto à crítica à realidade educacional, Amorim (id.) defende a competência de professores e alunos em realizá-la no sentido de demonstrar que há um espaço de resistência que deve ser frequentemente resgatado.

Adrião et al. (2009), durante entrevista com um dos gestores educacionais, constataram que, na percepção do entrevistado, o professor apresenta resistência ao sistema apostilado somente se este tem divergências políticas com a atual administração ou no caso de sentir-se controlado pelo sistema.

Nicoletti (2009), ao tratar da resistência do professor, ressalta a mídia como importante recurso que deveria ser mais utilizado pelo coletivo dos professores. Segundo o pesquisador, um artigo escrito por Raymundo de Lima, doutor em educação e professor da Universidade Estadual de Maringá, faz uma crítica às apostilas ressaltando a necessidade do respeito à autonomia dos professores e das escolas. Em um dos trechos do artigo, o professor argumenta que

[...] a crítica não deve ser dirigida ao uso eventual de apostilas artesanalmente elaboradas pelo professor ou por sua escola, mas sim, à pressão da ideologia do mercado que faz da apostila um método único de saber e de poder; de ensinar tudo a todos como se estivéssemos no séc. 17, mas envoltos numa aura de ensino moderno ou pós-moderno. Isto é mais do que ter intenção de enganar, é quase uma barbárie. (LIMA, 2006 apud NICOLETI, 2009, p. 28).

No entanto, como aponta o pesquisador, o poder da mídia concentra-se, via de regra, nas mãos dos governos interessados em divulgar a “qualidade da educação” vinculada ao modelo privado. Concentra-se, ainda, nos interesses dos grandes

empresários preocupados, ou seria ocupados, em garantir uma fatia cada vez maior nessa disputa na arena educacional.

2.1.3 Disseminação da política

O campo educacional vem ganhando cada vez mais importância e centralidade na agenda política e econômica. As parcerias público-privadas estão na pauta do dia dos grandes empresários (ROBERTSON, 2012), parcerias estas que objetivam destruir os valores de uma educação voltada para a “educação emancipadora”, no dizer de Mészáros (2008).

É importante destacar que as políticas locais não são apenas “reflexos” de políticas educacionais globais. Entendemos as políticas locais como também propositoras de políticas educacionais, estabelecendo, assim, papel ativo nesse processo.

Na literatura consultada percebemos grande destaque para a influência da mídia no processo de disseminação dessa política.

2.1.4 Influência da mídia

A mídia é tratada pelos pesquisadores (AMORIM, 2008; NICOLETI, 2009; ADRIÃO et al., 2009; SOUZA, 2011; MAUÉS, 2005; ADRIÃO et al., 2010; CAETANO; PERONI, 2012) como importante aliada no processo de construção de consensos. No que se refere especificamente à contratação de empresas privadas para fornecimento de sistemas apostilados para a rede pública municipal, a mídia dissemina o produto como uma modernização no processo pedagógico. Divulga, segundo os autores, uma imagem de organização aos moldes da iniciativa privada, formando consensos em torno de uma realidade propagandística e não comprovada.

Nicoletti (2009, p. 84), durante sua pesquisa, analisou os índices educacionais dos municípios de São Paulo cujas escolas

utilizam o sistema apostilado e daqueles municípios cujas escolas não utilizam esse sistema e constatou que,

[...] no caso dos municípios estudados – ter um sistema privado de ensino atuando na rede municipal escolar não é sinônimo de garantia de qualidade da Educação, pois não há diferenças significativas entre o número de municípios que atingiram a meta do IDEB e possuem sistema apostilado e o número daqueles que utilizam livro didático e também alcançaram o IDEB projetado para 2007.

Nicoleti (2009) destaca a mídia como um veículo de informação importante que os professores deveriam utilizar com maior frequência. No entanto, constatou que a maioria das reportagens possui uma tendência de mercado que não leva o leitor a questionar sobre a contratação desses sistemas, sobre a falta de participação dos professores e da avaliação do MEC nesse processo de escolha.

Ou seja, a mídia vem sendo utilizada intensamente pelas prefeituras e pelas empresas que vendem seus sistemas de ensino, escamoteando a reflexão que um processo decisório de tamanha responsabilidade deveria ter.

A ideia de um pensamento mundializado é destacada por Caetano e Peroni (2012) como outro importante meio disseminador da política de inserção de um modelo privado e mercadológico de educação nas redes públicas municipais de ensino.

2.1.5 Participação dos organismos internacionais

O discurso sobre uma ideia de educação globalizada penetra no campo educacional como um discurso moderno. É moderno, portanto, neste cenário que se apresenta, a educação

pública adequar-se aos moldes da iniciativa privada, tendo o mercado como referência.

Caetano e Peroni (2012, p. 14)), em sua pesquisa que teve como objeto de estudo a política adotada pelo governo de Yeda Crusius no Rio Grande do Sul e as parcerias realizadas na educação, no período 2007-2010, constataram que

O Banco Mundial concede empréstimos, mas condiciona as políticas dos governos, que devem ser adequadas ao que estabelece o Consenso de Washington. Aceitando as imposições do BM, a governadora pediu um empréstimo de US\$ 1,1 bilhão, concedido em duas etapas, mas, em troca, deveria enxugar os gastos do estado com funcionalismo e operar mudanças nas carreiras. Uma das áreas mais atingidas foi o setor social, entre eles, a educação.

Um dos fatores determinantes dessa mudança é a transferência na educação de uma avaliação processual com vistas à aquisição de conhecimentos necessários à formação dos indivíduos, para uma avaliação dos resultados, estimulando a meritocracia dentro das instituições escolares.

Esse processo, segundo os pesquisadores, vem resultando na competitividade entre os professores e também entre as escolas que aderem aos “pacotes” de ensino como saída para atingir os índices educacionais e equiparar-se às escolas particulares.

O foco nos resultados, a responsabilização e a meritocracia instaurada nas escolas é a base da gestão gerencial na educação pública.

2.1.6 Administração pública gerencial: entre o público e o privado

A implementação do sistema apostilado nas escolas públicas municipais é uma das formas de inserção do setor privado na esfera pública, privilegiando os interesses do mercado. Esta afirmação é consenso entre os pesquisadores selecionados no balanço de produção acadêmica realizado para o presente estudo (AMORIM, 2008; NICOLETI, 2009; ADRIÃO et al., 2009; SOUZA, 2011; MAUÉS, 2005; ADRIÃO et al., 2010; CAETANO; PERONI, 2012). É também consenso entre os pesquisadores a constatação de que esta é mais uma característica da administração pública gerencial.

Ao tratar da administração pública gerencial, Caetano e Peroni (2012, p.1) definem como seus princípios fundamentais:

[...] a admissão, segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. [...] A meritocracia, a responsabilização, o foco nos resultados, são a base da gestão gerencial [...]"

Com foco nos resultados, a avaliação dos alunos, professores e instituições de ensino acontece atrelada à meritocracia.

De acordo com Caetano e Peroni (2012, p. 16), com a administração pública gerencial, a escola pública torna-se vulnerável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil. Ainda segundo os pesquisadores, o risco é inevitável “percebe-se que não é apenas a questão do financiamento, mas também dos conteúdos que entram na escola através desses programas, modificando a lógica da gestão.” Essa nova forma de administrar a educação, na visão dos pesquisadores, substitui

[...] a participação dos professores, alunos, pais, comunidade escolar na construção de políticas educacionais por consultorias e entidades privadas que visam aumentar a eficiência dos gastos públicos através de modelos de gestão inspirados no mundo empresarial e formar trabalhadores a partir dessa lógica. (id. p. 17).

O controle da educação escapa, assim, da esfera pública e encontra no campo privado a possível saída.

Em sua pesquisa no estado do Rio Grande do Sul, Caetano e Peroni (2012) perceberam a desconstrução da escola pública e a desqualificação do trabalho dos professores, por parte do governo. Utilizando-se de estratégias como cortes significativos na educação, economizando nos gastos necessários às melhorias das condições de trabalho dos professores e no atendimento aos alunos, construiu-se uma ideia de ineficiência da escola pública.

Nesse caso, apresenta-se como principal parceiro o setor privado, representado por empresários que, segundo os pesquisadores, desde o início do governo em estudo, serviram como base de apoio e sustentação a essa gestão. Os autores chamam a atenção para o fato de esses grandes empresários, representantes legais do capital, não serem educadores e, portanto, não apresentarem interesses pedagógicos em seus projetos.

Para Adrião et al. (ADRIÃO et al., 2009, p. 802), essas empresas “mais do que meras fornecedoras de materiais e equipamentos, passam a incidir sobre o desenho da política educacional local e sobre a organização do trabalho docente e administrativo desenvolvido em cada uma das unidades de ensino da rede pública”

Um dos problemas apontados pelos pesquisadores como preocupante nesse modelo de educação é o foco nos resultados. Ou seja, a escola deixa de valorizar o ensino como base de formação humana, para perseguir resultados, objetivando maior desempenho na competição com o mercado.

Cetano e Peroni (2012, p. 16) destacam que,

Embora se concorde que os resultados em educação são importantes, questiona-se a forma de buscar incessantemente os mesmos, utilizando, para isso, a lógica gerencial e o pacto com o empresariado, desqualificando os reais interlocutores da proposta de educação do estado: professores, diretores, alunos, pais e comunidade escolar.

Com base nas conclusões apresentadas pelos pesquisadores, a administração pública gerencial traz sérias consequências à educação, pois, ao desqualificar o público, busca o setor privado como saída. No entanto, a escola pública nos moldes mercadológicos perde sua identidade quando deixa de identificar-se com os interesses da classe trabalhadora.

Desse modo, a palavra “qualidade” ganha uma nova roupagem, um novo sentido. Diferentemente do que entendemos por uma educação voltada para o ser humano e sua necessidade de aprender e compreender o mundo o qual constrói e é por ele construído, espera-se desse novo modelo de educação, a formação de um ser “eficiente”, “moderno”, “produtivo” e “competitivo” que tem o setor privado como modelo.

As palavras, revestidas de novos significados, no primeiro momento confundem, depois acabam por gerar consensos em torno desses novos significados.

2.1.7 Aquisição de sistemas privados de ensino: busca pela “qualidade”?

A palavra “qualidade” transformou-se, principalmente após a reforma educacional de 1990, numa importante arma nas mãos do estado e do mercado educacional. Explica-se, com isso, o destaque da palavra entre aspas neste texto.

Identificamos em todos os trabalhos selecionados (AMORIM, 2008; NICOLETI, 2009; ADRIÃO et al., 2009; SOUZA, 2011; MAUÉS, 2005; ADRIÃO *et al.*, 2010; CAETANO; PERONI, 2012) a crítica à expressão “qualidade na educação” atrelada à aquisição dos sistemas apostilados.

A esse respeito, Nicoletti (2009) observa que “não raro, os políticos municipais afirmam que a partir da contratação dos sistemas apostilados, a escola municipal poderá se equiparar à escola particular, considerada de qualidade superior à pública.” (p. 23).

De acordo com o pesquisador, ao tratar da questão da qualidade na educação, nem as editoras dos sistemas apostilados, nem as prefeituras em seus discursos definem que padrão de qualidade é estabelecido, pois, nem mesmo a Constituição Federal de 1988, nem a LDB 9.394/96 trazem uma definição do que seria essa qualidade.

No entanto, os produtos são planejados e criados pelas empresas, sendo divulgados no mercado e comercializados aos seus consumidores como qualquer outra mercadoria. A nosso ver, a educação nas mãos do mercado empresarial descaracteriza o que lhe é próprio que é sua função humanizadora. Uma escola que, ao mesmo tempo em que trabalha com os conhecimentos produzidos e sistematizados pelo homem no decorrer da história, privilegia aqueles (conhecimentos) necessários à classe trabalhadora como poder de arma. Esse tipo de conhecimento, nenhuma dessas empresas poderá lhes fornecer, pois seus objetivos são justamente o inverso: o de massificar a classe trabalhadora e torná-la consumidora refém do capital.

Amorim (2008) destaca que,

[...] embora haja um discurso de que a utilização da apostila visa a uma educação de qualidade, com material adequado, atualizado e eficaz, sua criação e utilização é advinda primeiramente de interesses financeiros de um mercado que descobriu uma nova fatia do setor editorial. (p. 40).

Uma rede de ensino, ao realizar esse tipo de procedimento, de acordo com Adrião et al. (2009), passa a transferir toda a gestão do seu processo pedagógico ao setor privado. Neste sentido, o “padrão de qualidade” desta rede de ensino está diretamente vinculado ao que é estabelecido pelo mercado.

Há consenso entre os pesquisadores selecionados de que a inserção do setor privado na educação pública é mais uma forma de adequação social dos indivíduos como forma de manutenção do sistema capitalista.

Outro questionamento quanto à suposta “qualidade” atribuída ao sistema apostilado diz respeito ao conteúdo de suas apostilas.

Amorim (2008, p. 44) critica a forma reduzida e fragmentária dos conteúdos. Segundo o pesquisador, este tipo de ensino tem por objetivo

[] propiciar ao aluno a capacidade de reproduzir informações, para que possa, por exemplo, se sair bem em um teste de perguntas fechadas, como os de múltipla escolha utilizados na maioria dos vestibulares. Neste caso o educando desenvolve predominantemente a capacidade de memorização, sendo que este processo pode inibir características necessárias à constituição do sujeito crítico, como por exemplo, as capacidades de análise e reflexão.

Por outro lado, percebemos, por meio da literatura consultada, que, para as prefeituras que contratam tais empresas, a qualidade do conteúdo das apostilas é inquestionável. Desse modo, a responsabilização quanto à aprendizagem ou não dos alunos recai sobre o trabalho do professor.

Em uma de suas entrevistas, Nicoleti (2009, p. 79) percebe que

[...] o coordenador do departamento municipal de Educação considera as

apostilas como um recurso capaz de organizar a escola e, principalmente, **uniformizar o trabalho dos professores**. O coordenador esclarece também que o professor deve estudar as apostilas e se preparar para seu uso efetivo na sala de aula, caso contrário, o trabalho pode não apresentar o resultado esperado. (grifo nosso).

Podemos inferir que, para o coordenador citado, se o aluno não apreendeu o conteúdo é porque o professor não estudou suficientemente a apostila antes de “aplicá-la”. O excerto apresentado, ao indicar que o coordenador entrevistado afirma como uma das funções da apostila “uniformizar o trabalho dos professores”, também fortalece a formulação de nossa segunda hipótese: a de que a opção da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis em contratar um “sistema apostilado de ensino” é mais uma forma de controle e desqualificação do trabalho do professor.

3 A POLÍTICA EDUCACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: UM ESTUDO DO SISTEMA APOSTILADO

No presente capítulo, analisamos o processo de contratação de uma empresa privada para participar na organização do trabalho escolar da rede de ensino público no município de Florianópolis. Desse modo, faremos referência a medidas privatistas estabelecidas desde a gestão da prefeita Ângela Amim (1997-2000/2001-2004), filiada ao Partido Progressista (PP), até a gestão do prefeito César Souza Júnior (2013–2016), filiado ao Partido Social Democrático (PSD), estabelecendo com a gestão Dário Elias Berger (2005-2012), filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), uma política de continuidade.

Destacamos as articulações da política educacional do município de Florianópolis com a política nacional e organismos internacionais, e as resistências suscitadas por meio da atuação do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM), a nosso ver, contrário a essas políticas.

Em seguida, trataremos dos encaminhamentos político-pedagógicos durante a gestão do prefeito Dário Elias Berger (2005-2012), que teve como um de seus desdobramentos a contratação do sistema apostilado para ser implantado nas escolas públicas municipais de Florianópolis. Dando continuidade à exposição, apresentaremos a caracterização do sistema apostilado, bem como o entendimento dos termos utilizados pelas empresas e prefeituras na identificação do “serviço” oferecido pelas empresas privadas.

Em seguida, apresentaremos o Sistema Educacional Família e Escola (SEFE), empresa responsável pelo sistema apostilado no município de Florianópolis, destacando as parcerias desta com outras empresas e organizações.

Por meio de eixos, desenvolvemos uma análise do processo de implementação do sistema apostilado no município de Florianópolis, evidenciando o movimento de

(des)consolidação da proposta, o processo licitatório e a exposição do material didático como expressão dessa política.

3.1 ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

Politicamente a SME de Florianópolis caracteriza-se como uma secretaria proponente de políticas em nível nacional. A maneira de gerir a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) vem nesta mesma direção ao menos desde o ano de 1997, início da gestão da prefeita Ângela Amim.

De acordo com Silva (2004), o governo Ângela Amim (1997-2000/2001-2004), em acordo com as diretrizes propostas em âmbito federal pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC), tratou de colocar em prática as políticas difundidas por Organismos Multilaterais (OM). A implementação de uma administração pública gerencial tornou-se o projeto central da PMF naquele ano.

Dando continuidade à política de acordos com o governo federal e organismos multilaterais, a gestão municipal seguinte, sob a liderança do prefeito Dário Elias Berger (2005-2012), teve como uma de suas principais ações no campo educacional, a implantação de programas como Pró-Letramento, Educação Integral, Programa Mais Educação⁴³, Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC⁴⁴), entre outros. A

⁴³ No portal do MEC, é divulgado que “O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral”. (MEC, 2014)

⁴⁴ De acordo com o que é publicado no sítio eletrônico do MEC, o PNAIC é um programa integrado cujo objetivo é a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, até o 3º ano do Ensino Fundamental, de todas as crianças das escolas municipais e estaduais, urbanas e rurais, brasileiras. (MEC, 2012)

aplicação da Prova Brasil⁴⁵, Provinha Brasil e a criação de uma avaliação local denominada Prova Floripa⁴⁶ são exemplos de que a política educacional do município de Florianópolis caminha “de mãos dadas” com as do governo federal que, por sua vez, cumpre criteriosamente os acordos políticos disseminados em âmbito internacional.

O programa de premiações aos professores da RME de Florianópolis, iniciado na gestão Berger e tendo continuidade na gestão atual, é outra ação que denota sintonia com políticas também presentes em nível nacional e internacional. O Prêmio Professor Nota 10⁴⁷, criado pela PMF no ano de 2009, também serve de exemplo de política no município de Florianópolis que faz eco com ações de ataque à escola pública e, em especial, à desarticulação da categoria dos professores, valorizando processos de individualização e competitividade entre os trabalhadores em educação.

No entanto, no município de Florianópolis, a política educacional, empreendida pelos governos em consonância com as demandas do capital, encontra alguns percalços tendo em vista o processo de resistência dos professores. Em documento elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM) e aprovado em Assembleia Geral pelos trabalhadores da PMF no dia 9 de maio de 2013, divulga-se a posição política da categoria com relação às políticas

⁴⁵ Sobre esse tema, consultar OLIVEIRA (2011) a qual faz uma análise da implantação da Prova Brasil no município de Florianópolis e suas implicações para a formação continuada dos professores.

⁴⁶ Há um estudo concluído em 2013 sobre esse tema. Trata-se da dissertação de mestrado da pesquisadora Rosilene Amorim dos Anjos, realizada na linha de pesquisa Educação, Estado e Políticas Públicas (EEPP) da UFSC e no Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO).

⁴⁷ De acordo com informações publicadas no sítio eletrônico da SME em 26/06/13, o prêmio foi criado pela Lei Municipal nº 8024/2009.

educacionais da SME. Em um dos trechos encontra-se a seguinte afirmação:

A escola pública é uma conquista dos trabalhadores e deve ser uma ferramenta para elevação do nível cultural da classe trabalhadora. A defesa da educação pública, gratuita e de qualidade remete-nos a uma defesa da escola pública que queremos para a classe trabalhadora. (SINTRASEM, 2013⁴⁸)

Uma das formas de resistência dos professores da RME de Florianópolis consiste na participação nos cursos de formação oferecidos pelo SINTRASEM no contra turno de suas funções escolares. Nos últimos anos essas formações contam com o a participação do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO), do Centro de Ciências da Educação (CED), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e estão voltadas principalmente para o estudo das políticas públicas locais, nacionais e internacionais como forma de esclarecimento, fortalecendo, assim, os debates e enfrentamentos presentes e os que ainda estão por vir.

Os seminários consistem numa dessas formações, na qual pesquisadores do GEPETO-CED/UFSC participam como palestrantes e discutem o resultado de suas pesquisas. No Primeiro Seminário⁴⁹ sobre Políticas Públicas em Educação promovido em fevereiro de 2012, o SINTRASEM propôs para debate temas como: conjuntura internacional e nacional, políticas dos organismos internacionais para educação, políticas para docentes sob a égide da gestão por resultados e implicações da Prova Brasil na formação continuada de professores da RME de

⁴⁸ Disponível em: <http://sintrasem.org.br/>. Acesso em: 26 nov.13

⁴⁹ Disponível em: <http://www.confetam.org.br/noticias/texto.php?Id=3544>. Acesso em: 03 nov.13

Florianópolis. O seminário teve como objetivo “aprofundar o debate em torno das políticas de avaliações meritocráticas em curso no Brasil e que a Secretaria Municipal de Educação vem implementando em nossa rede.” (SINTRASEM, 2012).

No Segundo Seminário⁵⁰, realizado em fevereiro de 2013, os textos que deram subsídios aos estudos trouxeram “diferentes análises da real situação da educação no Brasil e em especial, na cidade de Florianópolis” (Id., 2013).

É importante destacar que os referidos seminários foram realizados nas mesmas datas em que ocorria em Florianópolis o 2º e o 3º Congresso de Educação Básica (COEB⁵¹), respectivamente. O Seminário ocorrido estrategicamente na data do COEB teve participação efetiva de professores e demais profissionais da educação, tendo o segundo seminário 30% das vagas também para estudantes e professores da UFSC e presidentes de associações de moradores.

A disposição dos professores em participar de um seminário durante as férias escolares e em participar desta e não daquela formação oferecida pela SME é mais uma evidência de que os processos de disputa estão fluentes no campo educacional.

No entanto, os movimentos de resistência no município de Florianópolis não são uma realidade apenas dos dias atuais. Historicamente a categoria do magistério, em especial, vem demonstrando sua disposição para a luta nas mais diversas instâncias. Silva (2004, p.58), ao analisar como os servidores públicos de Florianópolis resistiram às políticas neoliberais

⁵⁰ Disponível em: <http://www.cut-sc.org.br/destaques/1300/sindicato-dos-municiparios-de-florianopolis-promove-seminario-sobre-politicas-publicas-na-educacao>. Acesso em: 03/12/13.

⁵¹ O COEB é um Congresso de Educação Básica instituído no município de Florianópolis, no ano de 2011 (gestão Dário Berger). Acontece periodicamente nos meses de fevereiro, na semana que antecede o início do ano letivo, e tem como público-alvo, professores, especialistas e demais trabalhadores da educação.

aplicadas entre os anos de 1997 e 2000, faz a seguinte consideração:

Em Florianópolis a resistência dos trabalhadores tem sido grande, passeatas, reivindicações, inclusive com apoio da comunidade, muita organização e mobilização conjunta têm atrasado e em muitos casos revertido o processo de terceirização.

De acordo com o pesquisador, as lutas travadas no ano de 2000 foram as mais expressivas daquele governo em função de uma liminar obtida pela PMF para suspender as eleições para diretores que deveriam ocorrer no mês de julho daquele ano.

A resposta dos trabalhadores foi a reivindicação, então, o governo estudou o poder de articulação e reação das comunidades, para com este diagnóstico perceber se deveria reagir com mais autoritarismo ou abrir para longas e intermináveis rodadas de negociação que servem para desmobilizar os setores organizados a longo prazo. Fruto desta equação, o executivo municipal, diante da crescente organização das comunidades escolares, em 26/05/2000, através do Decreto nº 410/2000, prorroga o mandato dos atuais diretores até 31/12/2000. (SILVA, 2004. p.133.)

Concordamos com Silva que destaca a mobilização e a organização das escolas como aspecto preponderante nos embates políticos. Cardoso (2008), ao estudar a implantação da reforma administrativa no município de Florianópolis por meio da

empresa privada Nortia⁵², no período de 1997 a 2004, observa que esta empresa, embora responsável por reorganizar toda a SME administrativamente, não conseguiu atingir a área pedagógica por encontrar resistência no quadro do magistério. Durante entrevista com um diretor de escola, obteve-se o seguinte relato:

Em 1998, a SME convocou um representante de cada unidade escolar para uma reunião com a Nortia, e me lembro de que, como não poderia comparecer, pedi que um profissional da escola me representasse no meu lugar. Os relatos dessa reunião são muito significativos, pois fui informado que o proprietário da Empresa apresentou o projeto de reforma administrativa da SME, mas dentro de um padrão empresarial, chamando o aluno de produto final, o rendimento dos mesmos como produtividade e assim por diante. No meio da reunião, uma participante levantou e disse que discordava completamente daquela concepção e que achava muito difícil que esse tipo de projeto tivesse sucesso nas escolas, pois os professores não aceitariam facilmente tal proposta. Em protesto, a servidora se retirou da reunião e, pelo que também fui informado, mais da metade dos participantes apoiaram a sua afirmação e também se retiraram da reunião. A chefe de Gabinete encerrou a reunião, pois considerou que não seria

⁵² Empresa privada de consultoria e treinamento que atua, desde 1997, na área de Gestão de Organizações, disponibilizando conhecimento e tecnologia gerencial, a Nortia propõe um modelo de gestão integrada que se embasa no pensamento sistêmico, em que cada elemento ou setor da organização é integrante e interativo, por isso, constitutivo do êxito do sistema organizacional.

mais possível continuar. Considero esse fato importante, pois, depois dessa reunião, a Nortia nunca mais tentou outro contato direto com as escolas ou com os demais profissionais da RME. (CARDOSO, 2008, p. 66.)

O fato de a empresa Nortia não ter mais tentado “o contato direto com os diretores”, não significa, no entanto, que a SME desistiu de implantar uma administração gerencial no campo pedagógico. Estrategicamente, na PMF percebeu-se que, naquele momento histórico, não caberia um enfrentamento direto com as escolas.

Na conclusão de Cardoso (2008 p. 67),

Se a Nortia pretendia introduzir uma nova concepção de gestão na RME e encontrou obstáculos para chegar às escolas, como relatou o diretor 1, parece que fez a opção por continuar o processo de reforma administrativa considerando que poderia atingir seus objetivos através do trabalho com o órgão central e no setor administrativo, ou seja, uma possível reforma pedagógica poderia acontecer sutilmente, invisivelmente, sem enfrentar grandes resistências, por dentro da reforma do setor administrativo, inculcando os valores e conceitos gerenciais a partir do campo administrativo e da figura do diretor de escola.

A partir da reforma administrativa, os diretores da RME de Florianópolis passaram a ser denominados de gestores, denominação esta que, de acordo com Cardoso (2008), não foi bem recebida por parte do magistério que manteve o uso do termo diretores. No entanto, essa visão empresarial na administração das escolas pode ter facilitando o processo de implantação do sistema apostilado na rede. Em termos formais, o

material apostilado confere uma ideia de organização, formalidade, unidade, eficiência, aspectos constitutivos do ideário de uma administração gerencial proposta pela PMF e materializada na SME.

Outra empresa privada que atua sobre o setor pedagógico da SME é a Meritt, contratada em 2010 pela SME para acompanhar, avaliar e divulgar os dados das avaliações da RME de Florianópolis, função anteriormente executada por um órgão público, o Departamento de Planejamento (DEPLAN).

A contratação das empresas mencionadas indica a continuidade da política privatista no governo Dário Berger, bem como seu direcionamento ao processo pedagógico como forma de controle e ofensiva ao professor. Percebemos, além disso, que essa política vem tendo continuidade no governo César Souza Júnior, o que reforça nossa primeira hipótese.

Vale ressaltar a presença do secretário Rodolfo Joaquim Pinto da Luz à frente da SME e a influência que exerceu e exerce nessas políticas. De acordo com registro publicado no sítio eletrônico da PMF⁵³, o secretário Rodolfo, dentre outras importantes funções,

[...] foi reitor da UFSC por três vezes, entre os anos de 1984 a 1988, 1996 a 2000, sendo reeleito em 2000 e permanecendo no cargo até 2004. Foi Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto de 1993 a 1994 e exerceu interinamente os cargos de Ministro da Educação, Secretário Executivo do MEC e Presidente da CAPES. É Membro Titular do Conselho Estadual de Educação (SC) e Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME - Santa Catarina e

⁵³ Pode ser encontrado no endereço eletrônico: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=govgabinete>>. Acesso em: 28 nov. 13.

Presidente da entidade da Região Sul do país (FLORIANÓPOLIS, 2013).

Em fevereiro de 2013, o então secretário de educação, participou do Congresso Todos Pela Educação que teve como tema “A sinergia entre os três setores – público, privado e sociedade civil organizada – em prol da Educação pública brasileira”. Na ocasião, o secretário integrou a mesa na condição de secretário de comunicação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Secretário de Finanças da UNDIME de Santa Catarina. No texto⁵⁴ que fazia o chamado para o seminário, o secretário fez a seguinte observação:

A presença de integrantes dos diferentes setores permite discutir quais são as atribuições, as obrigações e os projetos de cada um, além da articulação que deve ser promovida entre eles, uma vez que a Educação é um problema de todos e uma solução para todos. Hoje é comum haver omissão por falta de articulação.

Um estudo realizado por Shiroma (2011, p.33) sobre a atuação de redes sociais no campo educacional traz a esta análise uma importante contribuição ao concluir que

[...] longe de se atribuir a implantação de determinada política aos Organismos Multilaterais, colocando os governos quase que como vítimas de suas políticas, a metodologia de mapeamento e análise de redes sociais possibilita pensar nas contradições envolvidas, nos interesses antagônicos, nas relações de

⁵⁴ Pode ser encontrado no sítio eletrônico: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/27883/setores-publico-privado-e-social-articulados-pela-educacao/>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

interdependência, nas múltiplas influências e articulações entre capital nacional e internacional, organismos internacionais e governos locais, e no papel dos intelectuais na construção das políticas públicas.

Trazendo este dado e, em especial, a permanência do secretário de educação durante três mandatos consecutivos na SME, para a realidade do município de Florianópolis, podemos afirmar que, estando à frente de tantos cargos definidores de políticas no setor da educação, principalmente em nível nacional, não é difícil reconhecê-lo como um dos propositores da política educacional brasileira. Esse fato redefine nossa primeira hipótese, deixando de delegar responsabilidade apenas à figura do prefeito Dário Berger por seus interesses privatistas, mas também relacionando o seu secretário de educação como figura central dessas articulações.

Ainda nesta mesma linha de raciocínio, podemos inferir que a política educacional do prefeito César Souza Júnior é, ao que tudo indica, uma política de continuidade ao governo Dário Berger.

Shiroma (2011, 17), embora se referindo à política de continuidade dos governos FHC e Luiz Inácio da Silva (LULA), auxilia na compreensão da realidade afirmando que

Essa continuidade das políticas diante da descontinuidade dos governos encontra explicação na racionalidade que orienta as políticas públicas de educação num Estado capitalista. A despeito da troca de governos, com programas partidários distintos, prevaleceu a lógica de formar para a sociabilidade demandada pelo capital com prioridades e itinerário formativo indicado pelos organismos multilaterais.

Conforme já dissemos, como continuidade dessa política, também Dário Berger seguiu os preceitos da gestão anterior representada pela prefeita Ângela Amin.

De acordo com Silva (2004, p.50),

[...] a particularidade que se reservou ao início de governo em 1997, foi o de ser um dos porta-vozes locais do governo neoliberal de FHC, que se encontrava no seu primeiro mandato e, portanto, no período de maior contundência de aplicação das políticas “aconselhadas” pelos organismos controladores do capitalismo mundial.

O governo de Ângela Amin foi marcado pelo início do processo de privatização no município de Florianópolis, a administração pública gerencial e, especificamente, na educação, com a retirada do processo de eleições diretas para diretores escolares.

A partir do segundo semestre do ano de 2000, após um amplo processo de resistência dos professores e demais trabalhadores em educação da RME de Florianópolis, é retomada a eleição de diretores nas escolas municipais. No entanto, é a partir desse momento histórico que há um condicionante regulador do processo, qual seja, os candidatos à direção das escolas devem obrigatoriamente frequentar o curso de capacitação ministrado pela SME⁵⁵. Assim, podemos considerar que, mesmo com esse tipo de controle, a eleição para diretores escolares ainda é uma ação que pode contribuir para um processo democrático nas escolas.

Em outras palavras, passar por um processo formativo

⁵⁵ Isto ficou estabelecido pelo Decreto nº. 11.951, de 05 de agosto de 2013, no art. 3º: “Constituem-se critérios básicos para os candidatos ao cargo de diretor de unidade educativa:[...] V- Participar e concluir curso de gestão escolar de 40 horas, oferecido pela SME até a inscrição do candidato.” (FLORIANÓPOLIS, 2013)

oferecido pela SME constitui-se em pré-requisito para apresentar-se como candidato.

É importante destacar que, paralelamente às formações oferecidas pela SME, ocorrem também formações oferecidas pelo SINTRASEM aos candidatos à direção das escolas. De acordo com Cardoso (2008, p. 104),

Percebe-se que o SINTRASEM demonstra uma forte preocupação com a formação política dos diretores, para que consigam ter a possibilidade de se contrapor às demandas da SME e de estabelecer um debate crítico sobre qual o projeto de educação que cada escola defende.

As formações oferecidas pelo SINTRASEM têm sempre como chamada a gestão democrática nas escolas e acontecem em períodos noturnos. Embora não sendo sua participação obrigatória, os pré-candidatos à direção comparecem às formações como um dos mecanismos de embasamento para as lutas que, como diretores das escolas, devem enfrentar, considerando razoável afirmar que, no cotidiano escolar, há uma demanda substancial de tomada de decisões por parte do diretor.

De acordo com o que foi publicado no sítio eletrônico do SINTRASEM⁵⁶,

A gestão democrática ocorre quando o diretor escolar permite que as decisões sejam tomadas coletivamente com a participação da comunidade escolar e trabalhadores, seja com as questões pedagógicas, seja com os problemas organizacionais e políticos que a unidade escolar venha a enfrentar. (SINTRASEM, 2013).

⁵⁶<<http://www.sintrase.org.br/content/elei%C3%A7%C3%A3o-para-diretores-nas-unidades-escolares-o-alicerce-da-gest%C3%A3o-democr%C3%A1tica>>. Acesso em: 04 dez.13.

A opção por implantar ou não o sistema apostilado nas escolas do município de Florianópolis é ainda decisão de cada escola. Num processo democrático, os diretores devem, necessariamente, consultar os professores sobre essa tomada de decisão. Quando se trata de um diretor eleito pela comunidade escolar, esse elemento torna-se um facilitador, pois, ao candidatar-se para a direção de uma escola, o diretor firma compromissos com a comunidade escolar na qual ocupará esse tipo de cargo.

No entanto, o encaminhamento democrático não garante por si só que a escola não vá aderir à proposta de implementação do sistema apostilado. O contrário também pode ocorrer, ou seja, os professores, ao serem consultados, podem em sua maioria decidir pela adesão, mesmo não sendo esta a opinião do diretor da escola. A implantação do sistema apostilado acontece, portanto, em meio a vários encaminhamentos político-pedagógicos que devem ser considerados nesse processo.

3.1.1 Encaminhamentos político-pedagógicos na gestão Dário Berger

O discurso político-pedagógico que se evidenciou na RME de Florianópolis durante a gestão do prefeito Dário Berger pautou-se na disseminação da ideia de uma construção coletiva. O texto introdutório da proposta curricular (2008) do município de Florianópolis, por exemplo, traz a seguinte afirmação:

A intenção ao sistematizar esta proposta **com a rede** é que estas sejam as referências discutidas e assumidas pelos (as) educadores (as), juntamente com os parâmetros nacionais, nos projetos pedagógicos e elaboração dos currículos das unidades educativas, salvaguardando suas especificidades. (FLORIANÓPOLIS, 2008, p.9, grifo nosso).

No sítio eletrônico da PMF⁵⁷ também divulga-se que Florianópolis é uma das poucas redes municipais de ensino do país a ter, em seu quadro do magistério, profissionais que colaboram no planejamento educacional. Não está explícito, porém, em nenhuma dessas páginas da PMF, que ela vem contratando a empresa privada SEFE para fornecer um sistema apostilado para suas escolas, desconsiderando, inclusive, as propostas pedagógicas propagadas como construídas pelo coletivo dos professores. Consideramos esse fato como uma entrada silenciosa da empresa, por descaracterizar o processo de participação coletiva difundido pela prefeitura.

A implantação do sistema de apostilamento na SME de Florianópolis constitui uma educação fundamental regida por dois currículos distintos: um que, segundo o discurso oficial, foi construído pelo coletivo, que é a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2008), e outro planejado pela empresa SEFE com sede em Curitiba (PR), adquirido pela SME por meio de um processo licitatório.

A construção de propostas curriculares no município de Florianópolis, realizadas predominantemente nos cursos de formação oferecidos pela SME, apresentou características específicas no decorrer dos anos.

Na administração do prefeito Sérgio Grando, do Partido Popular Socialista (PPS) (1993-1997), por exemplo, houve um considerável interesse, por parte da categoria do magistério, com relação à participação e perspectiva de mudança. O Movimento de Reorientação Curricular, como foi denominado aquele momento histórico na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, gestava o documento *Traduzindo em Ações*, o qual trazia ações deliberadas pelo grupo dos educadores envolvidos. Destacamos esse momento como importante marco histórico de envolvimento dos professores da RME com o planejamento coletivo, a socialização de conhecimentos e o crescimento

⁵⁷ Disponível em: <www.pmf.sc.gov.br>. Acesso em: 31 ago.2012.

político e pedagógico que se teve enquanto rede de ensino durante essa gestão.

No sindicato, esse momento histórico foi marcado por muitas manifestações e greves, muito mais do que em outros governos de direita, talvez pela abertura que se tinha para sair às ruas e reivindicar nossos direitos. Já na gestão da prefeita Ângela Amin (1997-2005), uma avalanche de documentos e publicações relacionadas ao currículo chegaram às escolas municipais de Florianópolis sem que houvesse um processo de participação efetiva da categoria. Além dos gastos excessivos com esses materiais, houve uma resistência silenciosa dos profissionais quanto ao seu uso por não expressarem o que estava em pauta nas discussões entre os educadores.

Nos últimos anos, especialmente durante a gestão do prefeito Dário Elias Berger - PMDB (2005-2008/2009-2012), o currículo foi novamente pautado nos cursos de formação continuada de professores e especialistas.

No decorrer desses anos, porém, outras ações vêm sendo realizadas na RME, a maioria delas, como já dissemos, decorrentes de políticas educacionais nacionais e internacionais.

No ano de 2005 (ano em que Dário Elias Berger toma posse como prefeito do município de Florianópolis), acontece, nas escolas do Ensino Fundamental da RME, a primeira etapa da prova Brasil.

Nos anos de 2006 e 2007 travou-se, em âmbito municipal, discussão acerca da nova Matriz Curricular, o que envolveu a participação dos professores, principalmente daqueles que atuavam de 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental⁵⁸. Segundo documento da SME, os professores discutem “entre outros assuntos a concepção de ensino e aprendizagem que permeia o processo educativo, os eixos orientadores e conceitos a serem

⁵⁸ No município de Florianópolis, o Ensino Fundamental de nove anos está sendo implantado gradativamente. De acordo com a Proposta Curricular (2008), somente em 2015 todas as turmas finalizarão o Ensino Fundamental no 9º ano.

trabalhados no decorrer dos anos que perpassam o Ensino Fundamental [...]” (FLORIANÓPOLIS, 2007, III).

Ainda em 2007, a SME cria seu próprio sistema de avaliação, conhecido como “Prova Floripa”. É nesse mesmo ano que ocorre a implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos na RME de Florianópolis.

No ano de 2008, a SME realiza a primeira etapa da Provinha Brasil, criada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP⁵⁹). É também neste ano que é desenvolvido na RME de Florianópolis o Programa Nacional de Formação de Professores, denominado de pró-letramento. O Programa servirá de subsídio para a implantação do PNAIC em 2012.

Ainda no ano de 2008, a SME publica a Proposta Curricular da RME de Florianópolis. No referido documento (FLORIANÓPOLIS, 2008), palavras como “coletivo”, “legitimidade”, “democracia”, “rede séria e competente”, “forma participativa”, “constante discussão”, entre outras, adquirem importância discursiva. A recorrência a estes conceitos indica a preocupação da SME em divulgar a ideia de que a história da Rede de Ensino de Florianópolis é construída coletivamente.

Em 2009 ocorreu a assinatura do Plano de Ações Articuladas (PAR), “ocasião em que o prefeito se comprometeu com o MEC a elevar o IDEB de sua rede de ensino.” (OLIVEIRA, 2011, p. 122).

Ainda em 2009, a SME contrata a empresa privada Meritt para a divulgação dos resultados das Provas Floripa, Provinha e Prova Brasil realizadas na RME de Florianópolis.

Avaliações como a Prova Brasil, a Provinha Brasil e a Prova Floripa, e a divulgação de seus resultados por meio da

⁵⁹ O INEP “é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.” (INEP, 2013)

mídia e dos órgãos governamentais, como indicadores de qualidade na educação, vêm disseminando consensos em torno da avaliação por resultados e constituindo uma maior pressão sobre os professores, responsabilizando-os diretamente pelos resultados do desempenho escolar de seus alunos.

De acordo com Evangelista e Shiroma (2011, p. 130),

[...] os reformadores construíram uma racionalidade política das condições do ensino público no Brasil, disseminando [...] argumentos aproximando o ataque ao fracasso escolar com o ataque ao professor, considerado o principal sujeito responsável pela produção do baixo desempenho dos alunos nos exames.

No ano de 2009⁶⁰, como já foi referido, a SME de Florianópolis implementa o sistema apostilado numa escola da rede, como projeto-piloto, tomando como justificativa o baixo IDEB da referida escola. De acordo com a SME, o objetivo da implantação é “unificar o sistema de educação da rede municipal” de modo que a “unificação ajudará quando algum aluno precisar mudar de escola.” (FLORIANÓPOLIS, 2010⁶¹).

No entanto, o que se percebe hoje nas escolas municipais de Florianópolis é que, se antes as escolas procuravam seguir uma proposta curricular única do município, hoje se tem o encaminhamento de duas propostas diferenciadas para um mesmo município⁶².

⁶⁰ Primeiro ano do segundo mandato do prefeito Dário Berger; permanência da equipe da SME.

⁶¹ Disponível em: <<http://assessoriasme.blogspot.com/2010/02/sistema-educacional-unibrasil-e.html>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

⁶² Este aspecto poderá ser melhor observado mais adiante na seção 3.2.3.2 deste capítulo, quando será tratado da (des)consolidação da proposta no município de Florianópolis.

Ressaltamos que, como afirma Oliveira (2011, p.6), a partir de 2007, “[...] a RME cria seu próprio sistema de avaliação, conhecido como ‘Prova Floripa’ e, em 2009 passa a adotar um sistema privado de ensino, o Sistema Educacional UniBrasil (SEU)”. A esse respeito, Krawczyk (2008, p. 808) alerta:

[...] muitas Secretarias de Educação municipais [...] pressionadas a promover mudanças rápidas e efetivas, tendem a procurar o mercado educacional para preencher suas lacunas, tornando-se as prefeituras novos nichos que se abrem para as iniciativas comerciais. É o caso recente de adoção em alguns municípios de apostilas e outros materiais didáticos elaborados por grupos privados.

O excerto acima sugere que a “adoção⁶³” de sistemas apostilados faz parte da mesma corrida pela melhoria dos índices na educação, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

No documento licitatório que estabelece os critérios para a contratação do sistema apostilado para o município (FLORIANÓPOLIS, 2013, p.15), num dos objetivos específicos encontra-se a exigência de curso de formação com a finalidade de:

[...] melhor desenvolver, monitorar, avaliar e encaminhar o processo ensino-aprendizagem de forma interdisciplinar e intercultural, considerando os indicadores de rendimento obtidos nas avaliações institucionais da Provinha Brasil e Provinha Floripa e sua constante melhoria,

⁶³ O motivo pelo qual a palavra adoção está escrita entre aspas deve-se ao fato de considerarmos que os municípios não apenas aderem às propostas, como também contribuem com as suas formulações.

com cronograma a ser definido pela Diretoria de Ensino Fundamental da SME.

No ano de 2011, o relatório de gestão, no item referente às metas e ações desenvolvidas, confirma a “implementação do Sistema Educacional UniBrasil em 16 Escolas com material para alunos, professores, coordenadores e pais.” (FLORIANÓPOLIS, 2011. p. 16⁶⁴).

É nesse mesmo ano que chega às escolas a nova Matriz Curricular (2011) que, segundo o próprio documento, foi construída com a participação dos professores da Rede.

Na parte introdutória deste documento, encontra-se a seguinte afirmação: “Todas as fontes que direcionam o processo do Currículo estão centradas no CNE/MEC, já que são as Unidades Educativas que nos apontam quais os caminhos e quais os avanços que se pode ter na construção de uma matriz curricular.” (FLORIANÓPOLIS, 2011. p. 7).

Ainda na parte introdutória do documento, percebemos uma preocupação em referenciar a Proposta Curricular (2008) do Município, e anunciá-la como um momento de participação coletiva dos professores da Rede.

Além de pretender demonstrar a construção coletiva da Proposta Curricular (2008) de Florianópolis, o excerto a seguir, retirado da Matriz Curricular Ensino Fundamental de Nove Anos (2011), sugere que essa proposta é a que vem sendo seguida por todas as escolas:

Trouxemos, ao longo dessa discussão, os fundamentos da Proposta Curricular da RME de 2008, sem que pudéssemos perder cada gota do aprendizado e do ensino que aquelas palavras nos propõem, mesmo

64

Disponível

em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/08_02_2010_15.0.05.a3f9870919e0ecf9bbfac446b49f60dc.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2013.

porque, é um conteúdo emanado de uma ampla discussão com todos os profissionais da RME/PMF e que se empenharam, ao extremo, para construir um caminho que até então nos norteia. (FLORIANÓPOLIS, 2011. p. 8)

Ao observarmos que há no município um documento afirmando a construção coletiva e, simultaneamente, um processo de implantação de um sistema apostilado cujos conteúdos são selecionados por uma empresa privada, percebemos que o discurso é falacioso e a unidade, inexistente.

Numa sociedade capitalista, em que os interesses se voltam para a esfera do mercado, esse projeto de gestão, no qual se propõe a compra de um “sistema apostilado de ensino”, vem reafirmar o interesse do poder público em contribuir para a manutenção da ordem social.

Consideramos necessário, portanto, compreender como funciona um sistema apostilado, para que serve e a que se propõe, entendendo-o como mais uma ferramenta nas mãos do Estado como estratégia de controle do trabalho dos professores.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA APOSTILADO

No Brasil, o sistema apostilado surgiu, primeiramente, nos cursinhos de preparação para o concurso vestibular e nas escolas particulares na década de 1950. Com a crescente disputa para o acesso ao ensino superior ao longo do século XX, houve também um expressivo crescimento dos cursos pré-vestibulares no mercado. Foi nessa época que, segundo Peroni (1998, p.1), “os cursinhos pré-vestibulares então se multiplicaram sem nenhum controle ou legislação que interfira em sua organização e funcionamento. Pode-se abrir um cursinho como se abre um negócio qualquer; trata-se de uma iniciativa privada”.

O sistema apostilado é constituído, de maneira geral, por apostilas, jogos educacionais, assessoria pedagógica e administrativa, capacitação, planejamento educacional, vídeos e

outros recursos didáticos, dependendo da empresa fornecedora desse tipo de produto.

O termo apostila ou apostilamento originalmente relaciona-se à ideia de complementação ou adição de algo novo a um conjunto de informações, conceitos ou ideias, todavia, a utilização mais recente remete-se a publicações didáticas estruturadas e padronizadas. Adotadas de forma generalizada pelos cursos preparatórios para vestibulares e por escolas privadas de educação básica, as apostilas popularizaram-se como instrumentos didáticos voltados para a preparação de candidatos a processos seletivos. (GARCIA; ADRIÃO, 2010⁶⁵, p. 1).

De acordo com Cassiano (2007), os sistemas apostilados são comercializados por empresas do ramo editorial que, de maneira geral, já possuíam o controle do mercado do livro didático. Segundo a autora, o oligopólio do mercado brasileiro de livros didáticos, em fins do século XX, passou das empresas familiares para os grandes grupos empresariais, os quais possuem elevados recursos financeiros para produção e *marketing* dos seus produtos.

É na década de 1990 que as editoras privadas começam a penetrar nas instâncias públicas com o intuito de vender seus sistemas apostilados. A partir desse momento, as escolas passaram a adquirir, além dos materiais, uma proposta pedagógica empresarial.

No Brasil, a década de 1990 foi marcada pela reforma do Estado, com a conseqüente introdução da administração pública

⁶⁵ Disponível em: <<http://www.gestrado.org/pdf/191.pdf>>. Acesso em: 03 dez.13.

gerencial no campo educacional. Na educação, a reforma do estado acarretou um amplo conjunto de políticas públicas, dentre elas a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e a implementação da municipalização do Ensino Fundamental em nível nacional.

Uma das iniciativas privatistas que se consagram com essa reforma é a contratação de sistemas apostilados privados para serem implantados nas escolas públicas.

De acordo com Garcia e Adrião (2010, p.2),

Nas redes públicas, [o sistema apostilado] tem induzido a substituição dos tradicionais livros didáticos. Tal tendência tem sido estimulada pela reorganização de empresas privadas do campo educacional e de editoras, que buscam adequar-se a esse novo segmento de mercado por meio da criação de setores específicos para o atendimento dos gestores públicos. Como exemplo, cita-se o Núcleo de Apoio à Municipalização de Ensino (NAME), vinculado ao Colégio Osvaldo Cruz (COC) e o Sistema Objetivo Municipal de Ensino (SOME), vinculado ao grupo OBJETIVO, ambos originários de cursos pré-vestibulares. No caso de adequação de grupos empresariais oriundos do mercado editorial, cita-se a Editora Moderna, com seu recente UNO público, empresa na qual se verifica a entrada de capital internacional espanhol.

Lembramos que, no município de Florianópolis, o sistema apostilado foi implantado no ano de 2009, tendo como fornecedor deste produto o Sistema Educacional UniBrasil (SEU), com sede no estado do Paraná.

Verificando o conteúdo de um vídeo cujo título é “Newton Duarte critica o sistema apostilado de ensino”, observa-se que o autor argumenta que o sistema apostilado se encaixa numa perspectiva tecnicista que tenta aproximar o processo educacional do processo de produção fabril.

O trabalho do professor [está] sendo comparado ao trabalho de um operário. O tecnicismo propõe que o processo educacional seja todo ele planejado e dirigido por supostos especialistas que planejam o que será ensinado, como será ensinado, transforma isso em apostila e depois, no mais das vezes, determina como será avaliada a aprendizagem, por exemplo, [com] provas padronizadas [...]. (DUARTE⁶⁶, 2009)

A escola pública deve ser da e não para a classe trabalhadora. Neste sentido, ela precisa ter o domínio dos conhecimentos, como embasamento teórico de disputas, como arma na luta contra o capital. De acordo com Duarte (2009), “a escola deve socializar o conhecimento na sua forma mais desenvolvida, travando um embate incansável com as políticas educacionais [...]”⁶⁷.

3.2.1 Sistema educacional, sistema de ensino, sistema apostilado: qual o termo apropriado?

Definir os termos sistema educacional, sistema de ensino e sistema apostilado consistiu em uma das questões centrais durante a realização desta pesquisa. É comum encontrarmos nas

⁶⁶ Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=OlqjzXNIP0Y - 129k>. Acesso em: 16 set. 2013.

⁶⁷ <<http://www.youtube.com/watch?v=OlqjzXNIP0Y> - 129k>. Acesso em: 16 set. 2013.

obras pesquisadas variadas nomenclaturas explicitadas pelas empresas e até mesmo pelos pesquisadores ao se referirem a esse tipo de prestação de serviços às escolas públicas e particulares. No entanto, este não é um problema de fácil resolução. O livro⁶⁸ “Educação Brasileira: Estrutura e Sistema”, escrito por Dermeval Saviani, já se encontra na sua 12ª edição em busca de tal definição, sem, contudo, obter ainda uma resposta à altura de seus questionamentos.

Nessa obra, Saviani refere-se à confusão que é feita na literatura sobre o assunto e até mesmo nos documentos oficiais do Estado, como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

No balanço de produção acadêmica elaborado para esta pesquisa, percebemos que os pesquisadores utilizam-se de terminologias como: parceria público- privada (CAETANO; PERONI, 2012), sistema de ensino apostilado (NICOLETI, 2009;), sistemas privados (NICOLETI, 2009), sistemas privados de ensino (NICOLETI, 2009;), sistemas apostilados privados (NICOLETI, 2009), sistemas de ensino (ADRIÃO et al., 2009), sistemas apostilados de ensino (AMORIM, 2008).

Outro exemplo de uso de diversas nomenclaturas para designar o mesmo objeto (sistema apostilado) é perceptível no texto do Pregão Presencial nº 024/smap/dlc/2012⁶⁹, documento licitatório elaborado pela SMA de Florianópolis para a contratação da empresa prestadora desse “tipo de serviço” para as escolas de Ensino Fundamental.

No referido documento, são empregadas as expressões: “sistema educacional”, “programa nacional a ser implantado pelo município”, “sistema educacional de ensino”, “sistema pedagógico”, todas referentes ao sistema apostilado contratado pela PMF.

⁶⁸ SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

⁶⁹ Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/?pagina=notpagina-pesquisado>. Acesso em: 17 set.2012.

No entanto, em outro documento elaborado pela mesma secretaria (Portaria nº. 001/10⁷⁰) no qual é instaurada uma comissão de avaliação “que terá por incumbência efetuar as avaliações dos Sistemas de Ensino participantes do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial” (FLORIANÓPOLIS, 2010), é empregada a expressão “sistemas de ensino” para se referir ao mesmo objeto, o que denota confusão quanto à utilização dessa nomenclatura.

É necessário, porém, estarmos atentos ao que alerta Saviani (2002), no sentido de observar as leis de modo a ir além da aparência, compreendendo seus fundamentos que, muitas vezes, podem parecer contraditórios durante seu período de elaboração e execução.

Desse modo, a confusão que nos causa ao tomarmos conhecimento desses documentos, cujos conceitos têm sentidos ambíguos, parece intencional. Não definindo precisamente o que os termos significam, transparecem nos documentos grandes lacunas que suscitam várias interpretações sobre em que consiste o serviço pretendido com o pregão, por que contratá-lo e o que se pode esperar deste tipo de “produto”.

Segundo Adrião et. al. (2009), a expressão “sistema apostilado de ensino” tem sido a mais utilizada pelas empresas contratadas. No entanto, ainda de acordo com as autoras, não é casual a utilização desse termo por empresas privadas. As autoras entendem que

[...] essa compra representa mais do que a simples aquisição de materiais didáticos, dado se tratar de estratégia por meio da qual o setor privado amplia seu mercado, ao incidir sobre o espaço público na mesma medida em que o setor público transfere parcela de suas responsabilidades

⁷⁰ Disponível em:

<<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

para com a educação à iniciativa privada. (ADRIÃO et. al., 2009, p. 801).

Se a construção de um sistema educacional pressupõe opção coordenada e integrada de partes em “um todo que articula uma variedade de elementos que, ao se integrarem ao todo, nem por isso perdem a própria identidade” (Saviani, 1997, p. 206), então, podemos confirmar a posição defendida no decorrer desta pesquisa a qual não considera como “sistema de ensino” o sistema apostilado implantado nas escolas públicas municipais em decorrência de acordos comerciais com empresas privadas.

Ao destacar a expressão “sistemas de ensino” entre aspas, as pesquisadoras (ADRIÃO et. al., 2009) consideraram que os serviços que as empresas vêm oferecendo às escolas públicas não têm características de “sistemas de ensino” por constituírem um conjunto de atividades pedagógicas atreladas a materiais didáticos sem afinidade política e pedagógica com a proposta da escola, por se originarem de proposta pensada e elaborada distante do coletivo da escola e adquirida sem uma avaliação prévia desse mesmo coletivo.

Estamos de acordo com Saviani quando afirma que não há sistema educacional brasileiro, pois este não é possível em uma sociedade dividida em classes. Para que se construa um sistema educacional, é necessária uma unidade de interesses, o que não é possível na sociedade capitalista, em cujo modo de produção, os interesses da classe detentora de poder econômico são cada vez mais acentuados, pois o que ela objetiva é a dominação da classe trabalhadora. “É desta maneira que a tarefa da construção de um sistema educacional para o Brasil estará coincidindo com a tarefa de transformação estrutural da sociedade brasileira.” (SAVIANI, 1996).

Entendemos, no entanto, que a expressão sistema apostilado é a que melhor dá conta de explicitar esse tipo de “prestação de serviço”. Nesse caso, o termo “sistema” não se refere ao sistema educacional, mas a um conjunto de “produtos” vendidos para as prefeituras municipais.

3.2.2 A Empresa SEFE

O Sistema Educacional Família e Escola (SEFE), empresa privada com sede em Curitiba-PR,

[...] é um Sistema de Ensino que atua há 18 anos, com suas práticas totalmente direcionadas para atender à escola pública. Com foco na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, o Sefe está presente em mais de 100 redes municipais de ensino nos diversos estados brasileiros. [...]⁷¹

A empresa SEFE tem parceria com a PMF desde o ano de 2009.

Além de Florianópolis, até o ano de 2013, os municípios catarinenses que também utilizam o SEFE são: Caçador, Fraiburgo, Iomerê, Arroio Trinta, Salto Veloso, Chapecó e São José⁷².

Conforme dissemos no capítulo anterior, até o ano de 2011, a empresa SEFE era conhecida no mercado pela denominação Sistema Educacional UniBrasil (SEU). A partir de 2012, passa a atuar no município com o nome Sistema Educacional Família e Escola (SEFE), mas a empresa mantenedora do SEFE é o Instituto UniBrasil,⁷³ que foi fundado em 2003 e

[...] é uma associação civil de direito privado, de interesse comunitário, sem fins lucrativos e econômicos, concebido com a finalidade precípua de, em parceria com outras entidades, promover e gerenciar

⁷¹ <http://www.sefesistema.com.br/conheca.Php>

⁷² <http://www.portalcdr.com.br/noticiasDetalhes.php?id=2428>

⁷³ Disponível em: <http://www.institutounibrasil.com.br/>. Acesso em: 05/12/13.

atividades que visem o aperfeiçoamento da pessoa humana, bem como contribuam para o desenvolvimento da sociedade brasileira por meio da educação, seja ela infantil, fundamental, média ou superior. (UNIBRASIL, 2013).

Durante observação nos treinamentos do SEFE com os professores, Giacomini (2013, p. 60) observou que

[...] as assessoras usavam uniformes em cuja camiseta constava o logotipo do Instituto UniBrasil [...] e do SEFE [...] e, isso acontecia também nos cabeçalhos das folhas entregues por elas durante os cursos. Elas justificavam o uso de ambos os logotipos para os professores se acostumarem com a mudança, tendo em vista o SEFE continuar sendo do Instituto UniBrasil. Segundo uma de suas assessoras, essa mudança aconteceu por motivos burocráticos em torno do registro empresarial.

De acordo com Giacomini (2013, p. 25),

O pacote do SEFE possui: (1) Coleção Caminhos: composta por dezesseis volumes de apostilas de 1º ao 5º ano, (2) material didático para o professor; (3) material didático de apoio, como cartazes, alfabetos ampliados, caderno de registro, entre outros. (4) Fornecimento de 40 horas/aula por ano de assessoramento pedagógico, para os professores e equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (SME); para os professores do 1º ano, são 96 horas/aula. (5) Plataforma virtual para o atendimento dos professores para sanar possíveis

dúvidas. (6) Consultoria dos assessores do SEFE nas escolas. (7) Cursos de capacitação a distância. (8) Oficinas, palestras e orientações para os pais com material específico – Coleção Família & Escola.

A empresa SEFE tem parceria com a empresa Sem Fronteiras Tecnologia Educacional (que se apresenta em seu sítio eletrônico como um conjunto de projetos pedagógicos de inovação tecnológica, lúdica e interdisciplinar) e a empresa LEARNWAY.

O SEFE tem um portal eletrônico intitulado “Cidade Virtual: Cidade Educação” de acesso ao público, que tem como objetivo “implementar comunidades à volta da empresa”. Foi criado pela empresa LEARNWAY, em parceria com o SEFE e a Sem Fronteiras. De acordo com o que é divulgado nesse sítio eletrônico,

[...] o professor encontra uma infinidade de materiais, desde aqueles que o auxiliarão nos planejamentos das suas aulas com recursos multimídia para serem explorados com seus alunos – contribuindo no processo de ensino-aprendizagem – até materiais que fazem parte do seu cotidiano como assuntos sobre qualidade de vida, saúde profissional, curiosidades, informações úteis, entre outros. Uma cidade sem fronteiras onde a educação está ao alcance de todos. (Cidade Educação⁷⁴, 2013).

⁷⁴ Disponível em: <<http://aprendersemfronteiras.com.br/produtos/cidade-educacao.aspx>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

Na página inicial do sítio eletrônico Cidade Educação, visualizam-se representações de edificações, todas nas proximidades do SEFE. São elas: escola, prefeitura, banco, centro de eventos, sem fronteiras, biblioteca, *info* comunitária, centro comercial, hospital, igreja, centro cultural e praça.

Figura 1: Portal eletrônico da Cidade Educação



Fonte: Sítio eletrônico:

<http://aprendersemfronteiras.com.br/produtos/cidade-educacao.aspx>

Ao selecionar o prédio da prefeitura, aparece um espaço de recepção com um computador que sugere que se envie uma mensagem para a prefeitura; uma caixa de texto com o “termo de aceite”, na qual, ao ser selecionada, aparecem uma mensagem de bloqueio, uma porta com a inscrição “legislações nacionais” e outra com os dizeres “documentos educacionais”.

No prédio da escola é visível a recepção com um mural, uma porta indicando o laboratório de informática, outra indicando uma sala de aula e uma terceira indicando sala de professores.

A sala de professores também tem a mensagem de que os dados são bloqueados, podendo ser acessados apenas pelos professores cadastrados no programa.

A LEARNWAY, criadora dessa cidade virtual, divulga em seu sítio eletrônico que “procura capacitar sua equipe e deseja estreitar o laço de seus colaboradores com sua empresa. É o melhor caminho para distribuir conhecimento e integrar pessoas.”

⁷⁵

A LEARNWAY tem como parceiros a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-PR), Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino (IESDE), CORNESTONE; e como clientes: Banco da Itália (Banca d'Italia), Bauduco, Gol, Infraero, Posigraf, Positivo, Weg, Ferrero, Pelissari, PPC, Volvo, CR Almeida, Kraft, Renault, Amil, Electrolux, Matte Leão, Rexona-Ades, Britanite, e Instituto GRPCOM.

O espaço da empresa LEARNWAY apresenta, ainda, um item que se chama Mecanismos Motivacionais, classificados em:

- Galeria de artes: espaço onde são publicadas as premiações que o colaborador recebeu e
- Moedas Virtuais: que podem ser ganhas pelos “colaboradores” cumprindo tarefas, fazendo cursos ou, simplesmente, acessando a determinadas informações. Com essas moedas eles têm acesso a uma loja virtual onde podem comprar objetos reais para si ou para sua família. Esta página assemelha-se muito aos jogos virtuais infantis e acaba funcionando como um atrativo aos olhos de seus “colaboradores”. Ao acessarmos esta página virtual, temos a impressão de que não estamos mais falando em educação, mas numa concepção de mercado na qual a escola serve como porta de entrada.

⁷⁵ Disponível em: <<http://aprendersemfronteiras.com.br/produtos/cidade-educacao.aspx>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

3.2.3 A implementação do sistema apostilado no município de Florianópolis

Analisaremos a implementação do sistema apostilado no município de Florianópolis por meio dos seguintes eixos de análise: o projeto piloto; a (des)consolidação do sistema apostilado no município de Florianópolis: resultado das resistências?; o processo licitatório; material didático como expressão da política.

3.2.3.1 O projeto piloto

O Sistema Educacional UniBrasil (SEU) foi implementado como projeto piloto no ano de 2009 em uma Escola Básica Municipal de Florianópolis. A escolha da escola foi feita pela SME sob o argumento do baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No entanto, ao ser questionado sobre os motivos que levaram a SME a implantar o sistema apostilado em sua escola, o diretor da escola piloto respondeu:

Incentivar o gasto do dinheiro público para o lucro das empresas privadas. O discurso que veio para nossa escola é que a nossa escola tinha o menor IDEB do município. Então ela tinha que ser a primeira a receber isso. [...] de fato provavelmente ela devia ter, e não sei se ela ainda tem, não tenho acesso a isso ainda, se ela ainda tem o menor índice. Mas concretamente, o discurso era pra incentivar a compra dessas apostilas. (Entrevista Diretor 1; 07/03/2014)

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2009 a referida escola (escola 13) apresentava o menor

índice dentre as escolas municipais de Florianópolis (4,2) e no ano de 2011 esse índice foi elevado para (5.1), como podemos observar no quadro 4.

Embora tenha sido constatado o aumento do IDEB⁷⁶ na referida escola (escola 13), não é seguro afirmar que ele seja devido à implantação do sistema apostilado, pois percebemos que isso também ocorreu em todas as escolas da rede, ou seja, aquelas que utilizavam e que não utilizaram as apostilas, não havendo, portanto, uma relação direta entre os fatos.

Quadro 4: Comparação do IDEB das escolas públicas municipais de Florianópolis (ano 2009 e 2011)

ESCOLAS	IDEB 2009	IDEB 2011
Escola 1	5,1	6,0
Escola 2	5,7	5,7
Escola 3	5,3	Sem IDEB
Escola 4	5,5	6,4
Escola 5	5,1	6,1
Escola 6	5,8	6,0
Escola 7	5,1	6,6
Escola 8	5,0	5,5
Escola 9	4,9	6,1
Escola 10	5,3	5,9

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.portaideb.com.br/>>.

Escola 11	4,9	5,9
Escola 12	5,5	6,1
Escola 13	4,2	5,1
Escola 14	4,9	5,8
Escola 15	Sem IDEB	6,2
Escola 16	Sem IDEB	5,8
Escola 17	5,4	6,4
Escola 18	5,7	6,5
Escola 19	5,1	6,3
Escola 20	5,0	6,0
Escola 21	4,5	5,3
Escola 22	4,9	6,0
Escola 23	5,0	5,6
Escola 24	5,2	5,8
Escola 25	4,4	5,8
Escola 26	Sem IDEB	Sem IDEB
Escola 27	4,9	Sem IDEB
Escola 28	5,2	Sem IDEB
Escola 29	4,1	Sem IDEB

Escola 30	4,5	Sem IDEB
Escola 31	5,2	Sem IDEB
Escola 32	6,1	Sem IDEB
Escola 33	4,1	Sem IDEB
Escola 34	6,0	Sem IDEB
Escola 35	5,8	Sem IDEB
Escola 36	4,9	Sem IDEB

Fonte: Elaborado com base nos dados coletados no sítio eletrônico <http://www.qedu.org.br/cidade/679-florianopolis/ideb/ideb-por-escolas?> Acesso em 2014.

Como podemos observar, a ação de atrelar a contratação de sistemas apostilados para as escolas públicas municipais de Florianópolis sob o argumento de aumentar o IDEB não contém base empírica suficiente e pode se revelar em estratégia para desviar elementos centrais da discussão acerca da política educacional na rede municipal.

No próximo eixo de análise, podemos perceber como foi o processo de implementação do sistema apostilado em algumas escolas de Florianópolis nos anos de 2010 a 2014.

3.2.3.2 A (des)consolidação do sistema apostilado no município de Florianópolis: resultado das resistências?

O Ensino Fundamental da RME de Florianópolis tem nove Escolas Desdobradas e vinte e sete⁷⁷ Escolas Básicas.

⁷⁷ Destas, vinte e seis atendem alunos do primeiro ao nono ano e uma atende alunos do quinto ao nono ano.

É no Ensino Fundamental que há o maior número de matrículas efetivadas (55% no ano de 2013) e é nesta mesma etapa de ensino em que o sistema apostilado vem sendo implantado no município de Florianópolis. Esse dado é preocupante pelo fato da abrangência que um projeto como este poderia alcançar. No entanto, o que percebemos, por meio de nossa análise, é que no município de Florianópolis acontece um movimento inverso: o da descontinuidade do processo de implantação do sistema apostilado nas escolas públicas de Florianópolis.

Após implementar o sistema apostilado como projeto piloto em 2009 em uma escola da rede, a SME de Florianópolis, em reunião com os diretores escolares no final de 2009, apresentou o projeto do SEU com a proposta de implementá-lo nas demais escolas.

A partir daí, ao final de cada ano a SME ofereceu o sistema apostilado aos diretores das escolas para ser implantado no ano seguinte. No ano de 2010, mais 12 escolas encamparam a proposta, totalizando 13 escolas.

Em 2011, uma dessas escolas desistiu de trabalhar com a proposta e outras quatro escolas foram inseridas na dinâmica, totalizando 16 escolas.

Em 2012, mais quatro escolas adotaram a proposta, totalizando 20 escolas. Já no ano de 2013, seis escolas desistiram de trabalhar com o sistema apostilado e uma escola implementou o sistema apostilado. Isto significa que, em 2013, 15 das 36 escolas do Ensino Fundamental de Florianópolis trabalhavam com o sistema apostilado, correspondendo a 42% das escolas do Ensino Fundamental da RME. No ano de 2014 o número de escolas com o sistema apostilado é 15.

O quadro a seguir pode dar maior visibilidade a esse movimento das escolas em relação ao sistema apostilado⁷⁸.

⁷⁸ O histórico das entradas e saídas das escolas está identificado no Apêndice O.

Quadro 5: Implementação e desistências do sistema apostilado nas escolas da RME de Florianópolis, de 2009 a 2014⁷⁹

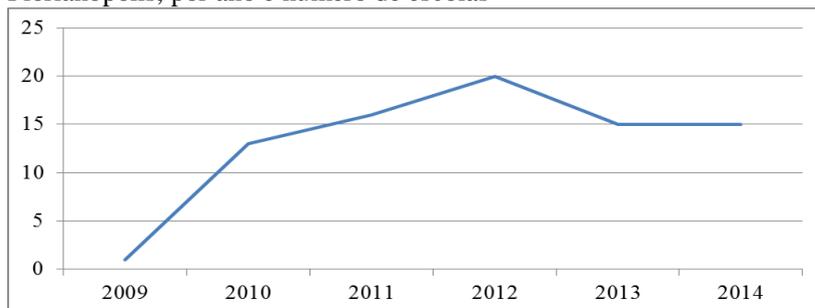
Número de escolas	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Que implementaram o sistema	1	12	4	4	1	0	21
Que desistiram do sistema	0	0	1	0	6	0	7
Total de escolas com o sistema	1	13	16	20	15	15	15

Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pelas escolas nos meses de setembro de 2012 e junho de 2014.

Ao observar os dados do quadro acima, percebemos que a implantação do sistema apostilado percorreu uma curva ascendente entre 2009 e 2012, ingressando em um caminho descendente em 2013, principalmente se considerarmos o fato de que em 2012 esse processo de implantação atingiu o índice de 52,77% das escolas da rede municipal, como pode ser observado no gráfico a seguir:

⁷⁹ A adesão das escolas é feita ao final de cada ano letivo para ser implantado no ano seguinte. Os dados do quadro referem-se ao ano de implantação.

Gráfico 1: Implantação do sistema apostilado no município de Florianópolis, por ano e número de escolas



Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pelas escolas nos meses de setembro de 2012 e junho de 2014.

O gráfico demonstra como a proposta de implementação do sistema apostilado no município de Florianópolis vem se (des)consolidando. Mesmo nas escolas que aderiram ao sistema, podem existir disputas, ou seja, alguns professores podem não estar de acordo com esse projeto, o que pode estar ocasionando a desistência de algumas dessas escolas.

Concordamos com Duarte (2013)⁸⁰ quando afirma que precisamos caracterizar as lutas de classes no espaço escolar “como se travando em torno sempre a um ponto: a concretização ou não da socialização do saber sistematizado.”

Terceirizar a educação pública, nos moldes do sistema privado é uma ofensiva às próprias escolas, à sua identidade, suas conquistas ao longo da história - embora pressionadas pelas amarras do capitalismo. É tornar o espaço escolar o lugar no qual, em vez de irmos em busca de conhecimentos que tragam significados para a vida dos alunos, seguirmos todos a mesma apostila, monitorados por empresas para cumprirmos prazos de execução, a fim de seguir a ordem mercadológica vigente. Não é

⁸⁰ <<http://www.youtube.com/watch?v=OlqjzXNIP0Y> - 129k>. Acesso em: 16 set. 2013.

esse o tipo de escola que trabalha na perspectiva do desenvolvimento humano.

Esse movimento de terceirização por meio da compra do sistema apostilado firma seu contrato com a RME por meio de um processo licitatório, o que dá desde o início de sua contratação, um caráter mercadológico a um processo que deveria ser prioritariamente pedagógico.

3.2.3.3 *O processo licitatório*

Para a contratação do sistema apostilado no município de Florianópolis, a SMA, lança a cada ano edital de licitação “do tipo menor preço⁸¹”, apresentando como objetivo:

Contratação de empresa visando à implantação de Sistema Educacional tendo em vista a política pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Nacional de Diretrizes e Bases, conforme especificações, exigências, necessidades e descrições constantes no Termo de Referência (Anexo I), visando ao atendimento da clientela escolar na Rede Pública Municipal, nas áreas 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental de nove anos, conforme Edital. (FLORIANÓPOLIS, 2010⁸²)

⁸¹ Pregão presencial do tipo menor preço: modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.

⁸² Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/?pagina=notpagina-pesquisado>. Acesso em: 17 set. 2012.

A contratação de empresa privada por essa modalidade de licitação deixa explícito que os parâmetros pedagógicos não são priorizados como critérios.

No item 6 do documento licitatório de 2012, o qual versa sobre a fase competitiva do certame, está explícita como condição: “Participarão dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente à de menor preço”. (FLORIANÓPOLIS, 2010).

Esses conceitos essencialmente econômicos são normalmente utilizados por se tratar de um documento licitatório. O que não pode ser considerado comum é a contratação de uma empresa privada para atuar em escolas públicas, utilizando como meio uma licitação na modalidade pregão presencial do tipo menor preço, no qual a educação é tratada como produto de mercado, como qualquer outro que pode ser licitado.

No ano de 2013, o documento licitatório passa a ser do tipo “técnica e preço”⁸³, apresentando o seguinte texto:

O Município de Florianópolis, por intermédio da Secretaria Municipal da Administração e Previdência - Diretoria de Licitações e Contrato - torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial do tipo Técnica e Preço, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas legais vigentes, para a contratação de empresa para realizar a **implantação de Sistema Educacional**, com aquisição de material próprio, tendo em vista a política pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Nacional de Diretrizes e Bases, conforme

⁸³ O pregão presencial do tipo “técnica e preço”, dependendo da situação, pode privilegiar o preço ou a técnica como critério definidor/desempate.

especificações, exigências, necessidades e descrições em anexo, visando ao atendimento da clientela escolar na rede pública municipal, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de nove anos, conforme especificações, exigências, necessidades e descrições constantes no Termo de Referência (Anexo I), conforme Edital. (FLORIANÓPOLIS, 2013⁸⁴, grifo nosso).

É importante observar que, mesmo passados quatro anos da implementação do sistema apostilado, o texto do documento licitatório continua tendo como objetivo “a contratação de empresa para realizar a implantação de Sistema Educacional”. O texto dá a impressão de que, a cada ano, uma nova proposta pedagógica pode ser inserida, ou seja, os materiais didáticos podem sofrer alterações.

Com relação à licitação de 2013, um processo encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) de Santa Catarina⁸⁵ denuncia “Irregularidades no edital de Pregão Presencial 261/SMAP/DLC/2013, para implantação de sistema educacional visando ao atendimento da clientela escolar na rede pública municipal do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental”. (SANTA CATARINA, 2013).

No dia 18 de junho, a PMF considerou vencedor do processo de licitação o Instituto VEZ - Instituto UniBrasil para Desenvolvimento, Ciência e Cultura. No entanto, um dia após essa decisão (19/06/2013), o relator do TCE decidiu suspender a licitação cautelarmente⁸⁶.

De acordo com o que consta no documento do TCE, a mudança no tipo de licitação, de "menor preço" para "técnica e

⁸⁴ Pregão Presencial nº 261/SMAP/DLC/2013.

⁸⁵ Nº do Processo: 13/00273590.

⁸⁶ Nº de Processo (TCE): 13/00273590.

preço", facilita a manutenção da empresa SEFE na Rede Municipal de Florianópolis. Como já foi considerado nesta pesquisa, o Instituto VEZ é também um nome utilizado para representar a empresa SEFE.

3.2.3.4 O material didático como expressão da política

Na apresentação do livro do professor, da Coleção Caminhos, fornecido pela empresa SEFE, num texto permeado por metáforas, lê-se: “O rumo foi dado, e todo aquele que o percorrer deixará pegadas que indicarão o caminho para outro e mais outro que atrás vier.” (GABARDO et al., 2011, p.3) Essa expressão propagandística sugere que há um caminho que todos devem percorrer da mesma forma. Ao professor parece ser necessário apenas trilhá-lo.

De acordo com informações disponibilizadas no portal eletrônico da SME, os materiais didáticos oferecidos pelo SEFE aos alunos têm a característica de serem organizados por temas a serem trabalhados em cada um dos anos: no primeiro ano, “Identidades e moradias”; no segundo ano, “Brinquedos, brincadeiras e cidadania”; no terceiro ano, “Os lugares no mundo, o campo, a cidade e as civilizações”; e no quarto ano, “Planeta terra, biodiversidade, água e ar”.

Ao analisarmos a apostila do professor, observamos que, além de serem descritas as áreas de conhecimento e os conteúdos a serem estudados, há um direcionamento para a metodologia a ser utilizada, as respostas das atividades e os critérios de avaliação que o professor deve considerar.

As apostilas, tanto as dos alunos quanto as dos professores⁸⁷, foram editadas pela Base Editora e Gerenciamento Pedagógico Ltda., de Curitiba – PR.

⁸⁷ As apostilas da Coleção Caminhos foram elaboradas por Carmen Lucia Gabardo, Célia Maria Zen Franco Gonçalves, Cilé Terezinha Toledo Ogg, Cintia Maria Honório, Katya Aparecida de Carvalho Pust,

De acordo com o que é indicado na apostila “a Coleção Caminhos apresenta uma proposta de trabalho interdisciplinar e é composta de dezesseis volumes, destinados aos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos.” (COLEÇÃO CAMINHOS, 2012).

Como exemplo, citamos o sumário da apostila 13 do quinto ano, coleção caminhos:

- Uma história com palavras, com vida, com arte, com documentos.
- Formas geométricas, uma criação humana?
- A arte das iluminuras.
- Capítulos da história: Brasil Colônia.
- Palavras que contam histórias de piratas.
- A história do Brasil contada em números.
- A arte pinta a história do Brasil.
- Palavras do poeta que contam a chegada dos “brancos”.
- As grandes e imundas navegações.
- Palavras marcadas marcam o marco histórico do Brasil.
- Números, medidas problemas para resolver.

Larissa Silveira Costa, Maria de Rocio Marinho Buczek, Maria Julia Carreira Pacheco, Marilia Marques Mira, Oralda Adur de Souza, Simone Regina Manosso Cartaxo e Valda Marcelino Tolkmitt. Os ilustradores são: Ivan Sória Fernandez e Ricardo Luiz Enz.

⁸⁸ Este é objeto de estudo da pesquisa de Raquel Giacomini (2012), da UFSC, sob o título: O Sistema Educacional Família e Escola na Rede Municipal de Florianópolis: Estratégias de Governo de Professores.

- O espaço e suas representações.
- Medidas das superfícies.
- Palavras guardadas que contam a história da cartografia.
- Outros espaços, outras representações.
- Capítulos da história: governo-geral do Brasil.
- Palavras guardadas contam sobre uma guerra contra a morte.
- Os mapas em detalhes.
- Números e medidas.
- Palavras do povo, dialetos do Brasil.
- A arte cantada pelo povo.
- Uma questão de saúde pública.
- Capítulos da história: o Brasil invadido.
- Porcentagem: calcule para saber.
- Os parasitas e algumas doenças.
- Histórias em quadrinhos... Uma história sobre higiene.
- As vacinas na batalha contra doenças.

Ao realizar sua pesquisa na RME de Florianópolis, Giacomini (2013) constatou que as apostilas fornecidas pelo SEFE não são submetidas à avaliação do MEC. Segundo a pesquisadora, há uma comissão de avaliação criada pela SME por meio da Portaria nº 001/12, de 9 de janeiro de 2012, com o objetivo de avaliar esses materiais adquiridos via processo

licitatório. Essa comissão é composta por diretores de departamento e técnicos da Secretaria Municipal de Educação.

Como material didático central do sistema apostilado, as apostilas são fornecidas aos alunos e professores como material supostamente organizado e capaz de conter todas as informações necessárias aos alunos de todas as escolas pelas quais foi adotado.

Para Giacomini (2013, p. 75), a apostila,

[...] é o instrumento concreto presente nas escolas para normatizar tanto a conduta dos professores, quanto os conteúdos. Desse modo, a Empresa considera que facilita o trabalho dos professores na medida em que determina tudo o que tem de ser ensinado. Os professores não precisam decidir nem planejar atividades escolares, haja vista o material do SEFE englobar todas as tarefas, bem como as respostas para cada atividade.

É importante considerar que, embora seja vendida como instrumento de controle, não é a apostila em si que desqualifica, mas o projeto político que ela representa. O controle é feito pela gestão central da SME que compra da empresa privada SEFE, o instrumento usado para isso.

Se, por um lado, para os professores a empresa veicula a ideia de a apostila ser um instrumento facilitador do seu trabalho, para a gestão central do município a empresa vende um instrumento de controle do trabalho escolar.

Realizar uma análise do conteúdo dessas apostilas não é objeto desta pesquisa⁸⁸, no entanto, mesmo se a realizássemos e concluíssemos que estas são de “boa qualidade”, ainda assim discordaríamos de sua aquisição pelas escolas públicas, porque, o

⁸⁸ Este é objeto de estudo da pesquisa de Raquel Giacomini (2012), da UFSC, sob o título: O Sistema Educacional Família e Escola na Rede Municipal de Florianópolis: Estratégias de Governo de Professores.

que está em discussão nessa análise é o interesse dessa política em utilizar o sistema apostilado como uma das ações para tornar a escola pública um objeto mercadológico. Ou seja, mais do que questionar as apostilas, é preciso questionar a serviço de quem e qual a lógica de sua inserção na escola pública.

Além dos materiais didáticos fornecidos para os alunos e professores, o SEFE também oferece aos pais quatro volumes de livros da Coleção Família e Escola. No sítio eletrônico do SEFE, há uma indicação do diferencial em relação a outras empresas. Os pais recebem os livros e são convidados a participar de reuniões promovidas pelos assessores do SEFE.

A empresa SEFE também oferece cursos de formação para os professores com o objetivo de orientá-los nas atividades desenvolvidas com o material didático.

Podemos considerar a formação oferecida pela empresa privada como um dos fatores que influenciam na opção das escolas pela implantação desse sistema apostilado, pois o tempo para horas de aperfeiçoamento durante o período de trabalho é uma das reivindicações históricas dos trabalhadores em educação no município de Florianópolis.

Aos diretores escolares são oferecidas 20 horas de curso por ano, “cuja finalidade consiste em orientá-los para realizar o acompanhamento dos professores, com o intento de que estes **utilizem corretamente o material.**” (GIACOMINI, 2012. p. 62, grifo nosso).

Observamos aí uma das formas de controle viabilizado pela implantação do sistema apostilado. “Utilizar corretamente o material” pode ser interpretado de várias formas, inclusive com o intuito de perceber se o professor segue na íntegra o que é proposto, sem acrescentar outros conhecimentos.

Ainda de acordo com Giacomini (2013), os consultores do SEFE também visitam as escolas e os professores com o objetivo de:

[...] orientá-los, ensiná-los, enfim, **instrumentalizá-los** a usar corretamente os materiais. Para tanto, são realizadas reuniões individuais com cada professor e

tanto os seus materiais são **vistoriados** quanto os dos alunos, com o objetivo de saber se há **atraso no ensino de conteúdos**, dificuldades com a metodologia, entre outros fatores. (GIACOMINI, 2013. p. 62, grifo nosso)

Novamente, reiteramos a importância da figura de um diretor eleito democraticamente (como já foi defendido no início deste capítulo) o que, em tese, facilita as discussões nos espaços escolares quanto a essas e outras formas de controle do trabalho do professor.

4 O SISTEMA APOSTILADO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS: a lógica privatista a serviço do controle e da desqualificação do trabalho do professor

Por meio desse capítulo, desenvolvemos uma análise do sistema apostilado como um dos elementos da lógica privatista a serviço do controle e da desqualificação do trabalho do professor, utilizando-nos dos documentos e da literatura acerca da temática, e das entrevistas semiestruturadas realizadas com sujeitos diretamente envolvidos com a inserção do sistema apostilado no município de Florianópolis. Entrevistamos uma assessora pedagógica da SME envolvida com o processo de implementação na RME de Florianópolis; diretores de escolas que, por princípio, são os sujeitos que respondem pelas decisões nas escolas; e professores, por estarem diretamente envolvido com o material didático oferecido pelo SEFE.

Nossa pesquisa compreende o estudo da implementação do sistema apostilado, que envolve turmas do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, na RME de Florianópolis. As turmas do primeiro ao quarto ano estão matriculadas nas escolas desdobradas e as turmas do primeiro ano à oitava série estão matriculadas nas escolas básicas da RME.

Lembremos o já dito na seção 1.2.3.1: Escolhemos trabalhar com as escolas básicas pelo fato de serem escolas maiores, com um maior número de professores; por estas atenderem as turmas do quinto ano – que também utilizam apostilas – e pelo fato de não estabelecermos contato direto com seus profissionais por trabalharmos especificamente em escola desdobrada.

Selecionamos cinco das vinte e sete escolas básicas, elegendo como principal critério a verticalização da pesquisa no sentido de estabelecer com a empiria uma relação mais estreita e precisa.

No sentido de perceber como se deu a implementação do sistema apostilado em diferentes escolas, organizamos a seguinte amostra qualitativa: a primeira escola a implementar o sistema apostilado/escola piloto (escola 1); uma escola que implementou

o sistema apostilado em 2010 e permaneceu com a proposta (escola 2); uma escola que implementou em 2010 e no final do mesmo ano desistiu de trabalhar com a proposta (escola 3); uma escola que implementou em 2010 e declinou da proposta no final de 2012 (escola 4); e uma escola que não implementou o sistema apostilado (escola 5).

Em cada uma dessas escolas, tínhamos a pretensão de entrevistar de três a cinco professores que trabalhassem com turmas do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental. No entanto, em duas dessas escolas, conseguimos entrevistar apenas duas professoras pelo fato de serem estas as únicas professoras do Ensino Fundamental que permaneciam na unidade naquele ano. Entrevistamos também os cinco diretores escolares (um de cada escola). Em uma das escolas também realizamos entrevista com uma orientadora educacional, já que não foi possível entrevistarmos a pessoa que estava na direção daquela escola no ano em que ali foi implementado o sistema apostilado.

Para mantermos os nomes dos entrevistados em sigilo, decidimos identificá-los por códigos, preservando, no entanto, a distinção de gênero de cada um:

- Diretores: Diretor 1 (da escola 1); Diretora 2 (da escola 2); Diretora 3 (da escola 3); Diretora 4 (da escola 4); Diretora 5 (da escola 5).
- Orientadora educacional: Orientadora.
- Professores: Professoras A, B e C/escola 1 ; Professoras D, E e F/escola 2 ; Professoras G e H/escola 3 ; Professoras I e J/escola 4 ; Professoras K, L e M e Professor N/escola 5.
- Assessora pedagógica da SME envolvida com a implementação do sistema apostilado na rede: Assessora Pedagógica/SME.

As questões que constituem as entrevistas foram elaboradas com o objetivo de extrair dados complementares à pesquisa, interpelando os sujeitos que vivenciaram a implantação do sistema apostilado no município de Florianópolis. Tais questões foram formuladas objetivando analisar o processo de

privatização do ensino público do município de Florianópolis por meio da implementação do sistema apostilado, bem como investigar se e como ocorre o controle e a desqualificação do trabalho do professor mediante esse processo de implementação.

Importava saber suas expectativas, suas angústias, as mudanças observadas na escola após a implementação e a forma como o sistema apostilado foi implementado nas escolas. Também consideramos a possibilidade de avaliar o grau de conhecimento dos principais sujeitos envolvidos com a proposta, particularmente os relativos ao tipo de contratação envolvendo a empresa SEFE – se conheciam os motivos que levaram a SME a contratar a empresa; se foram consultados a respeito; se concordam com as mudanças nos processos escolares em decorrência da ação de empresa privada.

Por fim, gostaríamos de perceber como está sendo exercido o controle do trabalho dos professores mediante o processo de privatização do ensino público municipal e como os professores percebem tal processo, especialmente no desenvolvimento do planejamento pedagógico e na organização do trabalho escolar.

Os dados extraídos dos depoimentos desses sujeitos trazem importantes contribuições para compreender quais as leituras que fazem da política educacional na RME de Florianópolis.

Contudo, como ressalta Duarte (2006, p.100):

Sem o movimento, analisado por Marx (1987, p. 20-30), de apropriação da realidade pelo pensamento por meio da passagem do abstrato ao concreto, isto é, sem a mediação da análise teórica, esse contato direto com a realidade produz no pensamento apenas uma representação caótica, superficial e fetichista.

Foi perseguindo tal movimento na análise dos depoimentos para procuramos estabelecer relações dos seus conteúdos com a documentação referente ao sistema apostilado no município de Florianópolis. Nossa análise também esteve pautada pela

orientação de Evangelista (2012, p. 60), segundo a qual é necessário

[...] encontrar o sentido dos documentos e com eles construir conhecimentos que permitam não apenas o entendimento da fonte, mas dos projetos históricos ali presentes e das perspectivas que – não raro obliteradas no texto – estão em litígio e em disputa pelo conceito, pelo que define o mundo, pelo que constitui a história. Podemos afirmar que trabalhar com documentos significa aceder à história, à consciência do homem e às suas possibilidades de transformação.

Nesse momento da análise também nos reportamos ao histórico político-pedagógico da RME de Florianópolis como forma de apreender qual o sentido da implementação de uma proposta privatista, quando os discursos nos documentos são pautados na ideia da construção de uma proposta coletiva.

Garcia (2006, p. 300) afirma que, na análise dos documentos, devemos considerar que:

Tais documentos representam a apropriação, por parte de seus formuladores, de um conjunto de pensamentos, políticas, ações vividas pelas distintas populações. Dentre aquilo que já está presente na vida social, os formuladores dessa documentação enfatizam, sublinham, focam algumas práticas e pensamentos, desqualificam, obscurecem e desprezam outros.

A “apropriação de pensamentos, políticas e ações” pode ser uma das estratégias utilizadas na formulação de documentos, como por exemplo, na proposta curricular da RME de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2008) e na matriz curricular

(FLORIANÓPOLIS, 2011) nos quais estão demarcadas palavras como “sugestões”, “ação coletiva”, “participação dos professores”, “discussões”, “opiniões”, entre outras. Apropriando-se de tais conceitos emergidos da vida social, os formuladores pretendem construir o consenso em torno de uma falsa ideia de que, no município de Florianópolis, os professores pensam coletivamente os rumos da educação.

Juntamente com a análise das formulações desses documentos, do histórico político-pedagógico da RME e da análise da implementação do sistema apostilado nas escolas públicas municipais de Florianópolis mediante entrevistas, julgamos fundamental analisar as produções acadêmicas acerca do assunto, buscando elementos que ajudam a compreender que o processo de privatização do ensino público no município de Florianópolis guarda conexões com o processo de privatização da educação em nível nacional e mundial.

4.1 O SISTEMA APOSTILADO SEGUNDO OS ENTREVISTADOS

Nesta seção, passamos para a análise dos depoimentos confrontando-os com dados coletados dos documentos e da teoria que nos serviu de suporte para a investigação. São dados colhidos do testemunho de sujeitos que participaram de alguma forma, ou se recusaram a participar, dos processos constitutivos do fenômeno social a ser compreendido. A fim de conferir maior inteligibilidade aos elementos coletados e mobilizados em nosso processo de análise, consideramos importante organizar uma exposição do perfil dos sujeitos entrevistados.

4.1.1 O perfil dos sujeitos entrevistados

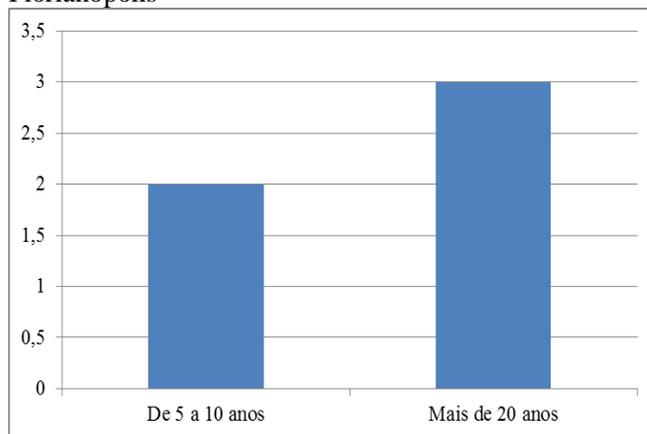
Na estrutura dos questionários elaborados para as entrevistas, organizamos inicialmente questões referentes aos dados da carreira profissional dos entrevistados, como: regime de contratação, carga-horária semanal, turma em que leciona, tempo de atuação no magistério na RME de Florianópolis e na referida escola, e nível de escolaridade.

Apresentamos, a seguir, o resultado da análise desses dados por grupos de sujeitos pesquisados.

4.1.1.1 Os diretores escolares

Observando o perfil dos diretores entrevistados, podemos constatar que dos cinco diretores, três trabalham na RME há mais de 20 anos, e dois trabalham há menos de 10 anos, conforme exposto no gráfico 2:

Gráfico 2: Tempo de serviço dos diretores escolares na RME de Florianópolis



Fonte: Entrevistas realizadas com os diretores escolares no período de 11/02/2014 a 07/03/2014

Todos os cinco diretores são do quadro efetivo do magistério.

Quanto à formação superior, um diretor tem licenciatura em educação física, uma diretora tem graduação em pedagogia e licenciatura em letras e as outras três diretoras têm graduação em pedagogia. Os cinco têm pós-graduação: um em nível de mestrado e os outros quatro em nível de especialização.

Os cinco diretores foram eleitos por voto direto pela comunidade escolar⁸⁹ em novembro de 2013. Dois deles estão no segundo mandato consecutivo⁹⁰ nas referidas escolas, e outros três estão assumindo pela primeira vez a direção, embora já estejam trabalhando nelas há dois, dezoito e vinte e três anos, respectivamente, como professores. Um dos diretores entrevistados é do sexo masculino e quatro são do sexo feminino.

4.1.1.2 A orientadora educacional

A orientadora educacional entrevistada é do quadro efetivo e trabalha há 12 anos na RME de Florianópolis, e há 5 anos na escola 3. É graduada em Pedagogia, com habilitação em Orientação Educacional, e Mestre em Educação.

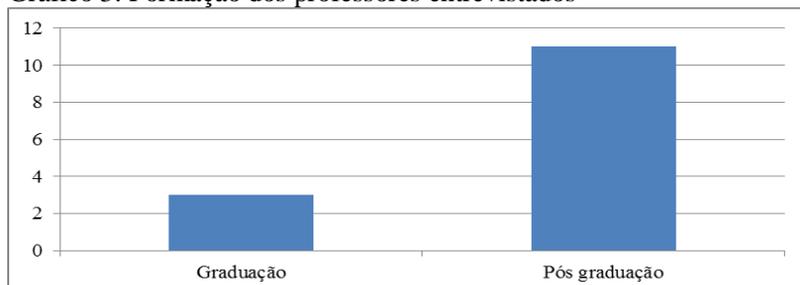
4.1.1.3 Os professores

Dos 14 professores entrevistados, três têm somente graduação e onze têm também pós-graduação em nível de especialização, conforme exposto no gráfico 3.

⁸⁹ No município de Florianópolis, fazem parte da comunidade escolar todos os profissionais que trabalham na escola e todos os pais e alunos.

⁹⁰ É importante destacar que esses são os diretores das duas escolas que mantêm firme sua proposta: uma, de dar continuidade ao sistema apostilado e defender firmemente essa proposta, e outra, de resistir e não aderir ao sistema apostilado.

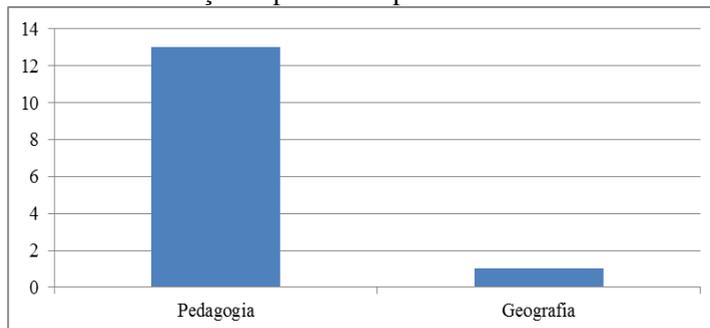
Gráfico 3: Formação dos professores entrevistados



Fonte: Entrevistas realizadas com os professores no período de 11/02/2014 a 07/03/2014.

Dos 14 professores, 13 têm formação superior em pedagogia, e um, tem formação inicial em geografia, conforme exposto no gráfico.

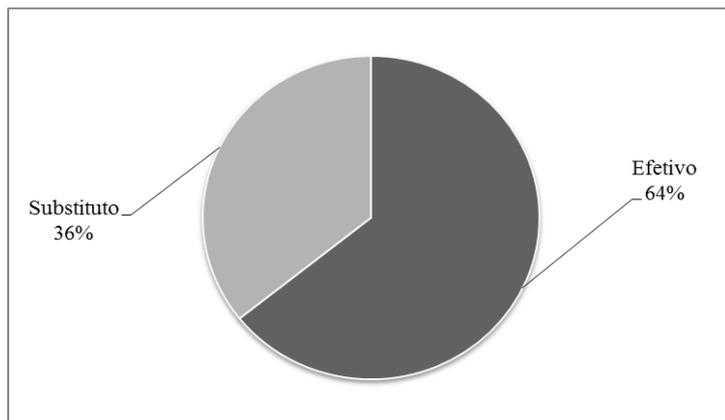
Gráfico 4: Formação superior dos professores entrevistados



Fonte: Entrevistas realizadas com os professores no período de 11/02/2014 a 07/03/2014.

Dos 14 professores entrevistados, um é do sexo masculino. Relativamente à situação funcional, nove são efetivos (64%), e cinco, substitutos (36%), conforme exposto no gráfico 5.

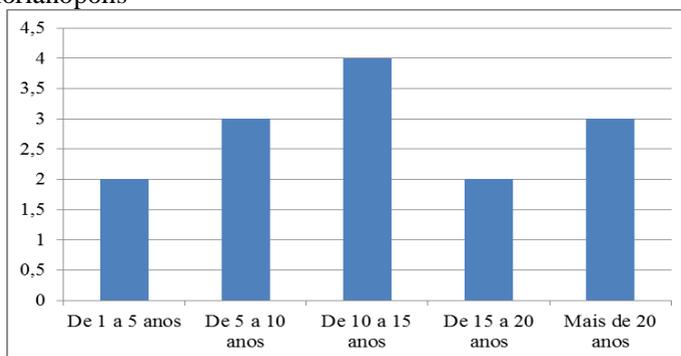
Gráfico 5: Situação funcional dos professores entrevistados



Fonte: Entrevistas realizadas com os professores no período de 11/02/2014 a 07/03/2014.

A maioria dos professores entrevistados trabalha há mais de 10 anos na RME de Florianópolis, como podemos observar no gráfico 6.

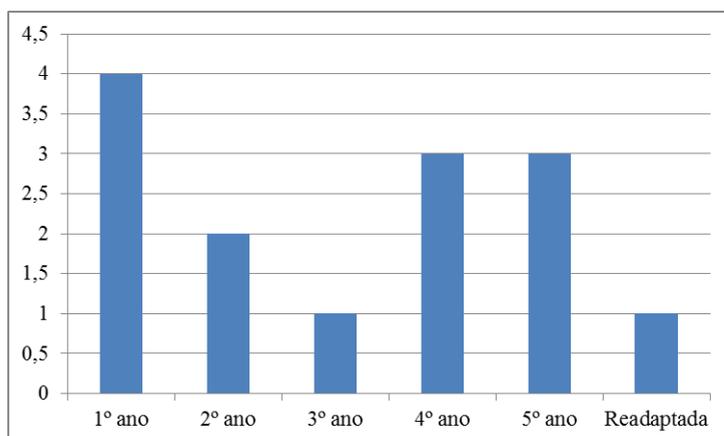
Gráfico 6: Tempo de atuação dos professores na RME de Florianópolis



Fonte: Entrevistas realizadas com os professores no período de 11/02/2014 a 07/03/2014.

Atualmente, os professores entrevistados lecionam nas seguintes turmas do Ensino Fundamental: 1º ano (quatro professores), 2º ano (dois professores), 3º ano (um professor), 4º ano (três professores), 5º ano (três professores) e há uma professora readaptada⁹¹ que atua na biblioteca da escola. Os dados estão apresentados no gráfico 7.

Gráfico 7: Turmas em que os professores lecionam atualmente



Fonte: Entrevistas realizadas com os professores no período de 11/02/2014 a 07/03/2014.

⁹¹ De acordo com o que é descrito no sítio eletrônico da SMA de Florianópolis, “O servidor que apresentar limitações físicas ou psíquicas para o desempenho de suas funções poderá requerer ou ser encaminhado por indicação médica para a readaptação funcional. Dependendo da avaliação pericial, o servidor poderá ser orientado a permanecer na função com restrições a determinados procedimentos ou a mudar de função.” (<www.pmf.sc.gov.br/servicos/?pagina=servpagina&id=225>)

Dos 14 professores entrevistados, somente dois trabalham vinte horas semanais na escola, os demais (12) têm carga-horária semanal de quarenta horas, ou seja, permanecem na escola durante dois turnos.

Tabela 1: Carga-horária dos professores entrevistados.

Carga-horária	Número de professores
20 horas	2
40 horas	12
Total	14

Fonte: Entrevistas realizadas com os professores no período de 11/02/2014 a 07/03/2014.

4.1.1.4 A assessora pedagógica

A assessora pedagógica entrevistada é auxiliar de ensino de uma escola da RME designada para trabalhar na SME de Florianópolis, na função de assessora pedagógica. Atua como coordenadora das formações de professores e diretores, e participa dos encaminhamentos relacionados ao sistema apostilado nas escolas há dois anos. Atualmente é também coordenadora municipal do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Com base nesses dados, podemos constatar que a maioria dos sujeitos entrevistados para esta pesquisa é do quadro efetivo da RME, tem carga-horária de 40 horas semanais e trabalha nas escolas do município há mais de 10 anos.

Esses dados iniciais nos levam a inferir que estamos lidando com sujeitos que conhecem a história da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis e participam dela desde muito antes da implantação do sistema apostilado.

Temos como pressuposto que a realidade social é

complexa e contraditória. Esse pressuposto evidenciou-se ainda mais no exame dos dados da pesquisa de campo, na qual percebemos o quanto a análise da totalidade é difícil de ser alcançada. Contudo, na busca dessa totalidade, organizamos o texto mediante algumas categorias.

4.1.2 As categorias de análise

Ao desenvolver o processo de organização e análise dos dados, constatamos ao menos três categorias: a lógica privatista, o controle do trabalho do professor e a (des) valorização do professor.

4.1.2.1 A lógica privatista

“Eu gostei de trabalhar com as apostilas. Tem um monte de coisas que podia melhorar. Mas eu não achei ruim, não. E daí talvez porque eu tenho toda uma cultura de escola particular.” (Entrevista professora C/escola 1; 07/03/2014)

A expressão “cultura de escola particular” no depoimento da professora demonstra que o sistema apostilado expressa uma forma própria do campo privado na educação escolar, interferindo na identidade da escola pública. A fala da professora deixa subentendido que os professores da rede pública terão mais dificuldades em se adaptar ao novo modelo, diferentemente daqueles professores que têm uma “cultura de escola particular” e que, portanto, já estão acostumados com esse sistema.

Mais adiante, no decorrer da entrevista, a mesma professora relata:

*Eu acho que essa é a diferença: na escola particular, tu não tens opção, tu vai **usar o material deles**. Quem entra já se adapta,*

tu já assinas... Eu trabalhei numa escola onde tu já, no teu salário já estava incluso as formações. Então tu ficavas depois do período duas vezes por mês pras formações. Teu salário já contemplava isso, então, tu não tinhas opção. (Entrevista Professora C/escola 1; 07/03/2014; grifo nosso)

*[...] como eu trabalhei sempre em escola particular e lá tu não tem a opção de gostar ou não gostar, tu chegas e tu atua, tem que **aceitar o que foi decidido por outros**, eu não tive problema nenhum em receber o material. Mas tinha colegas...Claro, num primeiro momento tu pensas, [...] Ah, meu Deus, porque tu tens que [te] enquadrar nisso, né? Mas assim: eu não tive problemas em receber. (Entrevista Professora C/escola 1; 07/03/2014; grifo nosso)*

O que está subentendido na função do professor na sua prática pedagógica, quando o professor avalia que, na escola particular em que trabalhou, sua única opção era “usar o material deles” e “aceitar o que foi decidido por outros”, e traz essa reflexão para o uso das apostilas na escola pública?

O papel destinado ao professor, nesta lógica, difere daquele destinado ao professor questionador, que busca aprofundar seus conhecimentos e que promove mudanças em sua prática por conta do acesso ao conhecimento.

O professor que planeja que percebe as questões do grupo e parte destas para proporcionar o acesso ao conhecimento científico aos alunos, filhos da classe trabalhadora, é um tipo de professor que não encontra lugar em uma lógica privatista.

Ao descrever sobre como organiza o planejamento com os professores, a orientadora educacional da escola 3 fez o seguinte relato:

Autonomia do professor: Esse aí é um terreno de negociações, porque também tem a questão da autonomia pedagógica. A autonomia da escola e do professor. É por isso que eu digo que é um terreno de negociações onde se tem que fazer algumas concessões... É um exercício diário uma vez que tem essa proposta de discussão, né? E não de cima pra baixo. Não é só uma proposta, mesmo porque a gente é servidor público e nós temos essa possibilidade. Penso que a escola privada não tem essa possibilidade. Trabalhar com livros didáticos, planejamentos, projetos, várias coisas. (Entrevista Orientadora educacional; 27/02/2014).

Podemos perceber também nesse depoimento a importância que os sujeitos envolvidos com o processo pedagógico da escola atribuem às discussões coletivas, com o objetivo de organizar a escola juntamente com todo o grupo de profissionais.

É importante reafirmar que a ideia de construção coletiva é também disseminada no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Florianópolis⁹², bem como nos documentos produzidos pela SME: a Matriz Curricular (FLORIANÓPOLIS, 2011) e a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2008).

No texto introdutório da Matriz Curricular (2011), encontramos os seguintes argumentos:

O projeto é político por ser um objeto num espaço de sucessivas discussões e decisões, pois o exercício de nossas ações está sempre permeado por relações que envolvem debates, sugestões, opiniões, sejam elas contraditórias ou de consenso.

⁹² Disponível em: <www.pmf.sc.gov.br>. Acesso em: 31 ago. 2012.

A participação de todos os envolvidos no Projeto Político pedagógico da escola, as resistências, os conflitos, as divergências são atos extremamente políticos [...] (FLORIANÓPOLIS, 2011. p.4).

A argumentação de que “o exercício de nossas ações está sempre permeado por relações que envolvem debates, sugestões, opiniões, sejam elas contraditórias ou de consenso” não condiz com a maneira como foi conduzido o processo de implantação do sistema apostilado na RME de Florianópolis.

Também na introdução da Proposta Curricular de Florianópolis (2008), esta ideia está explícita:

A intenção ao sistematizar esta proposta com a Rede para a Rede é que esta seja a referência discutida e assumida pelos(as) educadores (as), juntamente com os Parâmetros Nacionais, nos projetos pedagógicos e elaboração dos currículos das unidades educativas, salvaguardando suas especificidades. (FLORIANÓPOLIS, 2008, p.9).

Novamente o discurso da proposta coletiva está explícito no excerto por meio da expressão “sistematizar esta proposta com a Rede”, dando a ideia de que os professores pensaram juntos a proposta e que esta passa a ser referência para toda RME de Florianópolis.

Neste sentido, podemos afirmar que o discurso de construção coletiva nos documentos da SME é, no mínimo, um discurso falacioso, uma vez que, na prática, a PMF contratou a empresa SEFE para fornecer material pedagógico pronto e “assessoramento pedagógico”⁹³ aos professores, no sentido de direcionar o trabalho do professor, controlando suas ações.

⁹³ Esta é a nomenclatura utilizada pela empresa SEFE para especificar os treinamentos fornecidos aos professores para o uso das apostilas.

No entanto, os trabalhadores da escola pública podem resistir à transformação da educação pública num negócio. É necessário, porém, que a escola tenha como base uma proposta pedagógica sólida, estruturada no seu coletivo.

No depoimento da diretora da escola cujos profissionais não aceitaram a implementação do sistema apostilado, transparece o reconhecimento da necessidade de que seja construída uma proposta pedagógica bem estruturada:

Na verdade a escola tem que ter uma organização, tem que ter um projeto, os professores tem que ter ciência desse projeto. Mesmo assim a gente vai ter problema. Mas assim, se a gente quer uma escola que alcance o mais possível sucesso escolar, porque na verdade a gente quer que eles tenham sucesso, que eles saiam daqui façam o ensino médio, né? Então se a gente almeja isso, é a escola ter uma proposta bem definida, ter uma organização, ter tempo, [...] (Entrevista Diretora 5; 27/02/2014)

De acordo com a diretora, o fato de a escola ter uma proposta pedagógica organizada e sólida pode servir de base para que a equipe pedagógica diga não ao sistema apostilado e possa dar continuidade ao trabalho que vem realizando.

O que podemos perceber nos depoimentos dos professores e diretores é que a decisão de aderir ou não ao sistema apostilado nas escolas municipais de Florianópolis é ainda uma decisão da própria escola. No entanto, as respostas dos professores e as dos diretores divergem quando são questionados sobre o processo de decisão em relação ao sistema apostilado nas escolas. Dos catorze professores entrevistados, a maioria deles não participou desse processo de escolha: seis não souberam responder como ocorreu e ocorre esse processo de decisão e dois deles responderam que a decisão ficou por conta dos diretores e da equipe pedagógica E

somente outros seis⁹⁴ afirmam terem sido consultados sobre essa decisão.

Olha [...] foi nos colocado que ia ser. Eu não sei se a escola foi escolhida. Eu acho que... Na época, disseram que algumas escolas foram escolhidas. [...] É, acho que foi coisa da equipe pedagógica. (Entrevista Professora D/escola 2; 07/03/2014)

O depoimento da professora D, além de evidenciar sua não participação no processo decisório de adesão ao sistema apostilado, demonstra que também não sabe de onde partiu tal decisão. No entanto, ao responderem a mesma pergunta, a maioria dos diretores afirmou que essa decisão tem a participação dos professores e da equipe pedagógica.

Nesse sentido, os dados indicam que também na direção das escolas há o predomínio do discurso da participação coletiva. Percebemos também que os discursos variam de acordo com a posição que cada sujeito ocupa no espaço escolar.

Ao ser questionada sobre a forma de participação dos professores na decisão de aceitar ou não o sistema apostilado nas escolas, a assessora pedagógica da SME, respondeu que *Fica a critério das unidades educativas*. (Entrevista Assessora Pedagógica/SME; 12/12/2013).

Se, por um lado, a SME “deixa” a cargo das escolas a opção de escolha pela implantação do sistema apostilado, por outro, o “pacote” oferecido pela empresa apresenta-se como sedutor principalmente para os professores que vivenciam diariamente situações precárias no âmbito escolar.

⁹⁴ É importante destacar que um dos professores entrevistados que afirmou que a decisão de aderir ao sistema apostilado teve a participação dos professores era diretor da escola na época que essa decisão da implementação foi tomada.

Segundo depoimento da assessora pedagógica da SME, os objetivos da contratação do sistema apostilado no município de Florianópolis são oferecer “*material didático pedagógico e de apoio aos estudantes; a formação continuada presencial dos professores; palestra com as famílias.*” (Entrevista Assessora Pedagógica/SME; 12/12/2013).

Contudo, percebemos que são vários os argumentos que levam professores e direção das escolas a assumirem a proposta do sistema apostilado. Destacaremos alguns deles evidenciados em suas respostas às perguntas, como: Antes da entrada do sistema apostilado nesta escola, como era organizado o trabalho pedagógico? O que levou a PMF a adquirir um sistema apostilado para ser implementado nas suas escolas?

Os argumentos estão expostos segundo os eixos de análise unidade/duplicidade na RME; afastamentos/substituição de professores; treinamento mensal dos professores com dispensa de alunos; oferta de material didático; discurso da autonomia do professor.

4.1.2.1.1 Unidade/duplicidade na Rede Municipal de Ensino

Ao questionarmos sobre como era organizado o trabalho pedagógico na escola antes do sistema apostilado, obtivemos respostas de dois professores que estavam descontentes com os rumos que vinha tomando a educação do município:

Cada professor trabalhava a sua maneira, tá? Eles motivavam para que o trabalho fosse feito com projetos, projetos elaborados com os alunos, mas nem todos trabalhavam dessa maneira, cada um tinha sua metodologia de trabalho. (Entrevista Professora A/escola 1; 26/02/2014.

A gente seguia as recomendações da prefeitura, né? Que ela solicitava, [...] Mas eu confesso que era bem... Cada

professor definia como ia trabalhar, [...] Quando eu vim pra cá, tinha muitos primeiros anos, e cada um caminhava pra um canto, porque não havia uma unidade. (Entrevista Professora C/escola 1; 07/03/2014).

O depoimento da diretora 2 corrobora com o sentido apresentado pelos professores:

Era organizado através dos livros de escolha do MEC, né? Os livros orientados pelo MEC. Aí dependia de cada professor, [...] (Entrevista Diretora 2; 07/03/2014).

Dois dos cinco diretores, ao serem questionados sobre o que levou a PMF a adquirir um sistema apostilado para ser implementado nas escolas, deram as seguintes respostas:

Eu acho que se buscou uma unificação, né? Uma unificação em termos de conteúdo, de metodologia, de encaminhamentos comuns para todas as unidades. [...] O aluno, ele sai daqui do quarto ano, ele vai pro outro quarto ano, ele continua naquela, né? É claro que as vezes talvez num ritmo diferente: aqui tá mais, lá tá menos, mas ele sabe qual é o material que ele vai continuar lidando. Que o que acontece muito hoje nas escolas municipais é que cada um faz um..., né?) (Entrevista Diretora 3; 27/02/2014).

Porque segue uma linha de trabalho para toda a rede. Quebra aquela questão assim: tu sai daqui (escola) e daí é um trabalho completamente diferente em outra escola. E o apostilamento, ele te dá essa linha de trabalho. Não significa, claro, que cada profissional tem um olhar de educação e

de como vai explorar isso. Mas sabe-se que o aluno vai sair daqui, vai para outro colégio e é um mesmo apostilamento. (Entrevista Diretora 4; 11/02/2014).

A busca de uma unidade para a RME também foi um dos argumentos que a professora C recebeu da diretora para que o sistema apostilado fosse implementado na sua escola. De acordo com a professora,

[...] a justificativa que a [...] me deu, que era a diretora anterior é que... E eu até concordo com ela, em partes [...] é que aqui era uma escola onde cada um fazia o que tinha interesse, então, não era seguido um currículo mínimo daquela série. Então ela disse que cada um trabalhava o que tinha interesse, então não tinha uma unidade. E depois que o material chegou, querendo ou não, todos andavam na mesma direção, com uma mesma metodologia, enfim. (Entrevista Professora C/escola 1; 07/03/2014).

Os depoimentos destacados, em grande medida, estão de acordo com a assessoria da SME (FLORIANÓPOLIS, 2010⁹⁵), quando afirma que o “sistema apostilado” “contribui com a melhoria do ensino público”. Sua implementação tem como justificativa “unificar o sistema de educação da rede, auxiliando o estudante que precisa trocar de unidade escolar.”

O excerto acima nos leva a refletir que, na perspectiva do projeto educacional em tela, os professores devem agir metodologicamente, da mesma forma, bem como estarem praticamente todos no mesmo ponto das apostilas, favorecendo os educandos em caso de troca de unidade escolar. Isso indica uma

⁹⁵ Disponível em: <<http://assessoriasme.blogspot.com/2010/02/sistema-educacional-unibrasil-e.html>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

forma de controle do trabalho do professor exercida por meio da adoção do sistema apostilado em suas escolas.

Por outro lado, podemos questionar que tipo de unidade pedagógica há hoje no município de Florianópolis, já que, desde a implementação do sistema apostilado, o que se percebe na RME de Florianópolis é que, se antes as escolas procuravam seguir uma proposta curricular única do município, passaram a ter o encaminhamento de duas propostas diferenciadas para um mesmo município: uma tendo como referência a Proposta Curricular da RME (2008) e a Matriz Curricular (2011), e outra regida por uma empresa privada.

Ao realizar a pesquisa “Política educacional, trabalho docente e alunos da modalidade educação especial: um estudo nos anos iniciais do ensino fundamental”, Schreiber (2012) analisou como é realizado na prática o planejamento dos professores regentes na RME de Florianópolis. Embora não tenha sido este seu foco de análise, uma das constatações obtidas foi a de que na RME de Florianópolis, praticam-se duas formas de planejamento:

Para a elaboração do planejamento, três dos quatro professores regentes utilizam a Proposta Curricular da RME de Florianópolis (FORIANÓPOLIS, 2008). Na classe do 1º ano, o livro Coleção Caminhos, direcionado para o Ensino Fundamental de nove anos e fornecido pelo Sistema Educacional UniBrasil, é utilizado como parâmetro pelo professor regente, que destacou ter por hábito fazer complementos ao livro. A escola A, em que está situada a classe do 1º ano, constitui uma das treze unidades participantes do processo de implantação desse sistema em Florianópolis. (SCHREIBER, 2012. p. 138-139)

Se, por um lado, o discurso utilizado pela SME como argumento para contratação do sistema apostilado indica uma

unificação na proposta pedagógica das escolas, por outro lado, evidenciamos em nossa análise elementos que nos permitem afirmar que existe uma duplicidade de encaminhamentos frente a uma mesma rede de ensino.

4.1.2.1.2 Afastamentos/substituição de professores

A substituição dos professores com garantia de continuidade do trabalho pedagógico em sala de aula constitui outro argumento forte de sedução na opção de aderir ao sistema apostilado.

Pra escola, eu acho que se um professor pegar licença, aquela coisa bem pratica, né? O outro dá uma continuidade ao trabalho, o que muitas vezes é uma dificuldade na escola, né? Porque se chega um novo professor, com esse material, ele pode até... Ele tem outro método, ele pode... Mas o material base ele tem, [...] (Entrevista Professora D/escola 2; 07/03/2014).

A preocupação da professora com o encaminhamento das questões pedagógicas frente às ausências dos professores da RME de Florianópolis é também perceptível nos depoimentos a seguir, que denunciam a rotatividade dos professores e a dificuldade de dar continuidade ao trabalho pedagógico:

Mesmo porque, salvo este ano, a gente observa, aqui nessa escola tem uma rotatividade de professores muito grande, então algumas avaliações sempre têm que ser refeitas. Agora a partir dos últimos concursos... Aqui em particular por ser longe. Esse ano foi um ano excepcional, assim, iniciamos com o quadro completo. Antes sempre faltava professor. Tem uma

continuidade, né? Embora tenha muitos professores substitutos que vêm com frequência pra cá. Muitos substitutos trabalham mais tempo aqui do que eu que sou efetiva. Mas esse, acho que foi um dos motivos, né? (Entrevista Orientadora; 27/02/2014).

Então... Aqui tinha uma rotatividade muito grande de professores, pouquíssimos efetivos, e quem era efetivo se designava para outras escolas. (Entrevista Professora C/escola 1; 07/03/2014).

É, eu acho que do pessoal que estava aqui na época, do pessoal que estava aqui, só ficou eu mesma. É, porque a maioria era substituta. Porque aqui, efetivo... A outra professora saiu, pegou remoção. (Entrevista Professora D/escola 2; 07/03/2014).

Então no ano que foi implantado na escola foi 2009, eu estava afastada pra tratamento de saúde, então eu fiquei sabendo no ano seguinte quando cheguei na escola, tá? Então foi na escola que eu fiquei sabendo que estavam adotando o SEFE, pela direção da escola. (Entrevista Professora A/escola 1; 26/02/2014).

A rotatividade de professores nas escolas evidenciadas nos depoimentos tem como um dos principais motivos, o adoecimento. Numa entrevista realizada com 165 professores de escolas básicas da RME de Florianópolis, Soldatelli (2011, p.140) constatou que entre os entrevistados:

[...] 67,87% dizem faltar ao trabalho. Desses, 56,25% respondem faltar de uma a cinco vezes no ano. Sobre os motivos mais

frequentes das faltas, os problemas relacionados à saúde aparecem com 67,27% de frequência.

A falta de professores na RME de Florianópolis, principalmente em razão de adoecimento, é um problema que vem se agravando, quanto mais pressionado e responsabilizado tem sido o professor nas suas funções dentro da escola. Por outro lado, a RME de Florianópolis tem em seu quadro de funcionários auxiliares de ensino que substituem os professores em suas ausências.

A maioria dos auxiliares de ensino tem formação de professores com curso superior, no entanto, são contratados para exercerem a função de auxiliar de ensino, constituindo-se, assim, um trabalhador mais barato para a rede. Esse trabalhador substitui o professor quando este precisa se ausentar, assumindo a turma, embora não tenha sido contratado para esta função.

Durante as entrevistas, pudemos perceber a preocupação dos entrevistados quanto ao planejamento dos auxiliares de ensino que atuam em todas as salas de aula. Este fato nos leva a inferir que a garantia da sequência de planejamento em sala de aula é mais um argumento que favorece a implementação do sistema apostilado nas escolas.

Eu cheguei aqui, trouxe para o pessoal do 1º ao 4º. Ai eu mostrei pra elas tudo o que foi passado, que eles queriam fazer um teste piloto e eu disse assim, ó: a gente só vai saber se é bom se a gente tentar. Aí alguns fatores que eu coloquei como importantes foram os seguintes: por exemplo, nós tínhamos aqui problemas de auxiliar que nunca tinham atividades ou que a gente ia pro curso e elas não tinham uma sequência. Então eu fui uma que sugeri pra elas assim, ó: que nós tentássemos para ver se era bom o projeto, porque ele dá uma sequência lógica para o trabalho, não se perdia. Porque uma

*reclamação nossa da escola é que nós íamos pro curso e as auxiliares não entravam dentro da linha do nosso trabalho.. Então **com a apostila elas sabiam onde era que nós estávamos e podiam dar sequência.** Foi uma das ideias de pegar essa.... Eu coloquei algumas situações que, devido ao processo da escola, iam facilitar. E o fato de poder desistir a qualquer momento. Tanto é que eu disse lá na secretaria: se meu grupo não aceitar, a gente desiste. (Entrevista Professora J/escola 4; 11/02/2014, grifo nosso.).*

A expressão grifada no excerto dá a ideia de que, se a sistemática for a da apostila basta “dar sequência” de onde o professor parou que o trabalho pedagógico está garantido. Nesta lógica, o conhecimento que o professor tem deixa de ter importância, visto que o conteúdo que o aluno precisa saber está depositado nas apostilas.

Por outro lado, se o conhecimento do que ensinar estiver com o professor, na sua ausência o trabalho não tem andamento. Em outras palavras, quando o professor se ausenta, precisa ser substituído por outro com o mesmo patamar de formação e domínio do conhecimento.

Entretanto, com a lógica das apostilas, na falta do professor, não somente o auxiliar de ensino, mas qualquer outro profissional pode dar continuidade ao trabalho com a turma seguindo os exercícios do material didático.

A proposta de trabalho escolar com as apostilas contém, portanto, elementos de secundarizarão do trabalho do professor. De acordo com Evangelista e Shiroma (2011, p.138),

pesquisas do campo da sociologia do trabalho evidenciaram que no setor produtivo, a despeito do discurso da excelência, não raro, a política de melhoria da qualidade visa atingir outra meta, a

redução de custos. No setor educacional essa racionalidade conduz a resultados preocupantes como a precarização do trabalho docente. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1998) afirma que os professores começam a ser vistos muito mais como um custo do que como um meio de desenvolvimento educativo.

A redução dos custos por meio da substituição do professor por outro profissional que não recebe remuneração equivalente para exercer a mesma função encontra no apostilamento uma ação estratégica. Estabelecendo uma relação com a visão tecnicista, a apostila é uma ferramenta tecnológica que contém o conhecimento do professor.

Em outras palavras, o material didático toma um lugar central e o professor perde importância no processo de aprendizagem dos alunos. O apostilamento, nesse caso, pode estar servindo também para administrar os afastamentos dos professores na RME de Florianópolis, com menor custo.

Neste sentido, inferimos que o que está sendo levado em consideração nesse processo não é a qualidade da educação, mas a gestão educacional no âmbito de uma rede de ensino.

4.1.2.1.3 Treinamento mensal dos professores

Na análise das entrevistas constatamos que, do conjunto desses professores, 11 têm pós-graduação em nível de especialização em educação.

Por um lado, a exigência da formação em nível superior pode ser interpretada como positiva, indo ao encontro dos anseios do movimento docente por valorização. Entretanto, é importante compreender as tensões e contradições deste processo. A profissionalização almejada pelos

professores e caminho para a valorização social de seu trabalho tornou-se uma potente política do governo para o gerenciamento do “estoque” de professores. Essa transmutação foi operada na esteira dos interesses do grande capital apresentados por Organizações Multilaterais (OM) que atuam na área educacional. As propostas de reforma educacional articulam, portanto, OM e governos, cabendo aos últimos sua implantação como política pública. As Organizações Multilaterais e os governos definiram um conteúdo comum a ser priorizado nas reformas educativas da região que reverberou na produção acadêmica que lhe deu sustentação teórica – mesmo que indiretamente – porque, em última instância, alimentaram o coro dos que creditavam aos educadores a responsabilidade pelos problemas da educação (EVANGELISTA; SHIROMA, 2011. p.130).

Ao relacionar os dados quantitativos referentes à formação superior dos professores entrevistados com a análise feita por Evangelista e Shiroma (2011) no excerto acima, podemos extrair duas posições distintas: 1) se os professores são bem qualificados e com níveis elevados de escolaridade, supondo com base na formação que tenham condições satisfatórias para desenvolver um planejamento pedagógico, qual a necessidade do uso de apostilas?; 2) Já que os professores são qualificados, precisam ter uma forma de controle, e é aí que a apostila entra em cena no sentido de fazer com que esses professores sigam todos um caminho orientado pela empresa privada e, portanto, nos moldes do mercado empresarial.

O fato é que, na conjuntura atual, os professores têm, em sua maioria, elevada formação acadêmica, formando-se um

grande exército de reserva a ser administrado. De acordo com Maués (2011, p. 84),

A preocupação com o papel das escolas, com o conteúdo por elas transmitido, ganha centralidade na medida em que há um interesse de que a educação possa responder às exigências do mercado mundial. Nesse contexto a figura do professor é destacada e a formação desse profissional passa a ser motivo de preocupação de organismos internacionais que veem nesse sujeito um elemento-chave na cadeia da produção do conhecimento necessário ao desenvolvimento da dita sociedade.

Para além da sua formação acadêmica, os professores são induzidos diariamente a buscar seu aperfeiçoamento no sentido de acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade, agregando os novos saberes ao conhecimento que já possuem.

Um dos objetivos descritos no documento licitatório “Pregão Presencial 2013”, em seu anexo I, que especifica o Termo de Referência, tem a seguinte redação:

Formação continuada presencial dos professores, [da] equipe técnico-pedagógica das escolas e da Secretaria Municipal de Educação, realizada no município de Florianópolis, para melhor desenvolver, monitorar, avaliar e encaminhar o processo ensino-aprendizagem de forma interdisciplinar e intercultural, considerando os indicadores de rendimento obtidos nas avaliações institucionais da Provinha Brasil e Provinha Floripa e sua constante melhoria, com cronograma a ser definido pela

Diretoria de Ensino Fundamental da SME.
(FLORIANÓPOLIS, 2013. p. 15).

O objetivo elencado pela SMA traduz a forma de controle que tal encaminhamento pretende estipular com a compra desse produto. A ação de “monitorar, avaliar e encaminhar o processo ensino-aprendizagem” leva em consideração “os indicadores de rendimento obtidos nas avaliações institucionais da Provinha Brasil e Provinha Floripa e sua constante melhoria”, atrelando a implantação do sistema apostilado a um processo educacional que tem como fim a gestão por resultados⁹⁶.

É importante destacar que, na entrevista com a assessora pedagógica da SME, a questão da formação de professores também aparece como um dos problemas a ser solucionado mediante implantação do sistema apostilado. Ao ser questionada sobre quais problemas identificados na rede que tiveram o sistema apostilado como possível solução, a assessora pedagógica respondeu:

A aquisição de material didático-pedagógico e de apoio aos estudantes; a formação continuada presencial dos professores; palestra com as famílias.
(Entrevista Assessora Pedagógica/SME; 12/12/2013).

A “formação continuada presencial dos professores” apontada pela assessora pedagógica é oferecida mensalmente por consultores da empresa SEFE.

No sítio eletrônico da empresa SEFE, a “formação presencial” está especificada da seguinte forma:

Cursos com enfoque teórico e desenvolvimento de atividades práticas (40 horas/aula) – realizados durante o ano

⁹⁶ Este aspecto será desenvolvido ainda neste capítulo, no eixo: controle do trabalho do professor.

letivo para o corpo docente e gestores das escolas, ministrados pelos próprios autores e/ou docentes por eles indicados. Nestes cursos serão trabalhados encaminhamentos metodológicos da proposta, planejamento, critérios de avaliação e atividades dos livros dos alunos, como forma de capacitação para melhor utilização dos materiais e encaminhamento da ação pedagógica dos profissionais da educação do município. (www.sefesistema.com.br)

Os treinamentos mensais são oferecidos somente aos professores cujas escolas têm o sistema apostilado. As demais escolas participam de outro tipo de formação oferecido pela SME, não ocorrendo com a mesma periodicidade. Inferimos que os treinamentos oferecidos mensalmente pelo SEFE são mais uma maneira de seduzir e agregar os professores à proposta.

Podemos constatar esse fato nos depoimentos a seguir:

O programa era um pacote completo, né? Era uma formação mensal, com dispensa de dia letivo [...] vale lembrar. Como compensação [...] (Entrevista Orientadora; 27/02/2014).

Tínhamos um encontro mensal. Nesse dia todas as turmas eram dispensadas. (Entrevista Professora H/escola 3; 27/02/2014).

Os professores entrevistados, em sua maioria, afirmam participar ou ter participado dos treinamentos oferecidos pela empresa SEFE.

Ao ser questionada sobre os treinamentos, a maioria dos professores avaliou-os positivamente, elogiando a forma como eram tratados pelo “pessoal de Curitiba”, pelo aceite destes em trabalhar mais esse ou aquele assunto. No entanto, relatam que,

ao longo dos treinamentos, os conteúdos apresentados não eram postos em xeque, apenas era ensinado como pô-los em prática.

Em resposta à pergunta sobre se a empresa SEFE oferece algum tipo de treinamento e como este acontece, obtivemos os seguintes depoimentos:

É mensal, né? É um pessoal que vem mesmo do SEFE. Eles trabalham em cima de temas. Das questões das apostilas, das dúvidas. Já trabalharam sobre avaliação. Ensinar como fazer avaliação em cima do material. Porque aí muitas escolas eram notas e passaram a ser descritivas. Então, também nesse sentido. (Entrevista Professora D/escola 2; 07/03/2014).

As formações eram bem interessantes, assim. Eu gostava muito da turma que vinha aplicar [...] trabalhavam [...] E assim, a gente podia sempre no final avaliar aquela capacitação e podia antecipar assim: Ah, eu já vi que mais a frente nós vamos trabalhar tal conteúdo e esse conteúdo eu tenho certa dificuldade, daí elas traziam [...]. Os professores daquele ano, todos juntos trabalhavam aqueles conteúdos, [...] (Entrevista Professora C/escola 1; 07/03/2014).

*[...] assim, as formações eu gostava muito. Daí se o livro não aprofundava aquilo e eu achava que a turma tinha demonstrado interesse, eu ia atrás, ia além. Então fazia links com outros professores, de outras disciplinas e tentava aprofundar, assim. **Era algo que eu sempre questionava, eu dizia assim, tá, mas tem umas coisas que eu queria que vocês aprofundassem.** Não, mas o conhecimento é uma espiral, então ele vai e volta. Mas eu achava... Eu sou da*

escola antiga, eu achava que tinha primeiro que consolidar aquele conhecimento pra depois ir pro próximo. (Entrevista Professora C/ escola 1; 07 mar.2014, grifo nosso).

*Muuuuuita! Uma vez por mês. **Orientavam como trabalhar.** Por ex: segunda feira o 1º ano, [...] Segunda feira as professoras do 1º ano que trabalhavam com o SEFE se encontravam. Ai tinha o pessoal do SEFE mesmo que vinha orientar. Então, era trabalhado o que a gente ia trabalhar na apostila, tirando dificuldades dos professores, [...] Esclarecendo duvida e também sugerindo outras atividades. Cada dia da semana era um ano. Encontro por anos. (Entrevista Professora A/escola 1; 26/02/2014, grifo nosso).*

Chamamos a atenção para as expressões em destaque nos depoimentos das professoras. Observamos que estas denotam um tipo de treinamento que prioriza as questões práticas, as tarefas das apostilas que devem ser executadas pelo professor. Esse aspecto dá a esse tipo de procedimento um caráter de treino e não de formação como é denominado pela SME e pela empresa SEFE.

Conforme Adrião et al. (2009), uma rede de ensino, ao contratar uma empresa privada para implantar um sistema apostilado em seu município, passa a transferir toda a gestão do seu processo pedagógico ao setor privado. Neste sentido, o “padrão de qualidade” desta rede de ensino está diretamente vinculado ao que é estabelecido pelo mercado.

Ao desenvolver sua pesquisa de mestrado que teve como título “O sistema educacional família e escola na Rede Municipal de Florianópolis: estratégias de governo de professores”, Giacomini (2013) registrou observações dos treinamentos e entrevistou alguns professores no sentido de avaliar a forma como são conduzidos os treinamentos aos professores que

utilizam o sistema apostilado. A pesquisadora relata uma dessas entrevistas da seguinte forma:

Sabendo que a praticidade é o elemento imperativo dos assessoramentos realizados em 2012, a professora Violeta narrou que nos anos anteriores isso era bem pior: *Olha! Dos primeiros assessoramentos do SEFE que eu tive até agora, eu digo que melhoraram. Eu lembro que em 2012 em uns dos primeiros que eu fui eles meio que infantilizavam os professores. Às vezes eu me sentia uma perfeita idiota lá dentro. Eles pegavam um assuntozinho da apostila e tentavam passar para nós como se nós fossemos crianças, como se não soubéssemos dar aula. Assim, a gente parte do pressuposto que todo mundo dentro da Rede de Florianópolis tem no mínimo Pedagogia. Se tu pegar todos os profissionais, não tem menos que Pedagogia. Pedagogia, mestrado para cima. Todo mundo passou, todo mundo sabe como dar uma aula. A gente parte do pressuposto disso, não é? E eles meio que infantilizavam a gente, brincavam e eu não gostava disso. Eu acho que eu fui uma das que pedi o que é interdisciplinaridade, trabalhar mais nesse sentido. Questões teóricas e não isso aqui (apontou para a apostila). Isso aqui a gente já sabe do dia a dia. A teoria, como a maioria dos profissionais da Rede já tem mais de dez, quinze, vinte anos de serviço, a gente precisava mais teoria para dar suporte para trabalhar com isso. (GIACOMINI, 2013. p.137).*

Num outro depoimento, a pesquisadora percebe o conflito nas palavras da professora a qual não admite ser obrigada a

participar de algo que não lhe acrescenta conhecimentos que vão dar embasamento teórico para o desempenho de sua profissão. O depoimento da professora é o que segue:

Eu briguei na escola, disse que não vou, agora vão me dar falta porque eu não vou! Eu não vou mais para curso assim. Sabe, é muita sacanagem. A gente tira professor de sala de aula e vai para lá. E assim, e todos os assessores são queridos, maravilhosos, uns amores, sabe? Trouxeram um monte de coisa legal, mas não é aquilo que tá faltando, não é! (GIACOMINI, 2013,p.130.).

4.1.2.1.4 A oferta de material didático

A utilização do livro didático foi uma resposta que se fez presente no depoimento de quase todos os entrevistados ao serem questionados sobre como era organizado o trabalho pedagógico na escola, antes da implementação do sistema apostilado:

Planejamento de acordo com as orientações da rede, a matriz curricular da rede e o livro didático como apoio. E atividades que o professor fazia diversificadas... (Entrevista Diretora 3; 27/02/2014).

O planejamento era feito pelos professores, utilizando livros didáticos e outros materiais pesquisados. (Entrevista Professora H/escola 3; 27/02/2014).

Com livros do MEC e material pessoal e em equipe. (Entrevista Professora I/escola 4; 11/02/2014).

Era organizado através dos livros de escolha do MEC. Os livros orientados pelo MEC. Aí dependia de cada professor. (Entrevista Diretora 2; 07/03/2014).

Era mais seguindo o livro didático. (Entrevista Professora A/escola 1; 26/02/2014).

Outros depoimentos fazem a crítica quanto ao seu uso:

Utilizava livro didático. Outros instrumentos, como sala informatizada, projetos de pesquisa com saída de campo. A característica da escola sempre foi essa: de estar desenvolvendo projetos estar fazendo saída de campo, inovando, né? O livro didático é bom, mas não é tudo. (Entrevista Diretora 4; 11/02/2014).

Aí era nos moldes mesmo da rede, né? Seguia a formação... Eu geralmente usava livro didático só para português e matemática, as outras eu não gosto não. (Entrevista Professora D/escola 2; 07/03/2014).

A diretora 5, porém, defende a escolha do livro didático feito pelos professores e desaprova a atitude da SME com o gasto desnecessário na compra das apostilas:

a gente quis dar continuidade porque os professores também tinham escolhido livros didáticos, livros bons, estavam recebendo. Então não tinha necessidade da prefeitura pagar um novo sistema, [...] já que a gente recebia o livro didático e que a escola tinha tantos projetos também acontecendo, e que a gente ficou também com medo de ter que limitar eles a dar

conta de uma apostila, [...] (Entrevista Diretora 5;27/02/2014).

O depoimento do diretor 1 vai na direção do depoimento da diretora 5. Este denuncia o fato de ter em sua escola os dois tipos de materiais: *Então eu não sei se já tinha o livro didático do MEC, porque hoje a gente tem as duas.* (Entrevista Diretor 1; 26/02/2014).

Ter a suposta liberdade de poder utilizar o livro didático ao mesmo tempo em que utilizam as apostilas é mais uma forma de catalisar consensos com relação à adoção do sistema apostilado. No entanto, é importante estarmos atentos ao gasto duplo com esses materiais, considerando que as apostilas não oferecem uma vantagem a mais em termos de conteúdos para os alunos. Inferimos que a aquisição desse tipo de material quando já se tem o livro didático nas escolas, é mais uma estratégia de potencializar o setor privado.

Com relação às vantagens do sistema apostilado, uma das diretoras menciona as dificuldades estruturais em relação aos materiais na escola que a apostila vem suprir.

Pela organização de ter um material diferenciado, não precisar ir atrás de Xerox, já que a escola não tem essa disponibilidade de fazer, preparar tanto material, e aí o livro era assim: colorido, atrativo, né? Atividades diversificadas, [...] (Entrevista Diretora 3; 27/02/2014).

Como vantagem, também é apontada a questão da proposta interdisciplinar anunciada nas apostilas.

A criança não tem aquela, ah, entrou matemática, agora vai português e tal. Fecha a gaveta de um, não. Ele percebe que o conhecimento, que a cabeça da criança é algo ilimitado, né? Não é: agora se abriu a gaveta da matemática, fecha a

da matemática porque vai entrar o português, não existe isso dentro de sala de aula. É uma coisa contínua, né? O aluno mesmo consegue fazer “link” entre uma disciplina e outra. Ele não vê mais a coisa compartimentalizada, né (Entrevista Diretora 2; 07/03/2014).

Diferentemente dessa avaliação, a orientadora educacional afirmou ter feito em sua escola, com o grupo de professores,

[...] avaliação do uso desse material, os seus prós e os seus contras. Não só do material, sobre a formação, sobre tudo. Ninguém avaliou que era de péssima qualidade, mas ninguém avaliou uma supervantagem. Mais desvantagens. Teve uma desvantagem que era essa sequência. Às vezes em determinadas turmas ela demanda outro tipo de organização dentro do planejamento para aquele ano e a apostila não prevê isso. (Entrevista Orientadora; 27/02/2014).

No artigo que tem como título “A interdisciplinaridade na agenda dos organismos multilaterais: estudo de documentos oficiais”, Mangini (2012, p. 14) destaca que,

diferentemente do conceito de ciência, o de interdisciplinaridade aparece frequentemente ligado à prática, à ação, demonstrando vinculação que se pretende com o mundo do trabalho, submetendo este àquele. A finalidade de estabelecer uma relação orgânica entre teoria e prática, mediante a combinação das lógicas de interdisciplinaridade, não deixa de ser importante, no entanto, remete mais a preocupações próprias do mundo do

trabalho e das profissões, do que propriamente a preocupações do ensino básico e da pesquisa básica.

Mangini (id. Ibid.) complementa que esse

[...] conceito de interdisciplinaridade, presente no Relatório Delors se torna central por ser capaz de articular, com facilidade, a *aprendizagem* de aspectos subjetivos e instrumentais, contribuindo para viabilizar os eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea, sugeridos/prescritos pela UNESCO, quais sejam: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver; aprender a ser. Priorizado o saber-ser e o saber-fazer, sobra muito pouco para o cognitivo, razão pela qual não vimos muitas menções sobre o conhecimento teórico nesses documentos.

O excerto acima nos leva a inferir que a prática do desvio do conhecimento teórico para o “saber-ser e o saber-fazer” encontra consonância na lógica privatista que na RME de Florianópolis tem como uma das expressões dessa política, o sistema apostilado.

Evangelista e Leher (2012, p. 9-10), com muita propriedade, afirmam que:

Ademais, tentam expropriar os conhecimentos dos professores e uniformizam a pedagogia do capital nas escolas. Em termos operativos, as grandes corporações do setor editorial produzem cartilhas a serem distribuídas em todas as escolas, ao custo de centenas de milhões de reais para o fundo público, que otimizariam o tão alardeado aprendizado

dos estudantes, golpeando, novamente, a condição intelectual dos docentes.

A crítica ao gasto com o dinheiro público e ao desprezo pelo trabalho realizado pelo professor são perceptíveis nos depoimentos dos professores ao serem questionados quanto à chegada tardia das apostilas nas escolas:

Esse ano ainda não chegou, esse é outro problema. Porque o material não chega junto com o início do ano letivo. Já estamos em março e dizem que ainda estão em licitação. Pensa: quando é que vai chegar aqui... Eu não estava no ano passado porque eu tive meu bebê,, mas as colegas disseram que ela chegou tipo no meio do ano. O que tu vais fazer com quatro... Daí assim, ó: é dinheiro público jogado fora, né? Porque não deve ser barato, e não sei como, daí que..daí começa..... O que tu faz com o que tu trabalhou anterior, joga fora? (Entrevista Professora C/escola 1; 07/03/2014).

Eu acho que as apostilas têm que estar na escola nos primeiros dias de aula, né? Porque daí você tem que interromper um trabalho que você estava fazendo. Isso eu acho errado. Eu acho que foram dois professores o ano passado, não queriam usar, não queriam nem retirar da biblioteca. Mas aí eu dou certa razão, sabe? Porque eu também se estivesse em sala de aula, não sei se eu ia gostar de estar interrompendo uma caminhada... Se eles sabem que vai ser usado, e que as aulas iniciam em fevereiro, e que a gente precisa desse material, porque eles já não se organizam para esse material estar na escola em fevereiro? Agora dia 25 de

março é que vão abrir licitação. Então vai chegar de novo no segundo semestre. E aí quanto dinheiro jogado fora! (Entrevista Professora A/escola 1; 26/02/2014).

A análise até aqui realizada nos dá elementos que evidenciam, no município de Florianópolis, uma política que se atualiza nas estratégias de transformar a educação pública para produzir uma formação do ser humano voltada para o mercado, enfatizando objetivos privatistas.

Por outro lado, o argumento do baixo IDEB por parte da SME para justificar a compra do sistema apostilado no município de Florianópolis é confirmado no depoimento da assessora pedagógica da SME de Florianópolis. Ao ser questionada sobre como surgiu a ideia da contratação de um sistema apostilado para implantar nas escolas municipais da RME, a assessora pedagógica respondeu que

a implantação de um Sistema Educacional foi oferecida às escolas da Rede que estavam com o IDEB baixo. (Entrevista Assessora Pedagógica/SME; 12/12/2013).

Nicoletti (2009, p. 84), durante sua pesquisa, analisou os índices educacionais dos municípios de São Paulo cujas escolas utilizam o sistema apostilado e daqueles municípios cujas escolas não utilizam esse sistema e constatou que,

[...] no caso dos municípios estudados – ter um sistema privado de ensino atuando na rede municipal escolar não é sinônimo de garantia de qualidade da Educação, pois não há diferenças significativas entre o número de municípios que atingiram a meta do IDEB e possuem sistema apostilado e o número daqueles que utilizam livro didático e também alcançaram o IDEB projetado para 2007.

É importante destacar que a afirmação da melhora no índice educacional apareceu apenas em duas respostas, quando perguntado sobre as vantagens do sistema apostilado e, nas vezes em que apareceu, ela estava atrelada também à proposta da escola e à metodologia dos professores. Ou seja, para os sujeitos entrevistados, o sistema apostilado não exerce influência nos resultados dos índices educacionais.

Já a diretora da escola que não implementou o sistema apostilado afirma que o IDEB da escola aumentou sem que esta tenha aderido à proposta:

Então a gente na época verificou que não havia necessidade. E aí a gente foi continuando o trabalho, já que a gente viu que estava dando certo, né, deu certo. Tanto é que o IDEB aumentou do 1º ao 5º, de 4 aumentou para cinco ponto alguma coisa, do 6º ao 8º permaneceu o mesmo, né? Mas do 1º ao 5º aumentou. É isso: a gente achou que a apostila poderia limitar a gente, sabe? Limitar o trabalho. (Diretor 5; 27/02/2014).

O depoimento da diretora é pertinente quando o que se procura responder é se, com o uso das apostilas, há um aumento do IDEB, no entanto, mediante os números apresentados no IDEB, não podemos estabelecer uma relação direta com a qualidade da escola avaliada. Uma avaliação criteriosa deveria, a nosso ver, levar em consideração as condições de trabalho dos professores, o número de alunos por turma, as condições de aprendizagem destes alunos, entre outros fatores.

É importante ainda considerar o que alertam Evangelista e Shiroma (2011, p.134):

Certamente processos avaliativos fazem parte da rotina de trabalho do professor interessado em conhecer o nível de apropriação pelos alunos dos conhecimentos ensinados, para reorientar

suas aulas, para identificar onde estão as dificuldades dos alunos, para rever metodologias de trabalho. A avaliação processual ao fim do ano permite aferir a possibilidade do aluno prosseguir seus estudos ou não. Avaliar é preciso. Contudo, nos últimos tempos, a reificação da qualidade, tomada como valor absoluto nos debates sobre avaliação, parece ter se tornado a mola mestra a gerar animosidades no campo das políticas públicas e na relação com os professores.

Em suma, no dizer de Zanardini (2008, p. 191),

Os órgãos governamentais ao veicularem, pelo aparato midiático a seu serviço, o rendimento dos alunos nos processos avaliativos em larga escala pretendem produzir na população a constatação de que a aprendizagem vai mal; tal procedimento revela ao homem o que o Estado considera essencial: o conhecimento de sua falta, o saber de sua ausência de qualidades, verificadas e informadas por tais instrumentos.

As parcerias público-privadas estão na pauta do dia dos grandes empresários (ROBERTSON, 2012). Essas parcerias objetivam destruir por completo os valores de uma educação voltada para a “educação emancipadora”, no dizer de Mészáros (2008). Uma escola que, ao mesmo tempo em que trabalha com os conhecimentos produzidos e sistematizados pelo homem no decorrer da história, privilegia aqueles (conhecimentos) necessários à classe trabalhadora como poder de conhecimento e arma de luta.

As reflexões suscitadas nos levam a elucidar que a lógica privatista tem o objetivo de mudar a educação para atender as expectativas do mercado. A educação apresenta-se, neste cenário,

a serviço do capital por atingir a grande massa dos filhos dos trabalhadores.

Por meio da lógica privatista, é exercido o controle do trabalho do professor, o qual será apresentado a seguir.

4.1.2.2 Controle do trabalho do professor

“Eu gosto. Pra mim foi assim uma ajuda bem significativa, porque antes eu tinha que realizar os projetos, agora os projetos já vêm feitos, eu só tenho que executar.”
(Entrevista Professora A/escola 1; 26/02/2014).

Quando a professora fala em “realizar os projetos” ela está se referindo ao ato de planejar. Durante a entrevista, a professora mostrava as apostilas no sentido de demonstrar o quanto estas são atrativas e trazem todo o planejamento para o professor. Eis aí uma grande arma nas mãos das empresas: poder controlar os “projetos” que o professor irá “executar”, fazendo parecer que se trata de um favorecimento ao trabalho do professor, uma facilitação dos processos. O termo “executar” ganha nesse discurso o sentido de realizar, cumprir o que foi proposto, como um benefício ao professor.

Por outro lado, quando o professor deixa de planejar e passa somente a executar o que foi planejado por outro, deixa de ser o responsável pelos seus objetivos e passa a cumprir o que o outro objetivou.

Na maioria das vezes o planejamento já estava pronto, só complementava com outras atividades. (Entrevista Professora G/escola 3; 27/02/2014).

A gente tá no sexto ano. Olha, no início... é que a coisa é tão articulada, que ele vem tudo tão certinho...que a gente estava acostumada assim, por exemplo, ele... Te...

Dá toda a ferramenta, né? Praticamente tu estudas, mas a ferramenta já vem...
(Entrevista Professora D/escola 2;
07/03/2014).

Com o conhecimento depositado nas apostilas, objetiva-se extrair do professor a autoria de seu ofício, o pensar sobre as necessidades do seu grupo e a forma de satisfazê-las. Esta transferência de função pode parecer a princípio um facilitador para aquele professor que se via sobrecarregado em suas funções e gostaria de dividi-las com alguém.

O fato é que a função que está sendo atribuída a outra pessoa, no caso do apostilamento, aos funcionários da empresa SEFE, é função intrínseca ao trabalho do professor, ou seja, o que este pretende com a aprendizagem dos alunos.

Não queremos dizer com isso que a professora citada não pensa mais sobre o planejamento que “executa”. Em sua fala, a professora observa:

Você não pode ficar só na apostila, certo? Porque se você ficar só na apostila, as crianças não vão aprender. Porque às vezes as atividades que tem ali, elas não são suficientes para a aprendizagem dos nossos alunos [...] Você tem que buscar outras atividades em outras fontes.
(Entrevista Professora A/escola 1;
26/02/2014).

O que faz a professora chegar a essa reflexão? Que processo formativo a faz observar do que o grupo precisa e buscar em outras fontes o conhecimento?

Encontramos outros depoimentos cujos sujeitos demonstram ter preocupações semelhantes:

Quando eu trabalhei com o apostilamento, eu trabalhava com o apostilamento, com o livro didático, com pesquisa... Eu sei que

era uma mesclada. (Entrevista Diretora 4; 11/02/2014).

Eu utilizava outros recursos, eu intercalava, mas dava conta da apostila, terminava a apostila, né, fazia todo o trabalho da apostila, mas sempre intercalando com outras atividades. Tem que correr atrás, como dizem. Tens que te desdobrar, realmente. É um trabalho a mais realmente para o professor, fazer um trabalho assim. (Entrevista Professora F/escola 2; 07/03/2014)

Na época foi tranquilo. A gente fez curso de capacitação, a gente planejava junto, mesmo sendo pelo apostilamento a gente sentava junto pra pesquisar outras intervenções que pudessem estar enriquecendo essas páginas do apostilamento. (Entrevista Diretora 4; 11/02/2014)

Contudo, a atividade fundamental do professor não pode ser substituída por um simples ato de executar atividades propostas.

*Olha, eu aprendi a trabalhar com ele. No início eu estava acostumada a me organizar, então, eu que procurava tudo sozinha, eu que corria atrás, né? Então tu tinhas... Aí chega alguma coisa que já te dá algum **caminho** mais ou menos organizado, aí eu senti um pouquinho... Porque eu já tinha mais ou menos ali, eu senti essa dificuldade. Até me adaptar... e até alguém disse assim pra mim: a gente nunca tá acostumado a ter tudo tão*

pronto, né? Aí tu vais conhecendo, tu vais estudando. Aí no segundo ano tu já tens outra visão do material, tu já tens um domínio [...] (Entrevista Professora D/escola 2; 07/03/2014, grifo nosso).

A palavra “caminhos” grifada no excerto acima esteve presente em muitos depoimentos dos professores, o que denota uma formação de consenso em torno desta palavra, no sentido de expressar uma unidade, um trabalho no qual todos seguem a mesma “direção”. É importante salientar que a palavra “caminhos” é o nome da coleção de livros utilizados pelos professores das escolas que aderem ao SEFE. Ou seja, o próprio título das apostilas denota controle, em consequência do qual todos devem fazer o mesmo percurso.

Ainda com relação ao excerto acima, é necessário considerarmos que os professores que serão contratados para trabalhar na RME podem nunca ter vivenciado a experiência de planejar suas aulas, pensar em grupo sobre as questões educacionais. De que maneira os “novos” professores irão agir diante de uma proposta na qual não é necessário pensar sua prática?

A intenção no direcionamento do trabalho com apostilas é que qualquer um possa assumir tal função de posse dos objetivos, conteúdos, atividades, procedimentos e sugestões de avaliação previamente elaboradas pelas empresas. Esse direcionamento por parte da SME tem como objetivo o controle das ações do professor. Desse modo, a estratégia para o controle é a lógica da privatização na escola pública. Em decorrência do controle nesses moldes, o trabalho do professor é desqualificado.

As relações sociais de produção - que provocam uma divisão social e técnica do trabalho onde a classe trabalhadora perde não só as condições objetivas de sua produção, mas também o controle dos instrumentos de trabalho e a expropriação do saber da classe trabalhadora -

comandam, também, o processo de uma crescente divisão interna do trabalho escolar, expropriando o saber e o processo de produção desse saber da categoria dos trabalhadores-professores. O processo pedagógico fica cada vez mais entregue aos especialistas que “pensam”, programam e supervisionam a decodificação da programação preestabelecida. (FRIGOTTO, 2010. p.191).

De acordo com Shreiber (2012, p. 134):

[...] pode-se inferir que o planejamento possui grande relevância no trabalho do professor, pois, na sua elaboração, o docente poderá definir a metodologia para o ensino dos conteúdos curriculares presentes na Matriz Curricular, além de avaliar os avanços diante do processo de escolarização dos alunos e prever o atendimento das dificuldades apresentadas por eles.

Para a orientadora educacional entrevistada, o trabalho pedagógico na escola é dividido em “duas grandes partes”:

Um é o planejamento que é um dos eixos desse trabalho pedagógico e que fica sob a responsabilidade da supervisão. Então a gente pode dividir ele em três grandes momentos, que é: início do ano, o diagnóstico das crianças. Depois o planejamento bimestral ou trimestral, dependendo de como é dividido o ano letivo, e depois o replanejamento. (Entrevista Orientadora; 27/02/2014).

A partir desse planejamento ou junto com ele, vem toda outra organização pedagógica, as discussões sobre avaliação, as discussões dos combinados, as discussões da organização deste cotidiano. (Entrevista Orientadora; 27/02/2014).

Diferentemente do modo como acontece o processo de planejamento na escola cujo grupo de profissionais optou por desistir de trabalhar com o sistema apostilado, as escolas que trabalham com as apostilas estão sujeitas não só a terem seu planejamento controlado, como tendem a vivenciar outras formas de controle.

Ao serem questionados se há cobrança por parte da escola ou da empresa em dar conta de todo o material, os professores respondem negativamente, contudo, acabam admitindo sua preocupação no cumprimento dessa tarefa, conforme se pode constatar nas declarações que passamos a transcrever:

Olha, a coisa que eu achava complicada era a coisa da cobrança das páginas. Eu achava que era uma prestação de contas. (Entrevista Professora C/escola 1; 07/03/2014).

*Eu acho que limita muito o trabalho do professor, é... **Impõe um caminho** pra gente trabalhar.* (Entrevista Professora B/escola 1; 26/02/2014, grifo nosso).

O que seria a minha resistência é a coisa de ter que usar os quatro livros. (Entrevista Professora C/escola 1; 07/03/2014).

Na época, eu trabalhei com turma, então vinha, por exemplo, o caderno 1, aí tu ia planejar assim: nesse mês tem que... O problema é que foram 5 cadernos, eram 5

ou 6 cadernos. O quarto ano: era 5 ou 6 cadernos, então era muito conteúdo. Então eu acho assim: que o que fez alguns profissionais... Porque aí foi por votação, né? Eu fui voto contrário. Porque eu queria que continuasse, mas as pessoas, assim eu creio que se sentiam pressionadas, porque vinham todos aqueles cadernos e aí corre pra dar conta. (Entrevista Diretora 3; 27/02/2014).

Além do controle que se evidencia nesses depoimentos, percebemos também a quase inexistência da figura do aluno e do processo de aprendizagem deste na avaliação do material didático. O que identificamos por meio dos depoimentos é a preocupação com o cumprimento de todo material.

Há um desvio no objetivo do professor: ao invés de “ter que dar conta” do aprendizado dos alunos, “tem-se que dar conta” do cumprimento dos 5 ou 6 cadernos”.

[...] A única queixa que eu ouvia muito frequentemente era a questão de que era dito que tu tinhas que trabalhar as quatro apostilas. E isso não aconteceria, nem se tu quisesses, nem se você fosse uma superprofessora. Porque o material era muito denso e não teria como. Então tinha gente que dizia: Ah, eu usei duas, a terceira já foi empurrada, a quarta, então eu dei pra eles levarem pra casa. Então havia uma cobrança de dar conta de páginas, e não de aprofundar conhecimento, né, de consolidar. Eu acho que da empresa, não, assim, mas a nossa... Nos momentos de supervisão, a gente dizia: você está em qual apostila, em qual página? Então havia uma cobrança que eu não sei quem cobrava dela, mas chegava até nós [...] (Entrevista Professora C/escola 1; 07/03/2014).

Esses depoimentos corroboram com a afirmação de Nicoleti (2009, p. 80) segundo a qual, “embora se afirme que o professor possa enriquecer o seu trabalho com atividades diferenciadas, diz-se também que ele deve cumprir os prazos determinados pelo sistema privado.”

Devemos ressaltar, no entanto, que o controle é exercido de forma sutil. Nada é aparentemente obrigatório, o que facilita o convencimento.

[...] assim, as formações eu gostava muito. Elas não cobravam. Não. Mas elas supunham que tu estavas em tal... por aquele tempo, então se tu estavas lá em abril, elas imaginavam, elas estão mais ou menos neste conteúdo. E também não tinha como unificar, porque cada escola... Ah, daí sai todos os tipos de comentário, [...] Que dava por dar as páginas... Eu não, eu sou bem chata, se era pra trabalhar [...] (Entrevista Professora C/escola 1; 07/03/2014).

Entendemos que essa não cobrança aparentemente é uma das formas de convencimento para agregar mais professores e, conseqüentemente, mais escolas à proposta do sistema apostilado. Se houvesse uma cobrança mais rigorosa por parte da SME, muitos professores poderiam sentir-se pressionados no cumprimento das tarefas. Por outro lado, percebemos que existe uma forma de controle internalizado, pois embora não haja uma cobrança explícita quanto ao cumprimento do trabalho na íntegra, durante os treinamentos a cobrança é sutilmente estabelecida mediante as atividades direcionadas a páginas das apostilas que supostamente todos estejam trabalhando.

O depoimento a seguir também faz referência ao controle exercido pelos pais mediante a apostila:

[...] o sistema de apostilamento te coloca de alguma maneira um determinado ritmo

pra você dar conta da apostila. (eles fazem isso) nas formações e aqui também, dependendo da turma. Uma conseguia dar um andamento mais rápido nas atividades. Alguns pais, também. Na medida em que acompanham na apostila, eles falam assim: mas não vão fazer isso, e aquilo? É porque a apostila ela deixa na mão, ela deixa numerado o acompanhamento 1, 2, 3. Porque o pai que acompanha, ele pega o planejamento, ele pega o caderno, ele também sabe, ele consegue acompanhar. É que a apostila você está ali, ó. Você tem um livro, é como se você tivesse que ler esse livro até o fim do ano. Está na metade do ano, você tem que estar na metade do livro. Fica muito superficial, assim, nesse sentido. Eu não estou dizendo que teve essa pressão incisiva, mas eu lembro disso. (Entrevista Orientadora; 27/02/2014).

A apostila como instrumento também de controle dos pais, desvaloriza ainda mais o trabalho do professor, identificando-o como um cumpridor de tarefas, destituído de seu conhecimento político e pedagógico.

Giacomini (2013, p.132), num dos momentos de observação dos treinamentos do SEFE, confirmou esse controle do cumprimento das páginas relacionado ao tempo:

As capacitações seguiam o cronograma estipulado pelo SEFE; por exemplo, se em agosto (segundo semestre letivo), o planejamento do SEFE era de que os professores estivessem no volume 2, o curso era feito com base no volume dois da apostila, independentemente se os professores não tivessem chegado ainda em tal volume. Com isso, as perguntas “em qual volume vocês estão?”, “em que

páginas vocês estão?”, “já fizeram tal atividade?”, “quantas páginas faltam para chegar a tal conteúdo?”, eram frequentes, pois, na maioria das vezes, os professores não estavam no conteúdo que estava sendo tratado na capacitação.

Para Amorim (2008), a apostila também exerce controle com relação aos tipos de aulas previstas que compartimentam o tempo, sintetizando o conhecimento num sentido de preparação para provas e vestibulares, sem preocupação com a formação do indivíduo. De acordo com o autor, o fato de as apostilas terem sido introduzidas no ensino regular na década de 70, em pleno regime militar, não foi por acaso.

Para o autor, “o ensino apostilado tende às políticas autoritárias e desenvolvimentistas, pois cuidam para que alunos e professores sejam controlados por esquemas rígidos de divisões de aula”. (p.42).

A cobrança dos resultados é outra forma de controle apontada pelos pesquisadores. Caetano e Peroni (2012), ao analisarem os projetos educacionais patrocinados pelos empresários no Rio Grande do Sul no período entre 2007 e 2010, destacam o controle exercido pela cobrança dos resultados. Segundo as autoras, o maior valor da participação na visão dos empresários não está em financiar, mas em cobrar os resultados.

No caso do município de Florianópolis, a cobrança dos resultados faz parte das exigências descritas no documento licitatório “pregão presencial”. O padrão de qualidade educacional é aferido, neste caso, às avaliações em larga escala, como a Provinha Brasil e a Provinha Floripa. Constitui-se num dos objetivos do documento:

Formação continuada presencial dos professores, equipe técnico-pedagógica das escolas e da Secretaria Municipal de Educação, realizado no município de Florianópolis, para melhor desenvolver, monitorar, avaliar e encaminhar o processo

ensino-aprendizagem de forma interdisciplinar e intercultural, considerando os indicadores de rendimento obtidos nas avaliações institucionais da Provinha Brasil e Provinha Floripa e sua constante melhoria, com cronograma a ser definido pela Diretoria de Ensino Fundamental da SME. (FLORIANÓPOLIS, 2013. p. 15).

Para Giacomini (2013), o controle das ações dos professores quanto ao cumprimento das apostilas e seu resultado é exercido, principalmente, no momento dos treinamentos que é o espaço em que especialistas da empresa têm contato direto com os professores. De acordo com a pesquisadora:

O momento “Caminhando juntos”, realizado nos cursos do 1º ano, é uma forma de checar se na prática os professores estão seguindo as normas do SEFE, uma vez que se solicita para eles contarem as experiências vivenciadas com o SEFE na escola a partir do planejado na capacitação anterior (na “Hora do planejamento”). Desse modo, alguns professores contam como aconteceu a realização de alguma proposta da apostila, levam os trabalhos elaborados pelos alunos, algumas fotos dos momentos das atividades, entre outros materiais. As experiências apresentadas, geralmente, eram positivas, isso fazia com que a assessora reafirmasse o quão positiva é a coleção Caminhos. (p. 131).

A diretora da escola cuja equipe pedagógica e de professores, após avaliarem a proposta, desistiram de trabalhar com ela, apontou como um dos motivos da desistência o fato de os professores se sentirem pressionados a dar conta de todo o material durante o ano letivo:

A antiga diretora nem participou da votação, foi mais a equipe pedagógica e os professores. Mas um dos argumentos assim do pessoal é que era muita apostila. E aí o pessoal se sentia pressionado a dar conta da apostila. Achava que era obrigado a dar conta daquilo tudo, entendeu? (Diretor 3; 27/02/2014).

Ao analisar o conteúdo das apostilas da SEFE, Giacomini (2013, p.79) avalia que este indica uma sequência que o professor deve seguir sem que haja uma reflexão das condições reais do grupo de alunos, tampouco sem considerar os conhecimentos do professor. O pesquisador argumenta transcrevendo e analisando uma frase da apresentação do material: “O rumo foi dado, e todo aquele que o percorrer deixará pegadas que indicarão o caminho para o outro e mais outro que vier...” [sic].

Essa indicação dá a entender que o professor precisa usar a coleção na sequência proposta. Sendo assim, na apresentação, não há um diálogo com o professor, como também não parece entendê-lo como um mediador do processo de ensino e aprendizagem, transparecendo que a Coleção foi elaborada para ser utilizada da forma como está indicada, independentemente do professor que a usará.

Desse modo, o trabalho do professor está sendo gerenciado numa lógica privada, posto que nem mesmo a sequência didática é definida pelos professores individual ou coletivamente, mas por especialistas de uma empresa privada.

Se o que é proposto não é mais da autoria do professor, e sim de uma empresa com fins inversos ao que o próprio professor acredita em termos de educação, podemos inferir que o controle das ações do professor leva a processos de desqualificação do seu trabalho. Ao longo desse processo de análise, consideramos que nossa segunda hipótese de que a opção da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis por contratar um sistema apostilado é mais uma forma de controle e de desqualificação do trabalho do professor foi sendo consolidada

4.1.2.3 A (des)valorização do professor

“Queres uma opinião sincera? Eu acho que é pra professor que não sabe dar aula.” (Entrevista Professora B/escola 1; 26/02/2014).

A professora, em seu depoimento, ao ser questionada sobre o sistema apostilado, demonstra sua resistência ao material pronto, elaborado para ser executado pelo professor.

No decorrer da entrevista, a professora declara que utiliza a apostila como suporte pedagógico, extraindo apenas “o que poderia ser aproveitado” para o seu planejamento.

Eu utilizei a apostila no meu planejamento como suporte. O que eu tinha planejado pra aquele momento, via lá na apostila o que poderia ser aproveitado, e assim foi. (Entrevista Professora B/escola 1; 26/02/2014).

A apostila contendo o quê, o porquê e o como ensinar pode significar para os professores um esvaziamento de suas funções primordiais, inerentes ao seu ofício. Embora o professor possa continuar desenvolvendo suas atividades com propriedade e necessitando de um conhecimento docente, o material apostilado induz a uma ausência da necessidade de elaborar questões, de refletir acerca das dificuldades e condições da turma com a qual trabalha para determinar seus objetivos de ensino e aprendizagem.

Duarte (2006, p.98) chama a atenção para que se priorize

[...] a apropriação do conhecimento como a grande luta a ser travada no interior do sistema escolar e a grande contribuição que a escola pode dar ao processo coletivo de superação da sociedade regida pelo capital.

Por outro lado, o uso exclusivo da apostila pode favorecer o processo de desvalorização do trabalho do professor, tendo em vista que a concepção que está em vigor nessa lógica é a de que a apostila é o instrumento no qual está depositado todo o conhecimento necessário à aprendizagem dos alunos. Comparado à lógica do conhecimento tecnológico, na qual o conhecimento do operário é depositado numa máquina de maneira que outro trabalhador acesse, de posse da apostila, qualquer trabalhador que não tem em seu ofício a regência pode substituir o professor.

Nesse caso, coube a uma empresa privada incorporar nas apostilas os conhecimentos em um formato padrão para ser executado pelo professor. Nesta proposta, “ao professor cabe mediar e ao aluno acumular - a nenhum dos dois cabe operacionalizar ou questionar o conhecimento.” (AMORIM, 2008, p. 45).

Tomando como base os depoimentos dos professores entrevistados, devemos fazer a defesa de que não é este o encaminhamento dado pelos professores que utilizam as apostilas nas escolas. No encaminhamento do trabalho pedagógico, de acordo com os depoimentos, o planejamento é realizado pelo professor e outros materiais são utilizados no complemento das apostilas.

Por outro lado, se ao professor cabe a função de apenas executar o que já foi previamente planejado por funcionários de uma empresa privada, os quais detêm o conhecimento escolar, tal processo sugere que professores qualificados para trabalhar nas escolas são desnecessários. O que se percebe, portanto, é um movimento de desvalorização da função e do trabalho do professor.

Em sua pesquisa no estado do Rio Grande do Sul, Caetano e Peroni (2012) perceberam a desconstrução da escola pública e a desqualificação dos professores, por parte do governo. Utilizando-se de estratégias como cortes significativos nos recursos para a educação, economizando nos gastos necessários às melhorias das condições de trabalho dos professores e do atendimento aos alunos, construiu-se uma ideia de ineficiência da

escola pública. Nesse caso, apresenta-se como principal parceiro o setor privado, representado por empresários que, segundo os pesquisadores, desde o início do governo, serviram como base de apoio e sustentação a essa gestão. As autoras chamam a atenção para o fato de esses grandes empresários, representantes legais do capital, não serem educadores e, portanto, não apresentarem interesses pedagógicos em seus projetos.

Partimos da concepção segundo a qual os treinamentos oferecidos pela empresa privada que acompanham a venda de materiais didáticos, pressupõem a desqualificação do professor, treinados todos a trabalharem do mesmo jeito, de acordo com as instruções dadas.

Durante análise das entrevistas, consideramos outro ponto que coloca em xeque a qualidade das apostilas. Ao serem questionados sobre as vantagens do sistema apostilado, dez professores responderam que este apresenta vantagens na oferta de material didático, oito responderam que ele apresenta vantagens na organização do trabalho pedagógico e somente três professores avaliaram ter vantagem no rendimento escolar.

Quanto às mudanças observadas na turma, sete professores obtiveram mudanças na forma de planejar, mas somente quatro perceberam alguma mudança no rendimento dos alunos. Com esses resultados podemos afirmar que, para quem utiliza as apostilas, os “benefícios aparentes” podem ser percebidos na organização do trabalho do professor, como um facilitador para o seu trabalho, no entanto este trabalho não influencia na qualidade da educação destes alunos.

Em relação à redação, eu lembro que foi um dos motivos assim, ó: primeiro, nós não observamos nenhuma vantagem em termos da aprendizagem com esse material. Ele era um facilitador com certeza, ele tinha os seus atrativos, isso, né? Mas assim: Essa sequencia...mesmo porque ele não apresenta uma novidade assim tão grande metodologicamente.[...] Ele organiza. Mas eu me lembro disso:

que nenhum professor disse assim: o rendimento da minha turma aumentou significativamente ou o aumento que teve eu atribuo a este material. Não teve essa avaliação. Ao contrário, assim: teve elogios no sentido assim: ah, facilita, por exemplo o trabalho do próprio professor porque o aluno ele só vai preencher as lacunas. E na produção de texto mesmo, na própria escrita, eu lembro que os professores falaram: os alunos ficam parece que mais preguiçosos né? Porque tem muitas atividades que já estão prontas e tal. Eu lembro que em geral foi bem assim. Como não só apresentou grandes vantagens, nem uma metodologia tão distinta assim, [...] Não tinha por quê. (Entrevista Orientadora; 27/02/2014).

Por outro lado, para a diretora da escola que implementou a proposta em 2010 e mantém o trabalho com as apostilas, o sistema apresenta muitas vantagens:

Tu vais poder conversar com a professora [...], que é uma professora que está desde o início. Ela vai poder te balizar essa empatia já no primeiro momento, no primeiro contato com o material que nós tivemos, foi uma excelente aceitação, assim. Por parte das famílias. Os pais amam este material. É um material convidativo, né? Material muito bem feito, ilustrado, é um material de propriedade do aluno, o aluno dispõe desse material, né? Então, não tem como as famílias não gostar. (Entrevista Diretora 2; 07/03/2014).

Em resposta à mesma questão, a orientadora educacional fez a seguinte observação:

Não sei se era uma vantagem, mas era um atrativo: o material era colorido. As nossas atividades nem sempre são coloridas, principalmente as fotocopiadas. Uma das vantagens: o material, grande parte dele ou parte dele estava pronto, mas se o aluno perdia a apostila, perdia tudo (desvantagem) (Entrevista Orientadora; 27/02/2014).

Pelo que podemos perceber no depoimento da diretora e da orientadora, a aparência do material didático, seu colorido, espaços para os alunos poderem responder as questões, bem como o fato daquele material ser do próprio aluno são atrativos para que se adotem as apostilas nas escolas. No entanto, no decorrer da entrevista a orientadora comenta:

Uma vantagem que eu me lembro que uma professora falou e que ao mesmo tempo era uma desvantagem, dependendo do aluno, tá? Uma: o material já estava pronto ali e às vezes as atividades já estavam prontas, estavam escritas, o aluno preenchia. O que desestimulou os alunos a escrever. (Entrevista Orientadora; 27/02/2014).

Se o material é bem elaborado e atrativo aos alunos, o que pode estar desestimulando-os a escrever? Somente responder questões em vez de copiar perguntas e respostas não serve de argumento para a redução da escrita, já que questões instigantes podem fazer com que os alunos escrevam mais e com mais propriedade do que copiar e responder simplesmente.

Alguns pesquisadores (AMORIM, 2008; NICOLETI, 2009; ADRIÃO, et al., 2009; SOUZA, 2011; MAUÉS, 2005; ADRIÃO, et al., 2010; CAETANO; PERONI, 2012) criticam a expressão “qualidade na educação” atrelada à aquisição dos sistemas apostilados.

Amorim (2008, p. 40) afirma que,

[...] embora haja um discurso de que a utilização da apostila visa a uma educação de qualidade, com material adequado, atualizado e eficaz, sua criação e utilização é advinda primeiramente de interesses financeiros de um mercado que descobriu uma nova fatia do setor editorial.

Ao serem planejados e criados pelas empresas, seus produtos são divulgados no mercado e comercializados como qualquer outra mercadoria. As apostilas passam a ser as depositárias do conhecimento sendo os consumidores mais almejados desse projeto, alunos e professores da escola pública.

De acordo com Frigotto (2010, p. 186),

Concretamente, a questão da desqualificação da escola é, antes de tudo, uma desqualificação para a escola frequentada pela classe trabalhadora, muito embora possa sê-lo para a burguesia. Qual o interesse da classe burguesa por um ensino e uma educação nivelados pela qualidade, para a classe trabalhadora?

Na entrevista com os professores, percebemos em muitos momentos seu descontentamento quanto ao resultado do trabalho com as apostilas nas turmas. Mesmo dando sequência ao trabalho com as apostilas em alguns anos, a mesma turma não conseguia acompanhá-las. Uma professora, ao comentar a angústia de sua colega porque seus alunos do terceiro ano não sabem somar nem diminuir, fez a seguinte observação:

Daí eu penso: onde é que se perdeu a coisa? Mas também não digo que é por causa da apostila, ou por causa do... Não sei. Será que foi do profissional anterior, a gente fica sempre nesse dilema. Só que em

algum lugar tá ficando furo, mas eu não sei se é da apostila, se é... não sei.
(Entrevista Professora C/escola 1;
07/03/2014).

A reflexão da professora traz, entre outros aspectos, a impressão de que a qualidade da apostila não pode ser questionada. Neste caso, se a turma não aprendeu, a culpa recai sobre o professor que não soube como conduzi-la.

Nicoletti (2009, p. 79), com base em entrevistas desenvolvidas em sua investigação, constata que

[...] o coordenador do departamento municipal de Educação considera as apostilas como um recurso capaz de organizar a escola e, principalmente, uniformizar o trabalho dos professores... O coordenador esclarece também que o professor deve estudar as apostilas e se preparar para seu uso efetivo na sala de aula, caso contrário, o trabalho pode não apresentar o resultado esperado.

O ataque aos professores tem se caracterizado principalmente por meio da desvalorização do seu trabalho. Ao se desvalorizar os professores das escolas públicas, busca-se como saída o ensino privado, com rótulos de eficiência e organização, para um ensino técnico, aparentemente bem estruturado e com tempo definido para ser colocado em prática, sem questionamentos nem aprofundamentos.

No entanto, se a escola tem uma organização pedagógica sólida e seus sujeitos discutem politicamente os rumos que pretendem com a educação de seus alunos, esta pode dizer não a uma postura contraditória aos seus preceitos.

Ao ser questionada sua opinião sobre a decisão de não implementar em sua escola o sistema apostilado, a diretora da escola demonstra em seu depoimento que, quando a escola tem uma proposta coletiva de trabalho, garantindo espaços de estudos

e reflexão sobre a prática pedagógica, não há espaços para uma proposta privatista:

Então, eu acho que a gente acertou, na verdade, sabe? Em não ter. Eu vou te ser bem sincera: Eu não sou contra a apostila, não. Eu acho que a gente tem que ter um rumo, né? Às vezes a gente comete algum equívoco. Alguns equívocos são cometidos principalmente no público, porque não tem um rumo, sabe de cada um ir pra um lado, né? E é difícil, por exemplo, numa escola pública se cada um vai fazer um trabalho como achar que deve. Às vezes só a matriz, ela não dá conta. Claro ela é a matriz, ela é um referencial, mas a escola tem que ter uma proposta, eu acho, que limite. Porque senão o tudo, às vezes, pode ser nada, né? Porque tudo cabe. Só que a gente conseguiu achar um ponto na escola de ter uma proposta, de ter uma organização didática. Claro que essa proposta exige... Agora mesmo com a hora atividade do professor pelo menos uma vez por mês a (supervisora da escola) chama eles na hora atividade. Chama o grupo do segundo, o grupo do terceiro. Uma vez no mês eles têm formação com a rede. E agora como a hora atividade está toda semana, uma vez no mês com a gente. E cada ano a gente vai se fortalecendo mais. (Entrevista Diretora 5; 27/02/2014).

Nos depoimentos dos professores percebemos também que o histórico dos professores dessa rede em defender o planejamento coletivo, participativo, também exerce influência no momento de responder não à privatização da escola pública.

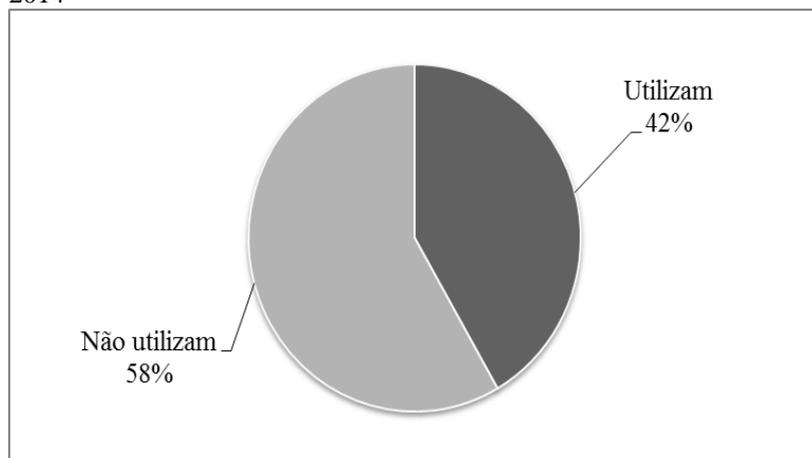
[...] havia uma divisão bem acentuada assim, que umas era... Realmente quem era mais antiga da escola e da rede também, que estavam resistindo sim. Eu vi assim, uma grande resistência, porque justamente quem quis também quando eles chegaram com essa proposta, fui eu e realmente umas mais novas mesmo da rede. Porque as mais antigas, realmente, resistiram, diziam que não. Votaram pra não ter. Aí lá a gente avaliou e fez uma votação. Lá a gente pegou as apostilas, [...] Foi analisando, a gente olhava cada ano e depois a gente fez a votação. Mas mesmo assim, eu vi uma resistência. Uma resistência assim, ó, já vou te falar em que sentido: pelo fato assim que ela comentava assim, ó: tu estar em matemática aí tu faz umas duas páginas e já vem ciências, já vem português. Aí na formação elas falavam assim: Não, mas é que é o seguinte: ali é uma proposta, mas que a gente tem que estar ampliando e vendo outros recursos para estar complementando, [...] Mas aí elas achavam que era muita quebra. Só que como se tu vai ampliando, vendo outros materiais, a coisa se alongava, aí tu trabalhava muito e não dava, às vezes, conta da apostila. Porque tu querias buscar. Então, ou tu seguia pra dar conta daquilo ali, ou tu complementava muito, acabava se empolgando e complementando e se estendia muito no bimestre com assuntos, às vezes, assim. (Entrevista Professora F/escola 2; 07/03/2014).

Contudo, podemos afirmar que o uso das apostilas nas escolas municipais de Florianópolis vem diminuindo devido à desistência de algumas escolas. Dentre as 36 escolas da RME de

Florianópolis, 15 (42%) utilizam as apostilas no ano de 2014, ou seja, 21 (58%) escolas da Rede se mantêm resistentes a essa medida privatista na política educacional na RME.

É importante destacar que, como já afirmamos no terceiro capítulo do presente trabalho, o processo de implantação chegou a atingir o índice de 52,77% no ano de 2012 e posteriormente vem decaindo. O Gráfico 8 traz a representação desses dados.

Gráfico 8: Uso das apostilas na RME de Florianópolis no ano de 2014



Fonte: Informações coletadas nas escolas da RME, de Florianópolis, no mês de setembro de 2012 e atualizada em julho de 2014.

Para além da desistência de algumas escolas, da proposta do sistema apostilado, percebemos também nos depoimentos dos professores das quatro escolas selecionadas para as entrevistas, que trabalham ou trabalharam com o sistema apostilado, que estes não veem a apostila como material principal de trabalho, mas, sim, como material de apoio.

Penso que seria um bom material de apoio, mas não para seguir diariamente.

(Entrevista Professora H/escola 3; 27/02/2014).

Acho bom, pois assim teremos material de apoio. (Entrevista Professora G/ escola 3; 27/02/2014).

De acordo com os professores, utilizando-se de livros didáticos e fazendo pesquisa em outros livros, revistas e jornais, eles elaboram seus projetos e adaptam os conteúdos das apostilas ao seu planejamento. Também observamos resposta semelhante ao fazermos o mesmo questionamento aos diretores que apontam que há professores que seguem parcialmente as apostilas e utilizam outros materiais e há outros que as utilizam apenas como suporte pedagógico.

Por outro lado, mesmo os professores da escola cuja orientação é utilizar a apostila como “norte⁹⁷”, utilizam também outros materiais para complementar seu trabalho, no sentido de enriquecer as aulas com novos elementos.

Eu utilizava outros recursos, eu intercalava, mas dava conta da apostila, terminava a apostila, né, fazia todo o trabalho da apostila, mas sempre intercalando com outras atividades [...] Porque se fica ali, fica bitolado só naquilo ali. (Entrevista Professora F/escola 2; 07/03/2014).

Aqui nessa escola [a apostila] é o nosso norte, né? É o nosso principal material. Tem os materiais que a gente pode usar, não tem problema, são materiais complementares, mas a nossa avaliação, o nosso planejamento é em cima do material [da apostila]. (Entrevista Professora D/escola 2; 07/03/2014).

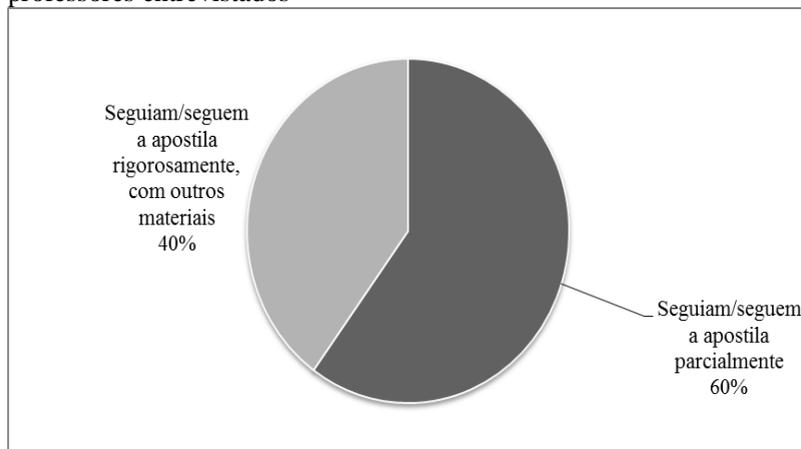
⁹⁷ Expressão empregada pelos professores e pela diretora da escola 2.

A diretora da referida escola afirma que todos os professores seguem a apostila rigorosamente, no entanto, também faz referência a outros tipos de materiais:

Todos seguem o livro do SEFE. Ele não é um livro que os outros vêm primeiro. Ele não. Ele norteia o trabalho e os outros vêm como apoio. (Entrevista Diretora 2; 07/03/2014).

Os dados do Gráfico 9 demonstram a periodicidade com que essas apostilas vêm sendo utilizadas pelos dez professores entrevistados na amostra das quatro escolas que utilizaram ou utilizam o sistema apostilado.

Gráfico 9: Periodicidade do uso das apostilas pelos dez professores entrevistados



Fonte: Entrevista realizada com os professores no período de 11/02/2014 a 07/03/2014.

O que podemos constatar, com base nos dados, é que os professores da RME de Florianópolis não veem a apostila como

um material que direciona seu trabalho em sala de aula, mas como uma ferramenta a mais no planejamento de suas aulas.

Se, por um lado, esses dados demonstram que os professores cujas escolas aderem ao sistema apostilado não trabalham somente com as apostilas, por outro lado, o fato de não se sentirem forçados a utilizar somente as apostilas ou utilizá-las como material principal também favorece a permanência do sistema apostilado nas escolas.

Se considerarmos o fato de não ser a aprendizagem dos conteúdos das apostilas o fator mais importante no uso das apostilas no município de Florianópolis, e sim a inserção de mais uma medida privatista na educação, a não rigorosidade no cumprimento da apostila pode estar sendo utilizada como estratégia política para o convencimento dos professores. Por outro lado, se houvesse uma cobrança explícita, a resistência dos professores provavelmente seria maior. Neste caso, a não cobrança explícita das apostilas alimenta o processo de produção de consenso.

O fato é que, mesmo que os professores não estejam em sua maioria cumprindo rigorosamente com os conteúdos das apostilas, o sistema apostilado está implantado no município de Florianópolis. Desse modo, devemos estar atentos ao alerta feito por Adrião et al. (2009, p. 802), a respeito das empresas fornecedoras do sistema apostilado:

[...] mais do que meras fornecedoras de materiais e equipamentos, passam a incidir sobre o desenho da política educacional local e sobre a organização do trabalho docente e administrativo desenvolvido em cada uma das unidades de ensino da rede pública [...].

Constatamos, em suma, que a política vigente tem um discurso de qualificação, mas de uma qualificação que, a nosso ver, desqualifica. Isso porque, na lógica privatista, para que a escola pública seja qualificada, é necessário seguir uma lógica de mercado.

Conceber uma educação em que os objetivos estão em consonância com o individualismo, a competitividade e a eficiência, em detrimento da valorização do ser humano e de um conhecimento voltado para sua emancipação, contraria a formação do professor da escola pública, desqualifica-o como formador desses sujeitos. Por fim, ressaltamos que o projeto privatista em curso não tem apenas um projeto de desqualificação da escola pública, mas da própria ideia de público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente texto, analisamos uma das medidas privatistas instauradas na gestão educacional do município de Florianópolis. Trata-se do processo de implantação do sistema apostilado nos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais de Florianópolis e sua relação com o controle e a desqualificação do trabalho do professor.

Com o estudo, pretendemos conhecer os interesses do Governo no processo de privatização da educação que ocorre, não somente por meio da implantação do sistema apostilado, mas pelas diversas ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis em consonância com as políticas nacionais e internacionais.

Entre outras empresas que incidem sobre a organização do trabalho da SME, destacamos neste estudo a atuação da Nortia na implantação da reforma administrativa no município de Florianópolis, no ano de 1997, e da empresa Meritt, contratada pela PMF em 2010, com o objetivo de analisar os dados e divulgar os resultados da Prova Brasil, Provinha Brasil e Prova Floripa. Citamos, também, como exemplos de articulação entre a política local do município de Florianópolis e as políticas nacionais e internacionais, a implantação de programas como Pró Letramento, Educação Integral, Programa Mais Educação, Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a aplicação da Prova Brasil e da Provinha Brasil, e a criação de uma avaliação local denominada Prova Floripa.

Dando continuidade à implantação de medidas privatistas no município de Florianópolis, o sistema apostilado foi implantado como projeto piloto numa escola básica da Rede Municipal de Ensino, no ano de 2009. De 2010 a 2012, houve um crescimento do número de escolas que aderiram ao sistema apostilado. No entanto, a partir do ano de 2013, esse processo vem se desconsolidando. Atualmente (2014), 15 das 36 escolas do Ensino Fundamental da RME trabalham com o sistema apostilado. Nessas escolas, utilizam as apostilas os alunos do

primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental.

A empresa Sistema Educacional Família e Escola (SEFE), desde 2009, é a responsável pelo sistema apostilado no município de Florianópolis. No entanto sua entrada no município deu-se sob a denominação de Sistema Educacional UniBrasil (SEU). Atualmente, a empresa SEFE faz parte do Instituto UniBrasil.

Articulando os dados da documentação analisada para este estudo e das entrevistas semiestruturadas com a literatura consultada sobre o assunto, buscamos elencar alguns aspectos que impulsionaram a PMF a comprar uma proposta de sistema apostilado de uma empresa privada.

Os estudos fundamentados no materialismo histórico nos deram sustentação teórica para compreendermos que a realidade dos fatos do objeto em estudo, a princípio, era-nos apresentada pela sua aparência; foi preciso, pois, buscar a sua essência. Na busca da “oculta verdade da coisa” (KOSIK, 2002), analisamos os materiais coletados no sentido de desvelarmos os fatos, buscando sua totalidade. Nossa análise está consolidada nos estudos realizados no Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO).

Nos espaços de discussão do grupo, pudemos perceber que os problemas que eram apresentados pelos pesquisadores tinham em comum o entrelaçamento entre as políticas locais, nacionais e internacionais e seu interesse privatista, conduzindo a educação pública a uma ideia de mercado, distanciando-a do seu objetivo pedagógico.

As pesquisas selecionadas no balanço de literatura realizado para este estudo datam do ano 2000 e são mais recorrentes a partir de 2010. Relacionamos a data de início das pesquisas (2000) com a demarcação da administração pública gerencial, estabelecida por meio da reforma do estado na década de 1990.

Na educação, esse processo resultou, entre outros fatores, no gerenciamento de resultados em nome da eficiência e produtividade, trazendo características mercadológicas para as escolas públicas por meio de parcerias público-privadas (PPPs).

A análise dos trabalhos evidenciou a incidência da

contratação de sistemas apostilados em vários municípios brasileiros e sua concentração em municípios paulistas. Dos 22 trabalhos selecionados no balanço de produção acadêmica, 13 são estudos realizados nos municípios paulistas referentes à contratação de sistemas apostilados por municípios daquele estado. Percebemos, também, que a maioria dos grupos empresariais fornecedores de sistemas apostilados são originários do estado de São Paulo, o que pode facilitar as contratações por suas prefeituras.

De acordo com pesquisa realizada por Adrião (2009), o número de prefeituras paulistas que adotam sistemas apostilados aumentou 14 vezes entre 2001 e 2009. Esta constatação pode elucidar um dos motivos pelos quais, a partir de 2010, as produções acadêmicas referentes ao sistema apostilados aumentaram notadamente.

Nicoletti (2009), em sua pesquisa, constatou que de 39 municípios pesquisados da região de São José do Rio Preto/SP, 18 têm sistema de ensino privado, sendo 12 desses pertencentes à editora COC (Curso Oswaldo Cruz).

A aquisição de sistemas apostilados por escolas públicas é, no entanto, realidade em vários municípios e estados brasileiros e vem ocorrendo de forma crescente nos últimos anos (ADRIÃO et al., 2009; AMORIM, 2008; CAETANO; PERONI, 2012; NICOLETI, 2009; SOUZA, 2011).

Nos bancos de dados pesquisados não encontramos registro de pesquisas sobre o assunto no estado de Santa Catarina. No entanto, há uma pesquisa realizada por Giacomini, na UFSC, no ano de 2013, que tem como título “O Sistema Educacional Família e Escola na Rede Municipal de Florianópolis: estratégias de governo de professores”.

O trabalho realizado por Giacomini (2013) objetivou identificar e analisar as estratégias do SEFE na produção de um tipo específico de professor. A pesquisadora conclui que o SEFE tem “estratégias de governo” as quais são utilizadas no sentido de “normatizar os saberes docentes e o currículo escolar”.

Em seu trabalho, Giacomini (2013) identificou a progressiva adesão das escolas municipais de Florianópolis ao

sistema apostilado que, em 2012, atingiu o ápice de 20 escolas. No entanto, por meio de nossa pesquisa, constatamos que a adesão ao sistema apostilado pelas escolas municipais de Florianópolis vem percorrendo um caminho decrescente, passando de 20 escolas em 2012 para 15 escolas em 2014.

Constatamos que a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis têm dois currículos distintos: um direcionado pela Proposta Curricular de Florianópolis (2008) e outro direcionado pela empresa Sistema Educacional Família e Escola (SEFE).

Pelo estudo dos documentos da Proposta Curricular de Florianópolis (2008) e da Matriz Curricular: Ensino Fundamental de nove anos (2011), observamos que, em um dado momento da história da RME, o discurso de “construção coletiva” ganhou importância e foi mobilizado como forma de agregar os professores à sua proposta.

Se, por um lado, a elaboração da Proposta Curricular de 2008, desde sua construção, tem como discurso a participação coletiva, a proposta de ensino por apostilamento a qual não passa pela avaliação dos professores e da equipe pedagógica da escola antes de ser contratada pelo município, desconsidera a política de projeto participativo na RME. Percebemos uma contradição concernente aos dois tipos distintos de encaminhamentos, o que nos leva a inferir que os dois processos de implementação de políticas estão em disputa na SME.

Com o propósito de identificar, nas falas dos sujeitos envolvidos nesse processo de implementação, elementos que contribuíssem para o aprofundamento do nosso debate, realizamos uma pesquisa de campo. Utilizamos como ferramenta entrevistas semiestruturadas com professores, diretores escolares, orientadora educacional e assessora pedagógica da SME.

Por meio da análise dos documentos, da literatura e das entrevistas, foi possível perceber que, entre os argumentos apresentados para a implementação do sistema apostilado nas escolas, estão: a unidade da RME, facilitando as transferências dos alunos entre as escolas, possibilitando ao aluno transferido a continuidade dos estudos com as apostilas na escola a ser frequentada; a possibilidade de as pessoas que irão substituir os

professores afastados especialmente por adoecimento, de “darem continuidade ao trabalho de onde o professor parou”; treinamento mensal dos professores com garantia de horas certificadas que podem ser utilizadas na evolução da carreira docente como “hora de aperfeiçoamento”; oferta de material didático de consumo para todos os alunos com ilustrações atrativas e espaço para os alunos escreverem sem utilizar a “cota de xerox” escassa nas escolas; discurso da autonomia do professor, que pode utilizar outros recursos para complementar o trabalho em sala de aula.

É importante destacarmos que os entrevistados, não raro, entravam em contradição no decorrer de seus depoimentos, demonstrando que muitas das expressões utilizadas como argumentos são construídas por um grupo que objetiva disseminar a ideia que venha a gerar consenso num grupo maior.

A unidade nas propostas pedagógicas é um dos elementos apontados como problema a ser solucionado por meio da implantação do sistema apostilado em muitos municípios brasileiros. Adrião et al. (2009) constatam que uma das justificativas dos gestores educacionais para a implantação do sistema apostilado é a “homogeneização dos projetos pedagógicos” no sentido de construir “uma identidade” entre as escolas.

De acordo com informações publicadas no sítio eletrônico da PMF⁹⁸, “o objetivo da implantação do SEU é unificar o sistema de educação da rede municipal”. Ao referir-se à contratação da empresa SEFE pela PMF, o depoimento de uma das professoras reflete, porém, a realidade de muitos professores da RME de Florianópolis que, com carga-horária de quarenta horas semanais, trabalham em duas escolas distintas. Muitas vezes, a solução que encontram para o distanciamento entre os níveis das turmas é a escolha de trabalhar com os mesmos anos em cada escola. No caso da professora entrevistada que escolheu trabalhar com as turmas do quarto ano em duas escolas diferentes, ela acabou se deparando com propostas totalmente diferenciadas uma da outra: uma das escolas trabalha com base na

⁹⁸ www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i.

proposta curricular (2008) da PMF, utilizando-se de livros didáticos, e a outra escola trabalha com o sistema apostilado. Parafrazeando Saviani em sua terceira tese⁹⁹ na “teoria da curvatura da vara¹⁰⁰”, concluímos que, no momento em que mais se propaga o discurso de unidade da proposta pedagógica entre as escolas municipais de Florianópolis, mais se percebe a ausência dessa unidade.

Se, antes do sistema apostilado no município de Florianópolis, os professores tinham como referência a Proposta Curricular do município e a escolha do livro didático para utilizar nos planejamentos de suas aulas, após a compra do sistema apostilado, 42% das escolas utilizam esse material e as demais escolas (58%) utilizam a Proposta Curricular da SME (2008), Matriz Curricular (2011) e o livro didático. Aferimos, portanto, que o argumento de unidade entre as escolas da rede por meio da contratação do sistema apostilado é um discurso falacioso. Outro elemento que consideramos relevante neste estudo é que as escolas da RME de Florianópolis continuam participando do Programa Nacional do Livro Didático. Esse fato nos levou à constatação de que a compra do sistema apostilado vai muito além da contratação de uma proposta pedagógica para o município. É uma estratégia política privatizante que objetiva controlar e desqualificar o trabalho do professor.

Já o argumento de que, com a apostila, a pessoa que substituir o professor pode dar continuidade ao trabalho sem

⁹⁹ Na teoria da “curvatura da vara”, Saviani sustenta sua abordagem política por meio de três teses. Ele expõe a terceira tese com a frase: “[...] quando menos se falou em democracia no interior da escola mais ela esteve articulada com a construção de uma ordem democrática; e quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos ela foi democrática.” (SAVIANI, 1982. p. 57)

¹⁰⁰ SAVIANI (1982) explica essa teoria da seguinte forma: assim como, para se endireitar uma vara que se encontra torta, não basta colocá-la na posição correta mas é necessário curvá-la para o lado oposto, assim também, no embate ideológico, não basta enunciar a concepção correta para que os desvios sejam corrigidos; é necessário abalar as certezas, desautorizar o senso comum. (SAVIANI, 1982. p. 58)

interrompê-lo, traz consigo a ideia de que o trabalho em sala de aula depende mais do material do que do próprio professor, ou seja, independentemente de quem vai “aplicar” os conteúdos da apostila, o resultado será o mesmo. Concebe-se o trabalho do professor e o processo de ensino de forma homogênea, desconsiderando a formação de cada sujeito e sua contribuição no ensino desses conhecimentos. Este dado, ao mesmo tempo em que pode parecer ao professor um facilitador nas suas ausências, desqualifica o seu trabalho, descarta sua presença como alguém que tem conhecimento.

Nessa lógica, a apostila passa a ser a ferramenta depositária do conhecimento de um professor, ou seja, mediante este instrumento, qualquer sujeito que não tenha a função de regência pode substituir o professor.

Considerando que na PMF há muitos afastamentos de professores, em sua maioria por conta do adoecimento (SOLDATELLI, 2011), podemos inferir que a redução dos custos, por meio da substituição do professor por outro profissional que não recebe remuneração equivalente para exercer a mesma função, encontra no apostilamento uma saída para o suposto apoio pedagógico. Neste sentido, o que está sendo levado em consideração nesse processo não é a qualidade na educação, mas a gestão educacional no âmbito de uma rede de ensino.

Outro argumento que se percebe como forma de sedução para a adoção do sistema apostilado consiste nos treinamentos mensais oferecidos pela empresa SEFE. Na RME de Florianópolis, a partir do momento em que se instituiu no calendário letivo, o cumprimento dos 200 dias letivos atrelados às 800 horas passou a não assegurar espaço para reuniões pedagógicas no período de trabalho do professor, o que acarretou numa perda de tempo para discussão e estudo nas escolas.

De igual modo, os professores que têm 40 horas semanais de trabalho não dispõem de tempo para aperfeiçoamento. No entanto, com a adesão das escolas ao sistema apostilado, seus professores têm mensalmente um dia de treinamento com os especialistas do SEFE, além de poderem realizar curso a distância com certificação.

No documento licitatório para contratação da empresa fornecedora do sistema apostilado (Presencial 0043/2010), as “capacitações e os cursos de aperfeiçoamento à distância” são exigências estabelecidas no contrato. Percebemos, porém, que os encontros mensais entre os professores têm como característica um tipo de treinamento que prioriza as questões práticas, as tarefas das apostilas que devem ser executadas pelo professor e que, por conta do acompanhamento e desenvolvimento das atividades em conjunto a cada mês, há o controle no sentido de verificar se os professores que trabalham na mesma série estão todos no mesmo ponto da apostila.

O material didático oferecido pelo SEFE é mais um argumento utilizado. Nas escolas municipais de Florianópolis, há uma “cota de xerox” para os professores utilizarem. Nos depoimentos dos professores, observamos que essas “cotas” são insuficientes para a cópia de atividades para os alunos. Como os livros didáticos não são consumíveis, os alunos não podem realizar atividades nestes, daí a necessidade de lançar mão da copiadora tantas vezes.

Já as apostilas, além de conterem ilustrações atrativas, podem ser consumidas pelos alunos. No entanto, consideramos que em vez de aderirmos a uma proposta que privatiza o ensino, devemos resistir e reivindicar para que os recursos financeiros públicos sejam melhor administrados.

Por outro lado, percebemos um descontentamento com relação ao material didático, no que se refere aos conteúdos. De acordo com alguns professores, há uma disparidade entre os níveis de exigência nos conteúdos das apostilas e os níveis das turmas às quais estas são destinadas. Alegam, também, que a disposição dos conteúdos desconsidera os conhecimentos prévios dos alunos, distanciando-os desse processo.

Por outro lado, os professores argumentam que não há cobrança do uso rigoroso das apostilas pela SME; no entanto, estes demonstram que os treinamentos preveem que todos estejam realizando as mesmas atividades ao mesmo tempo, pois, de acordo com a data dos encontros, é selecionado um tema da apostila supondo que todos estejam no mesmo “ponto”. Os

professores ouvem dos especialistas que ministram os treinamentos, que eles podem acrescentar outros materiais para enriquecer o trabalho, o que fica inviável quando, no ano, precisam dar conta de trabalhar as quatro apostilas propostas pela empresa.

Entendemos que a não cobrança explícita por parte dos administradores é uma das estratégias para favorecer a adesão das escolas ao sistema apostilado. É um consenso construído em torno do discurso da autonomia do professor. Há a produção de um consenso em torno dessa política, disseminando a ideia de um material facilitador para o trabalho do professor, com uma proposta interdisciplinar e de uma suposta autonomia do professor. Trata-se de uma “não” cobrança sutil e intencional.

Como podemos perceber, os argumentos utilizados para obter o consenso dos professores na implementação do sistema apostilado são os mesmos que podem ser utilizados para negar esse tipo de contratação.

Contudo, a implementação dessa política vem se desconsolidando no município de Florianópolis, como já foi apresentado neste trabalho; no entanto, há que se fazer uma ressalva: no ano de 2014 as escolas com o SEFE continuaram as mesmas de 2013, mesmo porque a opção por aceitar ou não a proposta é estabelecida no final de cada ano letivo. Esse número deve passar por alterações no próximo ano (2015), pois, os diretores eleitos em novembro de 2013, serão responsáveis pelo encaminhamento do processo de escolha do sistema apostilado em suas escolas no final de 2014.

Não podemos definir de antemão se esse número aumentará ou diminuirá, considerando a mudança dos diretores escolares, pois, os novos diretores poderão ter uma posição que pode ou não ser acatada pelo grupo, ou pode-se ter diretor que não consulte seu grupo, aceitando ou mesmo encerrando esse processo por não estar de acordo em ter em sua escola uma proposta pedagógica elaborada por uma empresa privada.

Reiteramos que a consulta sobre o aceite do sistema apostilado nas escolas é feita a cada diretor pela SME, e as escolas podem ter encaminhamento de escolha diferenciado.

Neste sentido, torna-se imprescindível a participação coletiva dos professores nas decisões a serem tomadas no âmbito das escolas, pleiteando espaços de discussão.

Com esse trabalho fica evidente principalmente, que há vida inteligente na RME de Florianópolis. Que os professores pensam diariamente sobre sua prática e possuem discernimento sobre seu trabalho. Que somos capazes, como professores, de encampar um movimento de construção de uma proposta pedagógica que valorize o conhecimento científico como aquisição humana e como fortalecimento nas mãos dos filhos dos trabalhadores.

É necessário e urgente mantermos hasteada nossa bandeira de luta em defesa da escola pública, ou mais que isso, em defesa de tudo o que ainda é público, sem deixar que as ideias privatizantes tomem conta daquilo que, com muito custo, foi conquistado historicamente pela classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. GARCIA, Teise. BORGHI, Raquel. ARELARO, Lisete. **Simbiose Entre as Prefeituras Paulistas e o Setor Privado: Tendências e Implicações para a Política Educacional Local**. Anais da Anped. UNICAMP, USP e UNESP, 2010. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 28 set. 2012.

_____. **Uma Modalidade Peculiar de Privatização de Educação Pública: A Aquisição de Sistemas de Ensino por Municípios Paulistas**. Cadernos Cedes, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/?ing=pt>>. Acesso em: 25 out. 2012.

ALCANTARA, Melina Sant Anna. **Políticas de Bonificação e Indicadores de Qualidade: Mecanismos de Controle nas Escolas Estaduais Paulistas**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 21 set. 2012.

AMORIM, Ivair Fernandes de. **Reflexões Críticas Sobre os Sistemas Apostilados de Ensino**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2008. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 21 set. 2012.

AMORIM, Ivair Fernandes de. **Indústria cultural e sistemas apostilados de ensino: a docência administrada**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara, 2012. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 03 de julho de 2014.

ANDRADE, Fernanda Borges de. **Os Pacotes Didáticos e a Autonomia do Professor**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Uberaba-Educação, 2008. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 21 set. 2012.

ANJOS, Rosilene Amorim dos. **A avaliação nas escolas públicas municipais de Florianópolis**: avaliar para regular. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. **O ensino fundamental no Brasil**: Avanços, perplexidades e tendências. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1039-1066, Especial - Out. 2005 1039. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso: 15 out. 2013.

CABRAL FILHO, Pedro. **A Constituição da Escola Básica Municipal Beatriz de Souza Brito**: 1935 - 1992. 1998. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Departamento de Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera Maria Vidal. **Educação no Rio Grande do Sul, Gerencialismo e as Influências do Setor Privado no Período 2007-2010**. Anais da Anped Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/ucs/eventos/anped-sul-2012>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

CARDOSO, Alcilea Medeiros. **O ideário gerencial no trabalho do diretor escolar**: concepções, contradições e resistência. 2008. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2008.

CÁRIA, Neide Pena; ANDRADE, Nelson Lambert. **Material didático sob a lógica do mercado**: uma questão de política educacional. Anais da Anpae. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0419.pdf>> Acesso em 16 out. 2012.

CARVALHO, Márcia Cavalchi de. **A Prática Docente do Professor de Matemática e o Sistema Apostilado de Ensino do Estado de São Paulo.** Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de Santos-Educação, 2011. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 21 set.2012.

DUARTE, Newton. **A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na pós-graduação em educação.** Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n. 1, p.89-110, jan./jun.2006.

Entrevista concedida pela professora A/escola 1 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 26/02/2014.

Entrevista concedida pela professora B/escola 1 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 26/02/2014.

Entrevista concedida pela professora C/escola 1 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 07/03/2014.

Entrevista concedida pela professora D/escola 2 à Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 07/03/2014.

Entrevista concedida pela professora E/escola 2 à Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 07/03/2014.

Entrevista concedida pela professora F/escola 2 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 07/03/2014.

Entrevista concedida pela professora G/escola 3 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 27/02/2014.

Entrevista concedida pela professora H/escola 3 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 27/02/2014.

Entrevista concedida pela professora I/escola 4 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 11/02/2014.

Entrevista concedida pela professora J/escola 4 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 11/02/2014.

Entrevista concedida pela professora K/escola 5 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 27/02/2014.

Entrevista concedida pela professora L/escola 5 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 27/02/2014.

Entrevista concedida pela professora M/escola 5 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 27/02/2014.

Entrevista concedida pela professora N/escola 5 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 27/02/2014.

Entrevista concedida pelo diretor 1 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 26/02/2014.

Entrevista concedida pelo diretor 1 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 26/02/2014.

Entrevista concedida pela diretora 2 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 07/03/2014.

Entrevista concedida pela diretora 3 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 27/02/2014.

Entrevista concedida pela diretora 4 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 11/02/2014.

Entrevista concedida pela diretora 5 a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 27/02/2014.

Entrevista concedida pela orientadora a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 27/02/2014.

Entrevista concedida pela assessora pedagógica da SME a Aldani Sionei de Andrade Frutuoso. Florianópolis, 12/12/2013.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. Roteiro de trabalho do

minicurso oferecido durante a 31ª Reunião Anual da Anped [GT15: Educação Especial]. Caxambu, MG, 19-22 out. 2008.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. **Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores.** Perspectiva, Florianópolis, v. 29, n. 1, 127-160, jan/jun.2011. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 15 out. 2012.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. **Todos pela educação e o episódio costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira** Issn: 1808 - 799X ano 10, nº 15 – 2012. Trabalho Necessário – <www.uff.br/trabalhonecessario>, Ano 10, Nº 15/2012.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Educação Fundamental. **Repensando o currículo do Ensino Fundamental.** Versão Preliminar. Florianópolis, 2007.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Educação Fundamental. **Proposta curricular/Prefeitura Municipal de Florianópolis.** Florianópolis, 2008.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Tiro de meta-segundo tempo/relatório.** Florianópolis, 2005/2008.

_____. Secretaria Municipal de Administração e Previdência. Diretoria de Licitações e Contrato. **Pregão Presencial n. 024/SMAP/DLC/2012.** Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/?pagina=notpagina-pesquisado>>. Acesso em: 17 set. 2012.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório de gestão 2011.** Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/08_02_201>

0_15.00.05.a3f9870919e0ecf9bbfac446b49f60dc.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2013.

_____. **Sistema Educacional UniBrasil é implantado na rede municipal.** Educação, 2010. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=n_otpagina¬i=1143>. Acesso em: 16 out. 2012.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria do observatório da educação e apoio ao educando. **Indicadores educacionais, 2012.** Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Matriz curricular Ensino Fundamental de nove anos:** em construção. Florianópolis, SC, 2011.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico.** Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 12, n. 3, p. 299-316, set./dez. 2006.

GABARDO, et al.; FERNANDEZ, Ivan Sória; LOYOLA, Maurício. **CAMINHOS:** fundamentação: livro do professor. 1. ed. ver. e atual. Curitiba: SEFE, 2011.

GIACOMINI, Raquel de Mello. **O sistema educacional família e escola na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis:** estratégias de governamento de professores. Dissertação (mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GOUVEIA, Carlos Eduardo Mendes. **Recursos Didáticos Para o Ensino de Física no Nível Médio:** Um Estudo do Uso de Sistemas Apostilados em Escolas Particulares da Cidade de Santos - SP. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de

Santos - Educação. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 21 set. 2012.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KRAWCZYK, Nora Rut. O PDE: novo modelo de regulação estatal? In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.38, n.135, dez./2008. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext>. Acesso em: 17 set. 2012.

LELLIS, Marcelo. **Sistemas de Ensino Versus Livros Didáticos: Várias Faces de um Enfrentamento**. Abrale – Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/?ing=pt>>. Acesso em: 15 out. 2012.

LIMA, Iana Gomes de. GANDIN, Luís Armando. **Ciclos de Políticas: Focando o Contexto da Prática na Análise**. Anais da Anped. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<http://35reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 28 set. 2012.

LUMERTZ, Juliana. **As parcerias público-privadas na educação e a gestão democrática escolar: um estudo de caso sobre o Instituto Ayrton Senna**. XXVI Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação/ANPAE, 2013. Disponível em: <http://www.anpae.org.br>. Acesso em: 03 de julho de 2014.

MANGINI, Fernanda Nunes da Rosa. **A interdisciplinaridade na agenda dos organismos multilaterais: estudo de documentos oficiais**. Anais da Anped Sul. 9ª ANPED SUL 2012.

MARTINS, L. M. **As aparências enganam:** divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. 29ª Reunião da Anped, 2006.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. **O trabalho docente no contexto das reformas.** Anais da Anped. Universidade Federal do Pará, 2005. Acesso em: 28 set. 2012.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. **A política da OCDE para a educação e a formação docente. A nova regulação?** Educação, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 75-85, jan./abr. 2011.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Recuo da teoria. In:_____. (org.). **Iluminismo às avessas:** produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 151-167.

MOTTA. Carlos Eduardo de Souza. **Indústria Cultural e o Sistema Apostilado:** A Lógica do Capitalismo. Cadernos Cedes, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/?ing=pt>>. Acesso em: 15 out. 2012.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. As Políticas Públicas de Educação Infantil e a Utilização de Sistemas Apostilados no Cotidiano de Creches e Pré-Escolas Públicas. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, vol. 17, nº. 49, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/?ing=pt>>. Acesso em: 15 out. 2012.

NICOLETI, João Ernesto. **Ensino Apostilado na Escola Pública:** Tendência Crescente nos Municípios da Região de São José do Rio Preto-SP. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara, 2009.

Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 21 set. 2012.

OLIVEIRA, Lucimara Domingues de. **Implicações da Prova Brasil na formação continuada de professores:** uma análise da rede municipal de ensino de Florianópolis (2005-2010). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2011.

SANTOS, Márcia Luzia dos. **Intensificação do trabalho docente:** contradições da política de economizar professores. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: para além da curvatura da vara. **ANDE**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 57-64, 1982.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira:** estrutura e sistema. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SCHREIBER, Dayana Valéria Folster Antônio. **Política educacional, trabalho docente e alunos da modalidade educação especial:** um estudo nos anos iniciais do ensino fundamental. 2012. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

SHIROMA, E. O. **Redes sociais e hegemonia:** apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, M.; LARA, A.B.M. (Orgs). **Políticas para a educação:** análises e apontamentos. Maringá: EDUEM, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto Shiroma; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02,

p. 235-537, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.gepeto.ced.ufsc.br/arquivos/1eneidarose.pdf> ou http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2005_02/11_artigo_eneida_roselane_rosalba.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

SILVA, Maria Vieira da. **O Ethos Empresarial na Educação Escolar: Novos Dispositivos, Novas Subjetividades**. Portal da Anped. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Disponível em: <http://25reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 28/09/2012.

SILVA, Pedro Rodrigues da. **Entrevista concedida a Santiago Siqueira**. Florianópolis, 09 de dezembro de 2009. Disponível em: http://santiago.pro.br/professores/entrevistas/pedro_rodrigues.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2013.

SOLDATELLI, Rosângela. **O Processo de adoecimento dos professores do ensino fundamental de Florianópolis e suas possibilidades de resistência a esse processo**. 2011. 161 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2011.

SOUZA, Fernanda Amaral de. **Políticas Educativas, Avaliação e Trabalho Docente: O Caso de um Programa de Intervenção Pedagógica no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Pelotas, 2011. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 21 set.2012.

SOUZA, Sônia Fátima Leal de. **Letramento Profissional: Trajetória dos que Ensinam a Ler e Escrever nos Três Primeiros Anos do Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado) - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 21 set. 2012.

STABELINI, Ana Maria. FREITAS, Mayara de. **As parcerias com organizações não governamentais como estratégia para a ampliação do setor privado na educação**. XXVI Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação/ANPAE,

2013. Disponível em: <http://www.anpae.org.br>. Acesso em: 03 de julho de 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. Intervalo: a lógica histórica. In: THOMPSON, Edward Palmer. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.

VIEIRA, Jarbas Santos. **Um Negócio Chamado Educação: Gestão Pela Qualidade Total, Controle do Trabalho Docente e Identidade**. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 21 set. 2012.

VIOR, Susana E. RODRÍGUEZ, Laura R. **La privatización de la educación argentina: un largo proceso de expansión y naturalización**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 91-104, maio/ago. 2012.

ZANARDINI, João Batista. **Ontologia e avaliação da educação básica no Brasil (1990-2007)**. 2008. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2008.

SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

<http://aprendersemfronteiras.com.br/produtos/cidade-educacao.aspx>. Acesso em: 20 jun. 2013.

<http://assessoriasme.blogspot.com/2010/02/sistema-educacional-unibrasil-e.html>. Acesso em: 20 jun. 2013.

<http://consulta.tce.sc.gov.br/Diario/dotc-e2013-06-19.docx>. Acesso em 16 de setembro de 2013.

<http://inep.gov.br/web/guest/home>. Acesso em: 16 set. 2013.

<http://provinhabrasil.inep.gov.br/>. Acesso em: 16 set. 2013.

http://www.guiamais.com.br/local/vez_instituto_unibrasil-materiais_didaticos_e_pedagogicos-curitiba-pr-11436139-2. Acesso em: 16 set. 2013.

http://www.institutounibrasil.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=28. Acesso em: 20 jun. 2013.

<http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: 16 set. 2013.

<http://www.portalideb.com.br/>. Acesso em: 16 set. 2013.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1113

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/11_09_2013. Acesso em: 20 set. 2013.

www.sefesistema.com.br.

<http://www.sintrase.org.br>. Acesso em: 06 jun. 2013

<http://www.youtube.com/watch?v=OlqjzXNIP0Y> - 129k. Acesso em: 16 set. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Consolidação dos trabalhos selecionados

Ano	Fonte	Título	Autor	Tipo	Instituição/natureza jurídica
2000	Capess	Um negócio chamado educação: gestão pela qualidade total, controle do trabalho docente e identidade	Jarbas Santos Vieira	Tese	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ pública
2001	SciELO	Indústria cultural e o sistema apostilado: a lógica do capitalismo	Carlos Eduardo de Souza Motta	Artigo	Universidade Estadual de Campinas/pública
2002	Anped	O ethos empresarial na educação escolar: novos dispositivos, novas subjetividades	Maria Vieira da Silva	Artigo	Universidade Federal de Santa Catarina/pública
2005	Anped	O trabalho docente no contexto das	Olgaíses Cabral	Artigo	Universidade Federal do

		reformas	Maués		Pará/pública
2005	Capes	Recursos didáticos para o ensino de física no nível médio: um estudo do uso de sistemas apostilados em escolas particulares da cidade de Santos-SP	Carlos Eduardo Mendes Gouveia	Dissertação	Universidade Católica de Santos/particular
2008	Capes	Os pacotes didáticos e a autonomia do professor	Fernanda Borges de Andrade	Dissertação	Universidade de Uberaba/particular
2008	Capes	Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino	Ivair Fernandes de Amorim	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara)/pública
2009	Capes	Ensino apostilado na escola pública: tendência crescente nos municípios da	João Ernesto Nicoleti	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara)/

		região de São José Do Rio Preto-SP			pública
2009	SciELO	Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de sistemas de ensino por municípios paulistas	Teresa Adrião, Teise Garcia, Raquel Borghi e Lisete Arelaro	Dissertação	UNICAMP USP UNESP/ pública
2010	Anped	Simbiose entre as Prefeituras paulistas e o setor privado: tendências e implicações para a política educacional local	Teresa Adrião, Teise Garcia, Raquel Borghi e Lisete Arelaro	Artigo	UNICAMP USP UNESP/ pública
2010	Capes	Políticas de bonificação e indicadores de qualidade: mecanismos de controle nas escolas estaduais	Melina Sant Anna Alcantara	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/particular

		paulistas			
2010	Scielo	Sistemas de ensino versus livros didáticos: várias faces de um enfrentamento	Marcelo Lellis	Artigo	Abrale-Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos
2011	Capes	A prática docente do professor de matemática e o sistema apostilado de ensino do estado de São Paulo	Márcia Cavalchi de Carvalho	Dissertação	Universidade Católica de Santos/particular
2011	Capes	Letramento profissional: trajetória dos que ensinam a ler e escrever nos três primeiros anos do ensino fundamental	Sonia Fátima Leal de Souza	Dissertação	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/pública
2011	Capes	Políticas educativas, avaliação e trabalho	Fernanda Amaral de Souza	Dissertação	Universidade Federal de Pelotas/pública

		docente: o caso de um programa de intervenção pedagógica no Rio Grande do Sul			
2011	Anpa e	Material didático sob a lógica do mercado: uma questão de política educacional	Neide Pena Cária e Nelson Lambert Andrade	Artigo	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/particular
2012	Scielo	As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas	Maria Leticia Barros Pedroso Nascimento	Artigo	Universidade de São Paulo/pública
2012	Anped	Ciclo de políticas: focando o contexto da prática na análise	Iana Gomes de Lima Armando Gandin	Artigo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/pública

2012	Anped Sul	Educação no Rio Grande do Sul, gerencialismo e as influências do setor privado no período 2007-2010	Maria Raquel Caetano e Vera Maria Vidal Peroni	Artigo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/pública
2012	Capes	Indústria cultural e sistemas apostilados de ensino: a docência administrada	Ivair Fernandes de Amorim	Tese	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara)/Pública
2013	Anpa e	As parcerias com organizações não governamentais como estratégia para a ampliação do setor privado na educação	Ana Maria Stabelini e Mayara de Freitas	Artigo	Universidade Federal de São Carlos; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
2013	Anpa e	As parcerias público-privadas na	Juliana Lumertz	Artigo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

		educação e a gestão democrática escolar: um estudo de caso sobre o Instituto Ayrton Senna			
--	--	--	--	--	--

Fontes: Portal da CAPES, ANPED, ANPED SUL, ANPAE e SCIELO.
Período: setembro de 2012 a julho de 2014

APÊNDICE B: Dados dos trabalhos selecionados com o descritor sistema apostilado no portal da Capes

Ano	Tipo	Título	Autor	Orientador	Instituição/ natureza jurídica
2005	Dissertação	Recursos didáticos para o ensino de física no nível médio: um estudo do uso de sistemas apostilados em escolas particulares da cidade de Santos-SP	Carlos Eduardo Mendes Gouveia	Nereide Saviani	Universidade Católica de Santos – Educação/particular
2008	Dissertação	Os pacotes didáticos e a autonomia do professor	Fernanda Borges de Andrade	Celia Maria de Castro Almeida	Universidade de Uberaba-Educação/particular
2008	Dissertação	Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino	Ivair Fernandes de Amorim	Paula Ramos de Oliveira	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara)/pública
2009	Dissertação	Ensino apostilado na escola pública: tendência crescente nos municípios da região de São	João Ernesto Nicoletti	Ricardo Ribeiro	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara)/pública

		José do Rio Preto-SP			
2011	Dissertação	A prática docente do professor de matemática e o sistema apostilado de ensino do estado de São Paulo	Márcia Cavalchi de Carvalho	Maria Amélia Rosário Santoro Franco	Universidade Católica de Santos – Educação/particular
2011	Dissertação	Letramento profissional: trajetória dos que ensinam a ler e escrever nos três primeiros anos do ensino fundamental	Sonia Fátima Leal de Souza	Ana Lucia Espíndola	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Educação/pública
2012	Tese	Indústria cultural e sistemas apostilados de ensino: a docência administrada	Ivair Fernandes de Amorim	Paula Ramos de Oliveira	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara)/Pública

Fonte: Portal CAPES. Período: setembro de 2012 a julho de 2014.

APÊNDICE C: Dados dos trabalhos selecionados com o descritor controle do trabalho docente no Portal Capes

Ano	Tipo	Título	Autor	Orientador	Instituição/ natureza Jurídica
2000	Tese	Um negócio chamado educação: gestão pela qualidade total, controle do trabalho docente e identidade	Jarbas Santos Vieira	Alceu Ravanello Ferraro	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ pública
2010	Dissertação	Políticas de bonificação e indicadores de qualidade: mecanismos de controle nas escolas estaduais paulistas	Melina Santana Alcântara	Helena Machado de Paula Albuquerque	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/particular
2011	Dissertação	Políticas educativas, avaliação e trabalho docente: o	Fernanda Amaral de Souza	Álvaro Luiz Moreira Hypólito	Universidade Federal de Pelotas/

		caso de um programa de intervenção pedagógica no Rio Grande do Sul			pública
--	--	--	--	--	---------

Fonte: Portal CAPES. Período: setembro de 2012 a julho de 2014.

APÊNDICE D: Dados dos trabalhos selecionados com o descritor sistema apostilado no Portal Scielo

Ano	Título	Autor	Periódico	Instituição/ natureza jurídica
2001	Indústria cultural e o sistema apostilado: a lógica do capitalismo	Carlos Eduardo de Souza Motta	Cadernos Cedes	Universidade Estadual de Campinas/pública
2009	Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas	Teresa Adrião, Teise Garcia, Raquel Borghi e Lisete Arelaro	Cadernos Cedes	Universidade Estadual de Campinas/pública
2010	Sistemas de ensino versus livros didáticos: várias faces de um enfrentamento	Marcelo Lellis	Associação brasileira dos autores de livros educativos (ABRALE)	Abrale – Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos

2012	As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas	Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento	Revista brasileira de educação	Universidade de São Paulo/ pública
------	--	---	--------------------------------	------------------------------------

Fonte: Portal da Scielo. Período: setembro de 2012 a julho de 2014.

APÊNDICE E: Dados dos trabalhos selecionados com o descritor sistema apostilado no Portal da Anped

Ano	Título	Autor	Gts	Instituição/natureza jurídica
2002	O ethos empresarial na educação escolar: novos dispositivos, novas subjetividades	Maria Vieira da Silva	9	Universidade Federal de Uberlândia/ pública
2010	Simbiose entre as prefeituras paulistas e o setor privado: tendências e implicações para a política educacional local	Teresa Adrião, Teise Garcia, Raquel Borghi e Lisete Arelaro.	5	Universidade Estadual de Campinas/ pública

2012	Ciclo de políticas: focando o contexto da prática na análise	Iana Gomes de Lima e Luís Armando Gandin	5	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ pública
------	--	--	---	---

Fonte: Portal da ANPEd. Período: setembro de 2012 a julho de 2014.

APÊNDICE F: Dados dos trabalhos selecionados com o descritor controle do trabalho docente no Portal da Anped

Ano	Título	Autor	Gts	Instituição/ natureza jurídica
2005	O trabalho docente no contexto das reformas	Olgaíses Cabral Maués	GT 5	Universidade Federal do Pará/pública

Fonte: Portal da ANPEd. Período: setembro de 2012 a julho de 2014.

APÊNDICE G: Dados dos trabalhos selecionados com o descritor sistema apostilado no Portal da Anped Sul

Ano	Título	Autor	Instituição/natureza jurídica
2012	Educação no Rio Grande do Sul, gerencialismo e as influências do setor privado no período 2007-2010	Maria Raquel Caetano e Vera Maria Vidal Peroni	Faculdades Integradas de Taquaras e Universidade Federal do Rio Grande do Sul/pública

Fonte: Portal da ANPEd Sul. Período: setembro de 2012 a julho de 2014.

APÊNDICE H: Dados dos trabalhos selecionados com o descritor sistema apostilado no Portal da Anpae

Ano	Título	Autor	Instituição/natureza jurídica
2011	Material didático sob a lógica do mercado: uma questão de política educacional	Neide Pena Cária e Nelson Lambert Andrade	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/particular
2013	As parcerias com organizações não governamentais como estratégia para a ampliação do setor privado na educação	Ana Maria Stabelini e Mayara de Freitas	Universidade Federal de São Carlos; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
2013	As parcerias público-privadas na educação e a gestão democrática escolar: um estudo de caso sobre o Instituto Ayrton Senna	Juliana Lumertz	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fonte: Portal da ANPAE. Período: setembro de 2012 a julho de 2014.

APÊNDICE I: Dados dos trabalhos analíticos selecionados.

Título dos trabalhos	Autor	Ano	Tipo	Instituição/ Natureza jurídica	Banco de dados
Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino	Ivair Fernandes de Amorim	2008	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara)/pública	Capes
Ensino apostilado na escola pública: tendência crescente nos municípios da região de São José do Rio Preto - SP	João Ernesto Nicoleti	2009	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara)/pública	Capes
Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de	Teresa Adrião, Teisa Garcia, Raquel Borghi e Lisete	2009	Dissertação	UNICAMP, USP, UNESP/pública	SciELO

sistemas de ensino por municípios paulistas	Arelaro				
Políticas educativas, avaliação e trabalho docente: o caso de um programa de intervenção pedagógica no Rio Grande do Sul	Fernanda Amaral de Souza	2011	Dissertação	Universidade Federal de Pelotas/pública	Capes
O trabalho docente no contexto das reformas	Olgaíses Cabral Maués	2005	Artigo	Universidade Federal do Pará/pública	Anped
Simbiose entre as prefeituras paulistas e o setor privado: tendências e implicações	Teresa Adrião, Teise Garcia, Raquel Borghi e Lisete	2010	Artigo	UNICAMP, USP, UNESP/pública	Anped

para a política educacional local	Arelaro				
Educação no Rio Grande do Sul, gerencialismo e as influências do setor privado no período 2007-2010	Maria Raquel Caetano e Vera Maria Vidal Peroni	2012	Artigo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/pública	Anped Sul

Fontes: Portal da CAPES, ANPED, ANPED SUL, ANPAE e SCIELO.
Período: setembro de 2012 a julho de 2014.

APÊNDICE J: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A ASSESSORA PEDAGÓGICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
PPGE

PESQUISA DE MESTRADO: “O Sistema Apostilado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Florianópolis”

MESTRANDA: Aldani Sionei de Andrade Frutuoso

- 1- Nome:
- 2- Há quantos anos está no cargo de chefia da Educação municipal?
- 3- Como surgiu a ideia da contratação de sistemas privados de ensino para trabalhar nas escolas municipais?
- 4- Qual o objetivo para a contratação desse tipo de serviço? Quais os problemas identificados na rede que tiveram o sistema apostilado como possível solução?
- 5- Quais as instâncias administrativas que se envolveram com essas decisões?
- 6- Como os professores participaram da discussão sobre a contratação do sistema apostilado?
- 7- Como os professores receberam a ideia de que haveria um sistema apostilado para o trabalho nas escolas?
- 8- Como foi a receptividade dos diretores escolares?
- 9- Como foi definida a escola-piloto?
- 10- Quais os maiores avanços percebidos até agora?
- 11- Quais as maiores dificuldades encontradas até agora?
- 12- Gostaria de fazer mais algum comentário ou observação sobre o assunto?

APÊNDICE K: Roteiro de entrevistas para as escolas 1 e 2**ROTEIRO PARA OS DIRETORES ESCOLARES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
PPGE

PESQUISA DE MESTRADO: “O Sistema Apostilado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Florianópolis”

MESTRANDA: Aldani Sionei de Andrade Frutuoso

1-PERFIL DO (DA) DIRETOR (A):

1.1 – Nome:

1.2- Sexo:

() Feminino () Masculino

1.3 – Idade:

() 21-30

() 31-40

() 41-50

51-60

Acima de 60

1.4 – Categoria funcional:

Professor(a)

Especialista

Auxiliar de sala

Bibliotecário(a)

Secretário(a)

Outro

1.5 – Regime de contratação:

Efetivo

Substituto

1.6 – Assumiu o cargo de diretor por:

Eleição

Indicação

1.7 – Ano em que assumiu o cargo de diretor dessa Unidade Educativa:

1.8 – Nível de escolaridade:

Graduação incompleto

Graduação completo

Pós-graduação

1.9 – Com relação ao curso superior:

- () Coursou Pedagogia. Habilitação (área) em:
- () Coursou Licenciatura em:
- () Outros. Qual (quais):

1.10 – Tipo de instituição em que cursou o nível superior:

- () Pública () Federal () Estadual
- () Privada () Particular () Outros Especifique:

1.11 – Se você cursou Pós-Graduação informe o nível e a área:

- () Especialização em:
- () Mestrado em:
- () Doutorado em:

1.12 - Tempo de atuação

- a) No magistério:
- b) Na RMF:
- c) Nesta Unidade Educativa:
- d) Na direção da UE:

2- INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE EDUCATIVA:**2.1 - Nome da Unidade Educativa:****2.2 – Localização:****2.3– Tipo de Unidade Educativa:**

- Escola Desdobrada
- Escola Desdobrada com Núcleo de Educação Infantil vinculado
- Escola Básica
- Escola Básica com Núcleo de Educação Infantil vinculado

2.4 - Atendimento da Unidade Educativa com relação ao Ensino Fundamental:

- 1º ao 4º ano
- 1º ao 5º ano
- 1º ano à 8ª série

2.5 – Antes da entrada do sistema apostilado nesta escola, como era organizado o trabalho pedagógico?

2.6 – Na sua opinião, o que levou a PMF a adquirir um sistema apostilado para ser implementado nas suas escolas?

2.7 - Como a informação sobre o sistema apostilado na RMF chegou à escola?

- Via CI (comunicação interna) da SME
- Por meio de reunião de diretores realizada pela SME
- Pelos meios de comunicação (rádio, tv, internet)
- Por meio de divulgação da empresa prestadora de serviços
- Outro:

2.8 - Como foi a entrada do sistema apostilado nesta escola?

2.9 – Quem participou do processo decisório de adesão do sistema apostilado?

- Diretor(a)
- Equipe pedagógica
- Professores
- Bibliotecário
- Funcionários do quadro civil
- APP
- Conselho de Escola
- Pais
- Comunidade
- Outros

2.10 - Como os professores receberam essa proposta?

- Com entusiasmo
- Com resistência
- Com aceitação
- Com indiferença
- Como uma inovação

2.11 - Qual(is) o(s) motivo(s) dessa adesão?**2.12 - Em que ano a escola aderiu ao sistema apostilado?**

- 2009

2010

2011

2012

2013

2.13 – Qual sua opinião sobre essa adesão?

2.14 – Que turmas/anos do Ensino Fundamental da unidade educativa trabalham com o sistema apostilado?

1º ano 2º ano 3º ano 4º ano 5º ano 6º ano
 7º ano 8ª série

2.15 – É oferecido algum tipo de formação aos diretores, no trabalho com as apostilas?

SIM. Que tipo de formação?

NÃO

2.16 - A escola desenvolve algum sistema de acompanhamento do trabalho com as apostilas?

SIM. Como funciona?

NÃO

Se a resposta da questão 2.15 for sim, responda a questão seguinte:

2.17 - Com base no acompanhamento do trabalho com as apostilas, pode-se afirmar que:

Todos os professores seguem rigorosamente as apostilas.

Todos os professores seguem parcialmente as apostilas.

Nem todos os professores trabalham com as apostilas.

Nenhum dos professores trabalha com as apostilas.

2.18 - O sistema apostilado apresenta vantagens:

Na qualidade da educação

Na organização do trabalho pedagógico

Nos índices educacionais

No rendimento escolar

Na oferta de material didático

No processo ensino-aprendizagem

Outro. Especifique:

Não apresenta vantagens.

2.19 - O sistema apostilado apresenta desvantagens:

Na qualidade da educação

Na organização do trabalho pedagógico

Nos índices educacionais

No rendimento escolar

Na oferta de material didático

No processo ensino-aprendizagem

Outro. Especifique:

Não apresenta desvantagem.

2.20 - Mudanças observadas na escola após a implementação do sistema apostilado:

a) Planejamento: () Sim () Não

Justifique:

b) Rendimento escolar: () Sim () Não

Justifique:

c) Organização do trabalho docente: () Sim () Não

Justifique:

d) Outros:

Justifique:

2.21 – Há alguma orientação do SEFE quanto a avaliação dos alunos?

2.22 – Como é realizada a renovação das apostilas a cada ano? A escola é consultada se deseja ou não continuar com esse trabalho?

2.23 – As apostilas já chegaram na escola para utilização neste ano? Houve alguma alteração neste material?

2.24 – Você pretende realizar algum encaminhamento diferente quanto a utilização das apostilas neste ano (2014)?

2.25 – Qual sua opinião sobre o sistema apostilado?

ROTEIRO PARA OS PROFESSORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
PPGE

PESQUISA DE MESTRADO: “O Sistema Apostilado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Florianópolis”

MESTRANDA: Aldani Sionei de Andrade Frutuoso

1 - PERFIL DO(A) PROFESSOR(A):

1.1 – Nome:

1.2 - Sexo: () Feminino () Masculino

1.3 – Idade:

() 21-30

() 31-40

() 41-50

() 51-60

Acima de 60

1.4 – Regime de contratação:

Efetivo

Substituto

1.5 – Carga horária semanal:

20 horas semanais

40 horas semanais

Outro:

1.6 – Turma (s) em que leciona:

Primeiro ano

Segundo ano

Terceiro ano

Quarto ano

Quinto ano

1.7 - Tempo de atuação:

a)No magistério:

b)Na RMF:

c)Nesta Unidade Educativa:

1.8 – Nível de escolaridade:

Graduação

Pós-graduação

1.9 – Com relação ao curso superior:

- Curso Pedagogia. Habilitação (área) em:
- Curso Licenciatura em:
- Outros. Qual (quais):

1.10 – Tipo de instituição em que cursou o nível superior:

- Pública - Federal Estadual
- Privada - Particular Outros - Especifique:)

1.11 – Se você cursou Pós-Graduação informe o nível e a área:

- Especialização em:
- Mestrado em:
- Doutorado em:

2- INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE EDUCATIVA:**2.1- Nome da Unidade Educativa:****2.2 – Localização:****2.3 – Tipo de Unidade Educativa:**

- Escola Desdobrada
- Escola Desdobrada com Núcleo de Educação Infantil vinculado
- Escola Básica

Escola Básica com Núcleo de Educação Infantil vinculado

2.4 - Atendimento da Unidade Educativa com relação ao Ensino Fundamental:

1º ao 4º ano

1º ao 5º ano

1º ano à 8ª série

2.5 – Antes da entrada do sistema apostilado nesta escola, como era organizado o trabalho pedagógico?

2.6 - Como chegou para você a informação sobre a proposta do sistema apostilado?

Pela SME

Pela direção da escola

Por colegas da Unidade Educativa

Por meio de divulgação da empresa prestadora de serviços

Pelos meios de comunicação (rádio, tv, internet)

Ainda não houve informação sobre a proposta do sistema apostilado

2.7 - Como foi a entrada do sistema apostilado nesta escola?

2.8 – Quem participou do processo decisório de adesão do sistema apostilado?

Diretor(a)

Equipe pedagógica

Professores

Funcionários do quadro civil

APP

Pais

Comunidade

Outros

2.9 - Como os professores receberam essa proposta?

Com entusiasmo

Com resistência

Com aceitação

Com indiferença

Como uma inovação

2.10 - Em que ano a escola aderiu ao sistema apostilado?

2009

2010

2011

2012

2013

2.11 – Qual(is) o(s) motivo(s) dessa adesão?

2.12 – Qual sua opinião sobre essa adesão?

2.13 – Que turmas/anos do Ensino Fundamental da unidade educativa trabalham com o sistema apostilado?

- 1º ano 2º ano 3º ano 4º ano 5º ano 6º ano
 7º ano 8ª série

2.14 – Os professores recebem formação para trabalhar com as apostilas?

- SIM. Como acontece essa formação?
 NÃO

2.15 - A escola desenvolve algum sistema de acompanhamento do trabalho com as apostilas?

- Sim. Como funciona?
 Não

2.16 – A empresa SEFE acompanha o trabalho realizado pelos professores com as apostilas?

- SIM. De que maneira?
 NÃO.

2.17 - Com relação ao trabalho com as apostilas, você:

- Segue rigorosamente as apostilas.
 Segue parcialmente as apostilas.
 Não trabalha com as apostilas.

2.18 - O sistema apostilado apresenta vantagens:

- Na qualidade da educação
 Na organização do trabalho pedagógico
 Nos índices educacionais

- () No rendimento escolar
- () Na oferta de material didático
- () No processo ensino aprendizagem
- () Outro. Especifique:
- () Não apresenta vantagens.

2.19 - O sistema apostilado apresenta desvantagens:

- () Na qualidade da educação
- () Na organização do trabalho pedagógico
- () Nos índices educacionais
- () No rendimento escolar
- () Na oferta de material didático
- () No processo ensino aprendizagem
- () Outro. Especifique:
- () Não apresenta desvantagem.

2.20 - Mudanças observadas na turma após a implementação do sistema apostilado:

a) Planejamento: () Sim () Não

Justifique:

b) Rendimento escolar: () Sim () Não

Justifique:

c) Organização do trabalho docente: () Sim () Não

Justifique:

d) Outro:

Justifique:

2.21 – Há alguma orientação do SEFE quanto à avaliação dos alunos?

2.22 – Como é realizada a renovação das apostilas a cada ano? A escola é consultada se deseja ou não continuar com esse trabalho?

2.23 – As apostilas já chegaram na escola para utilização neste ano? Houve alguma alteração neste material?

2.24 – Você pretende realizar algum encaminhamento diferenciado com as apostilas neste ano (2014)?

2.25 - Qual sua opinião sobre o sistema apostilado?

APÊNDICE L: Roteiro de entrevista utilizado nas escolas 3 e 4

ROTEIRO PARA OS DIRETORES ESCOLARES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
PPGE

PESQUISA DE MESTRADO: “O sistema Apostilado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Florianópolis”

MESTRANDA: Aldani Sionei de Andrade Frutuoso

1- PERFIL DO(A) DIRETOR(A):

1.1 – Nome:

1.2 - Sexo:

() Feminino

() Masculino

1.3 – Idade:

() 21-30

31-40

41-50

51-60

Acima de 60

1.4 – Categoria funcional:

Professor(a)

Especialista

Auxiliar de sala

Bibliotecário(a)

Secretário(a)

Outro

1.5 – Regime de contratação:

Efetivo

Substituto

1.6 – Assumiu o cargo de diretor por:

Eleição

Indicação

1.7 – Ano em que assumiu o cargo de diretor dessa Unidade Educativa:

1.8 – Nível de escolaridade:

- Graduação incompleto
- Graduação completo
- Pós-graduação

1.9 – Com relação ao curso superior:

- Curso Pedagogia. Habilitação (área) em:
- Curso Licenciatura em:
- Outros. Qual (quais):

1.10 – Tipo de instituição em que cursou o nível superior:

- Pública - Federal Estadual
- Privada - Particular Outros - Especifique:)

1.11 – Se você cursou Pós-Graduação informe o nível e a área:

- Especialização em:
- Mestrado em:
- Doutorado em:

1.12 - Tempo de atuação

- a) No magistério:
- b) Na RMF:

c) Nesta Unidade Educativa:

d) Na direção da UE:

2- INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE EDUCATIVA:

2.1 - Nome da Unidade Educativa:

2.2 – Localização:

2.3 – Tipo de Unidade Educativa:

Escola Desdobrada

Escola Desdobrada com Núcleo de Educação Infantil vinculado

Escola Básica

Escola Básica com Núcleo de Educação Infantil vinculado

2.4 - Atendimento da Unidade Educativa com relação ao Ensino Fundamental:

1º ao 4º ano

1º ao 5º ano

1º ano à 8ª série

2.5 – Antes da entrada do sistema apostilado nesta escola, como era organizado o trabalho pedagógico?

2.6 – Na sua opinião, o que levou a PMF a adquirir um sistema apostilado para ser implementado nas suas escolas?

2.7 - Como a informação sobre o sistema apostilado na RMF chegou à escola?

- Via CI (comunicação interna) da SME
- Por meio de reunião de diretores realizada pela SME
- Pelos meios de comunicação (rádio, tv, internet)
- Por meio de divulgação da empresa prestadora de serviços
- Outro:

2.8 - Como foi a entrada do sistema apostilado nesta escola?

2.9 – Quem participou do processo decisório de adesão do sistema apostilado?

- Diretor(a)
- Equipe pedagógica
- Professores
- Bibliotecário
- Funcionários do quadro civil
- APP
- Conselho de Escola
- Pais
- Comunidade
- Outros

2.10 - Como os professores receberam essa proposta?

- Com entusiasmo
- Com resistência
- Com aceitação
- Com indiferença
- como uma inovação

2.11 - Qual(is) o(s) motivo(s) dessa adesão?**2.12 - Em que ano a escola aderiu ao sistema apostilado?**

- 2009
- 2010
- 2011
- 2012
- 2013

2.13 – Qual sua opinião sobre essa adesão?**2.14 – Que turmas/anos do Ensino Fundamental da unidade educativa trabalhavam com o sistema apostilado?**

- 1º ano 2º ano 3º ano 4º ano 5º ano 6º ano
- 7º ano 8ª série

2.15 – Foi oferecido algum tipo de formação aos diretores, no trabalho com as apostilas?

SIM. Que tipo de formação?

NÃO

2.16 - A escola desenvolveu algum sistema de acompanhamento do trabalho com as apostilas?

Sim. Como funcionava?

Não

Se a resposta da questão 2.16 for sim, responda a questão seguinte:

2.17 - Com base no acompanhamento do trabalho com as apostilas, pode-se afirmar que:

Todos os professores seguiam rigorosamente as apostilas.

Todos os professores seguiam parcialmente as apostilas.

Nem todos os professores trabalhavam com as apostilas.

Nenhum dos professores trabalhava com as apostilas.

2.18 - O sistema apostilado apresenta vantagens:

Na qualidade da educação

Na organização do trabalho pedagógico

Nos índices educacionais

No rendimento escolar

Na oferta de material didático

No processo ensino aprendizagem

Outro. Especifique:

Não apresenta vantagens

2.19 - O sistema apostilado apresenta desvantagens:

Na qualidade da educação

Na organização do trabalho pedagógico

Nos índices educacionais

No rendimento escolar

Na oferta de material didático

No processo ensino aprendizagem

Outro. Especifique:

Não apresenta desvantagem

2.20 – Havia alguma orientação do SEFE quanto a avaliação dos alunos?

2.21 - Mudanças observadas na escola após a implementação do sistema apostilado:

a) Planejamento: Sim Não

Justifique:

b) Rendimento escolar: Sim Não

Justifique:

c) Organização do trabalho docente: () Sim () Não

Justifique:

d) Outro:

Justifique:

2.22 - Em que ano a escola desistiu de trabalhar com o sistema apostilado?

() 2010

() 2011

() 2012

() 2013

2.23 – Quem participou do processo de desistência do sistema apostilado?

() Diretor(a)

() Equipe pedagógica

() Professores

() Bibliotecário

() Funcionários do quadro civil

() APP

() Conselho de Escola

() Pais

() Comunidade

() Outros

2.24 – Qual(is) os motivo(s) dessa desistência?

2.25 – Como é realizada a renovação das apostilas a cada ano? A escola tem sido consultada se deseja ou não voltar a trabalhar com o sefe?

2.26 - Qual sua opinião sobre o sistema apostilado?

ROTEIRO PARA OS PROFESSORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
PPGE

PESQUISA DE MESTRADO: “O Sistema Apostilado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Florianópolis”

MESTRANDA: Aldani Sionei de Andrade Frutuoso

1 - PERFIL DO(A) PROFESSOR(A):**1.1 – Nome:****1.2 - Sexo:**

Feminino

Masculino

1.3 – Idade:

21-30

31-40

41-50

51-60

Acima de 60

1.4 – Regime de contratação:

Efetivo

Substituto

1.5 – Carga horária semanal:

20 horas semanais

40 horas semanais

Outro:

1.6 – Turma (s) em que leciona:

Primeiro ano

Segundo ano

Terceiro ano

Quarto ano

Quinto ano

1.7 - Tempo de atuação

a) No magistério:

b) Na RMF:

c) Nesta Unidade Educativa:

1.8 – Nível de escolaridade:

Graduação

Pós-graduação

1.9 – Com relação ao curso superior:

Cursou Pedagogia. Habilitação (área) em:

Cursou Licenciatura em:

Outros. Qual (quais):

1.10 – Tipo de instituição em que cursou o nível superior:

Pública - Federal Estadual

Privada - Particular Outros - Especifique:)

1.11 – Se você cursou Pós-Graduação informe o nível e a área:

() Especialização em:

() Mestrado em:

() Doutorado em:

2- INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE EDUCATIVA:

2.1 - Nome da Unidade Educativa:

2.2 – Localização:

2.3 – Tipo de Unidade Educativa:

() Escola Desdobrada

() Escola Desdobrada com Núcleo de Educação Infantil vinculado

() Escola Básica

() Escola Básica com Núcleo de Educação Infantil vinculado

2.4 - Atendimento da Unidade Educativa com relação ao Ensino Fundamental:

() 1º ao 4º ano

() 1º ao 5º ano

() 1º ano à 8ª série

2.5 – Antes da entrada do sistema apostilado nesta escola, como era organizado o trabalho pedagógico?

2.6 - Como chegou para você a informação sobre a proposta do sistema apostilado?

- Pela SME
- Pela direção da escola
- Por colegas da Unidade Educativa
- Por meio de divulgação da empresa prestadora de serviços
- Pelos meios de comunicação (rádio, tv, internet)
- Ainda não houve informação sobre a proposta do sistema apostilado

2.7 - Como foi a entrada do sistema apostilado nesta escola?

2.8 – Quem participou do processo decisório de adesão do sistema apostilado?

- Diretor(a)
- Equipe pedagógica
- Professores
- Funcionários do quadro civil
- APP
- Pais
- Comunidade
- Outros

2.9 - Como os professores receberam essa proposta?

- Com entusiasmo
- Com resistência
- Com aceitação
- Com indiferença
- Como uma inovação

2.10 - Em que ano a escola aderiu ao sistema apostilado?

- 2009
- 2010
- 2011
- 2012
- 2013

2.11 – Qual(is) o(s) motivo(s) dessa adesão?**2.12 – Qual sua opinião sobre essa adesão?****2.13 – Que turmas/anos do Ensino Fundamental da unidade educativa trabalhavam com o sistema apostilado?**

- 1º ano 2º ano 3º ano 4º ano 5º ano 6º ano
- 7º ano 8ª série

2.14 – Os professores receberam formação para trabalhar com as apostilas?

SIM. Como acontecia essa formação?

NÃO

2.15 - A escola desenvolveu algum sistema de acompanhamento do trabalho com as apostilas?

Sim. Como funcionava?

Não

2.16 – A empresa SEFE acompanhava o trabalho realizado pelos professores com as apostilas?

SIM. De que maneira?

NÃO.

2.17 - Com relação ao trabalho com as apostilas, você:

Seguia rigorosamente as apostilas

Seguia parcialmente as apostilas

Não trabalhava com as apostilas

2.18 - O sistema apostilado apresenta vantagens:

Na qualidade da educação

Na organização do trabalho pedagógico

Nos índices educacionais

No rendimento escolar

Na oferta de material didático

No processo ensino aprendizagem

Outro. Especifique:

Não apresenta vantagens.

2.19 - O sistema apostilado apresenta desvantagens:

Na qualidade da educação

Na organização do trabalho pedagógico

Nos índices educacionais

No rendimento escolar

Na oferta de material didático

No processo ensino aprendizagem

Outro. Especifique:

Não apresenta desvantagem

2.20 – Havia alguma orientação do SEFE quanto à avaliação dos alunos?

2.21 - Mudanças observadas na turma após a implementação do sistema apostilado:

a) Planejamento: Sim Não

Justifique:

b) Rendimento escolar: Sim Não

Justifique:

c) Organização do trabalho docente: () Sim () Não

Justifique:

d) Outro:

Justifique:

2.22 - Em que ano a escola desistiu de trabalhar com o sistema apostilado?

() 2010

() 2011

() 2012

() 2013

2.23 – Quem participou do processo de desistência do sistema apostilado?

() Diretor(a)

() Equipe pedagógica

() Professores

() Funcionários do quadro civil

() APP

() Pais

() Comunidade

() Outros

2.24 – Qual(is) o(s) motivo(s) dessa desistência?

2.25 - Qual sua opinião sobre o sistema apostilado?

APÊNDICE M: Roteiro de entrevista utilizado na escola 5

ROTEIRO PARA OS DIRETORES ESCOLARES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
PPGE

PESQUISA DE MESTRADO: “O Sistema Apostilado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Florianópolis”

MESTRANDA: Aldani Sionei de Andrade Frutuoso.

1-PERFIL DO(A) DIRETOR(A):

1.1 – Nome:

1.2 - Sexo:

Feminino

Masculino

1.3 – Idade:

21-30

31-40

41-50

51-60

Acima de 60

1.4 – Categoria funcional:

Professor(a)

Especialista

Auxiliar de sala

Bibliotecário(a)

Secretário(a)

Outro

1.5 – Regime de contratação:

Efetivo

Temporário

1.6 – Assumiu o cargo de diretor por:

Eleição

Indicação

1.7 – Ano em que assumiu o cargo de diretor dessa Unidade Educativa:

1.8 – Nível de escolaridade:

Graduação incompleto

Graduação completo

Pós-graduação

1.9 – Com relação ao curso superior:

Cursou Pedagogia. Habilitação (área) em:

Cursou Licenciatura em:

Outros. Qual (quais):

1.10 – Tipo de instituição em que cursou o nível superior:

Pública - Federal Estadual

Privada - Particular Outros - Especifique:

1.11 – Se você cursou Pós-Graduação informe o nível e a área:

Especialização em:

Mestrado em:

Doutorado em:

1.12 - Tempo de atuação

- a) No magistério:
- b) Na RMF:
- c) Nesta Unidade Educativa:
- d) Na direção da UE:

2- INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE EDUCATIVA:**2.1 - Nome da Unidade Educativa:****2.2 – Localização:****2.3 – Tipo de Unidade Educativa:**

- Escola Desdobrada
- Escola Desdobrada com Núcleo de Educação Infantil vinculado
- Escola Básica
- Escola Básica com Núcleo de Educação Infantil vinculado

2.4 - Atendimento da Unidade Educativa com relação ao Ensino Fundamental:

- 1º ao 4º ano
- 1º ao 5º ano
- 1º ano á 8º série

2.5 – Como é organizado o trabalho pedagógico nesta escola?

2.6 - Como a informação sobre o sistema apostilado na RMF chegou à escola?

- Via CI (comunicação interna) da SME
- Por meio de reunião de diretores realizada pela SME
- Pelos meios de comunicação (rádio, tv, internet)
- Por meio de divulgação da empresa prestadora de serviços

2.7 - Por que a Escola não aderiu ao sistema apostilado?

2.8 – Quem participou do processo decisório de não adesão do sistema apostilado?

- Diretor(a)
- Equipe pedagógica
- Professores
- Funcionários do quadro civil
- APP
- Pais
- Comunidade
- Outros

2.9 – O que você achou dessa decisão?

2.10 – A escola tem sido consultada a cada ano se pretende aderir ao sistema apostilado? Como se dá esse processo?

2.11 - Em sua opinião:**a) O sistema apostilado apresenta vantagens:**

- Na qualidade da educação
- Na organização do trabalho pedagógico
- Nos índices educacionais
- No rendimento escolar
- Na oferta de material didático
- No processo ensino aprendizagem
- Outro. Especifique:
- Não apresenta vantagens

b) O sistema apostilado apresenta desvantagens:

- Na qualidade da educação
- Na organização do trabalho pedagógico
- Nos índices educacionais
- No rendimento escolar
- Na oferta de material didático
- No processo ensino aprendizagem
- Outro. Especifique:
- Não apresenta desvantagem

2.12 - Qual sua opinião sobre o sistema apostilado?

ROTEIRO PARA OS PROFESSORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
PPGE

PESQUISA DE MESTRADO: “O Sistema Apostilado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Florianópolis”

MESTRANDA: Aldani Sionei de Andrade Frutuoso

1-PERFIL DO(A) PROFESSOR(A):

1.1 – Nome:

1.2 - Sexo:

() Feminino () Masculino

1.3 – Idade:

21-30

31-40

41-50

51-60 Acima de 60

1.4 – Regime de contratação:

Efetivo

Temporário

1.5 – Carga horária semanal:

20 horas semanais

40 horas semanais

Outro:

1.6 – Turma(s) em que leciona:

Primeiro ano

Segundo ano

Terceiro ano

Quarto ano

Quinto ano

1.7 - Tempo de atuação

a) No magistério:

b) Na RMF:

c) Nesta Unidade Educativa:

1.8 – Nível de escolaridade:

Graduação

Pós-graduação

1.9 – Com relação ao curso superior:

Cursou Pedagogia. Habilitação (área) em:

Cursou Licenciatura em:

Outros. Qual (quais):

1.10 – Tipo de instituição em que cursou o nível superior:

Pública - Federal Estadual

Privada - Particular Outros - Especifique:

1.11 – Se você cursou Pós-Graduação informe o nível e a área:

Especialização em:

Mestrado em:

Doutorado em:

2 - INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE EDUCATIVA:

2.1 - Nome da Unidade Educativa:

2.2 – Localização:**2.3 – Tipo de Unidade Educativa:**

- Escola Desdobrada
- Escola Desdobrada com Núcleo de Educação Infantil vinculado
- Escola Básica
- Escola Básica com Núcleo de Educação Infantil vinculado

2.4 - Atendimento da Unidade Educativa com relação ao Ensino Fundamental:

- 1º ao 4º ano
- 1º ao 5º ano
- 1º ano à 8ª série

2.5 – Como é organizado o trabalho pedagógico nesta escola?**2.6 - Como chegou para você a informação sobre a proposta do sistema apostilado?**

- Pela SME
- Pela direção da escola
- Por colegas da Unidade Educativa
- Por meio de divulgação da empresa prestadora de serviços

- Pelos meios de comunicação (rádio, tv, internet)
- Ainda não houve informação sobre a proposta do sistema apostilado.

2.7 - Por que a Escola não aderiu ao sistema apostilado?

2.8 – Quem participou do processo decisório de não adesão do sistema apostilado?

- Diretor(a)
- Equipe pedagógica
- Professores
- Funcionários do quadro civil
- APP
- Pais
- Comunidade
- Outros

2.9 – O que você achou dessa decisão?

2.10 - Em sua opinião

a) O sistema apostilado apresenta vantagens:

- Na qualidade da educação

- Na organização do trabalho pedagógico
- Nos índices educacionais
- No rendimento escolar
- Na oferta de material didático
- No processo ensino aprendizagem
- Outro. Especifique:
- Não apresenta vantagens

b) O sistema apostilado apresenta desvantagens:

- Na qualidade da educação
- Na organização do trabalho pedagógico
- Nos índices educacionais
- No rendimento escolar
- Na oferta de material didático
- No processo ensino aprendizagem
- Outro. Especifique:
- Não apresenta desvantagem

2.11 - Qual sua opinião sobre o sistema apostilado?

APÊNDICE N: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO*

Você está sendo convidada/o a participar da pesquisa que tem como título “O Sistema Apostilado no Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Florianópolis”, realizada pela mestranda Aldani Sionei de Andrade Frutuoso, sob a orientação da Profª Drª Rosalba Maria Cardoso Garcia.

A referida pesquisa está sendo realizada no curso de Mestrado em Educação, linha de pesquisa: Educação, estado e políticas públicas da Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo da pesquisa é analisar a implementação do sistema apostilado e sua relação com o trabalho docente na rede municipal de ensino de Florianópolis.

Como proposta de pesquisa, serão realizadas entrevistas, com apoio de questionários elaborados pela pesquisadora. Você está sendo consultado/a sobre o interesse em participar da pesquisa, o que implica responder o questionário e autorizar o seu uso nesta pesquisa de mestrado.

Se houver concordância em participar, por favor, assine a autorização que se encontra ao final deste termo. Cabe esclarecer que você, como entrevistado, poderá retirar esse consentimento em qualquer momento, no decorrer da pesquisa.

O presente termo apresenta-se em duas vias de igual teor e conteúdo, as quais serão rubricadas em todas as páginas pela pesquisadora e assinadas ao seu término pela pesquisadora e pelo(a) entrevistado(a), atendendo a exigência da Resolução n. 466/2012.

Para mais esclarecimentos sobre a pesquisa, você pode procurar por:

Aldani Sionei de Andrade Frutuoso (mestranda/pesquisadora)
Endereço: Rua Geral Costa da Lagoa nº 190
Bairro: Costa da Lagoa Município: Florianópolis - Estado: SC.
CEP: 88062-370. Telefone: (48) 84692872.
E-mail: andradefrutuoso.com@gmail.com

Profª Drª Rosalba Maria Cardoso Garcia (orientadora).

Endereço: Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 365.

Bairro: Pantanal. Município: Florianópolis. Estado: SC

CEP: 88040000. Telefone: (48) 99632206.

E-mail: rosacampeche@uol.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina

Bairro: Trindade - Município: Florianópolis. Estado: SC

CEP: 88040-900 Telefone: (48) 37219206

E-mail: cep@reitoria.ufsc.br

AUTORIZAÇÃO

Eu,

_____,
 portador/a da Carteira de Identidade
 número _____, telefone (____) _____,
 informo que entendi as informações
 prestadas neste termo de consentimento e que concordo em
 participar da pesquisa “O sistema apostilado no ensino
 fundamental da rede pública municipal de Florianópolis”,
 respondendo às questões do questionário elaborado pela
 pesquisadora responsável.
 _____, ____ de _____ de 2014.

 Assinatura do(a) professor(a) participante

 Assinatura da orientadora da pesquisa
 Profa. Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia

 Assinatura da mestranda/pesquisadora
 Aldani Sionei de Andrade Frutuoso

APÊNDICE O: histórico das entradas e saídas das escolas.

Obs.: A adesão é feita ao final de cada ano letivo para ser implantado no ano seguinte. Os dados do quadro referem-se ao ano de implantação.

Ano	Relação das escolas que implementaram o sistema apostilado	Relação das escolas que desistiram de trabalhar com o sistema apostilado
2009	Escola Básica Donícia Maria da Costa.	
2010	Escolas Básicas: Albertina Madalena Dias, Batista Pereira, Intendente Aricomedes da Silva, João Alfredo Rohr, José Amaro Cordeiro, José do Valle Pereira, Osmar Cunha, Antônio Paschoal Apóstolo. Escolas Desdobradas: José Jacinto Cardoso, Marcolino José de Lima, Praia do Forte e Jurerê.	
2011	Escolas Básicas: Adotiva Liberato Valentin e Henrique Veras. Escolas Desdobradas: Costa de Dentro e Osvaldo Galupo.	Escola Básica Antônio Paschoal Apóstolo.
2012	Escolas Básicas: Mâncio Costa, Osvaldo Machado,	

	Acácio Garibaldi e João Gonçalves Pinheiro.	
2013	Escola Básica Virgílio dos Reis Várzea.	Escolas Básicas: João Gonçalves Pinheiro, Batista Pereira, Albertina Madalena Dias, José do Valle Pereira. Escolas Desdobradas: Jurerê e Costa de Dentro.
2014		

Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pelas escolas nos meses de setembro de 2012 e junho de 2014.

ANEXOS

ANEXO A: Carta de apresentação à GEPE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Florianópolis, 8 de março de 2013.

À Gerência de Formação Permanente - GEPE
Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis

Venho por meio desta apresentar a mestranda Aldani Andrade Frutuoso, regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, sob minha orientação a fim de solicitar o aceite da Rede Municipal de Educação de Florianópolis para a realização de sua pesquisa de dissertação de mestrado.

A pesquisa a ser desenvolvida insere-se na Linha de Pesquisa Educação, Estado e Políticas Públicas e seu projeto trata do tema "O sistema apostilado nos anos iniciais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Florianópolis".

A mestranda é também docente da RMF, o que amplia ainda mais seu interesse de contribuir para a produção de conhecimento que reverta para a compreensão dos processos educativos no âmbito de nossa cidade.

Agradecemos pela atenção e aguardamos manifestação da GEPE a essa demanda, ao mesmo tempo que colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente

Assinatura manuscrita em tinta azul, legível como "Aldani Andrade Frutuoso".

ANEXO B: Declaração da GEPE para o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos



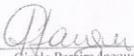
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
GERÊNCIA DE FORMAÇÃO PERMANENTE
Rua Ferreira Lima, 82 – térreo – Centro
CEP 88014-420 – Florianópolis – SC
Telefone: (48) 21065922 – Telefax: (48) 21065917



Florianópolis, 22 de abril de 2013.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para a obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, e como representante legal da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis (Gerência de Formação Permanente), tomei conhecimento do projeto de pesquisa: “O sistema apostilado no Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Florianópolis”, em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nível de Mestrado, no período de 2013. A pesquisadora **Aldani Sionei de Andrade Frutuoso** está sob orientação do Pro^{fa} Dra Rosalba Maria Cardoso Garcia. Cumprir os termos da Resolução CNS 196/96 e suas complementares, e como esta instituição tem condição para o desenvolvimento deste projeto, autorizo a sua execução nos termos propostos.


Gisele Pereira Jacques
Gerência de Formação Permanente

Gisele Pereira Jacques
Gerente de Formação Permanente
Decreto nº 10862/2013

ANEXO C: Carta de encaminhamento da GEPE para as escolas



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
GERÊNCIA DE FORMAÇÃO PERMANENTE - GEPE



OFÍCIO GEPE 10 /2014

Florianópolis, 13/02/2014.

Ilmo. Diretor (a)

ENCAMINHAMENTO: PESQUISA DE MESTRADO

A Gerência de Formação Permanente, em consonância com a Portaria Municipal nº. 116/2012, encaminha o (a) pesquisador (a) **Aldani Sionei de Andrade Frutuoso**, do PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação, da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, com o objetivo de obter autorização para a realização da pesquisa de Mestrado intitulada: "**O sistema apostilado no ensino fundamental da rede pública municipal de Florianópolis**" na EBM [redacted], com previsão de desenvolvimento no período de: **Ano letivo de 2014**.

Caso a Unidade Educativa seja favorável à pesquisa, informamos que os seguintes procedimentos são imprescindíveis:

1. O pesquisador deve disponibilizar, na entrevista, carta de apresentação do professor orientador e projeto de pesquisa.
2. O desenvolvimento do projeto acontecerá com o **conhecimento e a anuência** dos profissionais da respectiva Unidade Educativa.
3. Toda e qualquer intervenção realizada pelo pesquisador deverá ser previamente discutida com os profissionais da referida Unidade Educativa.
4. Os registros, documentários, fotos, ilustrações e outros, quando envolverem aluno/criança ou pessoas da comunidade educativa, deverão ser precedidos de autorização por escrito, de pessoa capaz, com a intervenção do diretor da Unidade Educativa.
5. Em caso de necessidade de obtenção de dados já sistematizados pela SME (Central) ou Unidade Educativa, o pesquisador deverá solicitar com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Rua: Ferreira Lima, 82 - Centro de Educação Continuada - Centro - Florianópolis - SC. CEP 88015-420
Telefone: (48) 2106-5922 - (48) 2106-5923/formacaopermanente@gmail.com

6. Dados, informações, referências ou depoimentos sobre a Secretaria Municipal de Educação deverão ser referenciados, conforme as normas da ABNT.
7. Fica firmado o compromisso de retorno dos resultados à Unidade Educativa onde se desenvolveu a pesquisa e à Secretaria Municipal de Educação por meio de socialização dos dados em seminários, fóruns de debate, cursos de extensão, a critério do pesquisador, em acordo com a direção da Unidade Educativa ou SME (Central).

Agradecemos antecipadamente a sua parceria nesse processo de investigação, certos de que esta experiência será extremamente significativa, contribuindo com reflexões, proposições e indicadores que visem à qualidade da ação educativa da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Atenciosamente,


Ana Elisa de M. Miotto - Articuladora de Pesquisa

Ana Elisa de Moura Miotto
Articuladora da Gerência de
Formação Permanente
Matricula 13757-0

Gerência de Formação Permanente

Assinatura do Pesquisador:  _____

✂

AUTORIZAÇÃO 10/2014

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA DE MESTRADO

Eu, _____, Diretor (a) da Unidade Educativa EBM _____ autorizo a realização da Pesquisa de Mestrado intitulada "O sistema apostilado no ensino fundamental da rede pública municipal de Florianópolis", pleiteada pelo (a) pesquisador (a) **Aldani Sionei de Andrade Frutuoso**, do PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação, da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, no período Ano letivo de 2014

Assinatura e carimbo do (a) Diretor (a): _____

Data: ____/____/____.

OBS: É imprescindível a devolução desta autorização, via malote, para a Gerência de Formação Permanente

Rua: Ferreira Lima, 82 - Centro de Educação Continuada - Centro - Florianópolis - SC. CEP 88015-420
Telefone: (48) 2106-5922 - (48) 2106-5923/ formacaopermanente@gmail.com